



O Outro Lado do Enclave:

Projeto de paisagem em espaços marginalizados

Adriana Borges Almeida

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitetura Paisagista

Orientador: Doutora Maria Teresa Amaro Alfaiate

Júri:

Presidente: Doutor Pedro Miguel Ramos Arsénio, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

Vogais: Licenciada Catarina José da Silva Raposo, Assistente Convidada do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, na qualidade de especialista.

Doutora Maria Teresa Amaro Alfaiate, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa;

Lisboa, 2014

Agradecimentos

Um agradecimento a todos os colegas que me acompanharam durante o curso, no Instituto Superior de Agronomia e com quem também aprendi, e em especial: à Marta e à Laura que tornaram tudo mais divertido. A todos os que surgiram no caminho, e que mudaram com certeza o rumo desta história.

Um agradecimento especial para aqueles que nesta última etapa de formação me ajudaram. À minha orientadora, Maria Teresa Alfaiate, pela sua orientação e paciência. A todos os meus não oficiais orientadores: ao caro amigo Luís Gomes, sempre interessado e disponível para trocar ideias, ao meu amigo e “sócio” Hugo Guiomar, que sempre colocou as questões mais pertinentes e a quem agradeço a sua visão crítica. Ao Francisco Saraiva, sonhador e companheiro de discussões, agradeço o seu poder de simplificação e de relativização. À Inês Costa pelo seu apoio. Aos meus pais, pelo seu empenho em me dar a melhor educação possível e pela sua paciência e compreensão nesta etapa que nem sempre foi fácil.

Para a minha querida tia *Migusta*

Resumo

A paisagem da Área Metropolitana de Lisboa é uma combinação de elementos diversificados e de identidades diferenciadas que responde á própria matriz física do lugar e que se articulam criando relações únicas, sintomático de novas dinâmicas económicas e sociais, responsáveis pela multiplicação de contextos socio espaciais. O Enclave como parte integrante da paisagem e do seu processo formativo, detém esse papel único e singular, enquanto elemento estabilizador e dinamizador desses processos e como mediador (espacial, funcional e social) dos diversos elementos que compõem o sistema.

O Enclave que abrange níveis de resolução distintos, desde a escala territorial, da cidade e local, permite uma metodologia transversal a todos os níveis, através de parâmetros qualificadores e diferenciadores – Acontecimento Topográfico, Posição relativa, Barreira, Ligações, Configuração Interna, Função, Unidade, Permanência, Relação Espaço/Tempo, Controlo e Autonomia - que nos permitem estabelecer o carácter mais aberto ou mais segregado do enclave e que nos permite agir em relação a ele.

Palavras-chave: Cidade, Enclave, Lisboa, Relação, Segregação, Paisagem, Memória

Abstract

The landscape of Lisbon's Metropolitan Area is a combination of diverse elements and differentiated identities that answers to the physical matrix of the place, and they articulate, creating unique relationships, symptoms of new economic and social dynamics, responsible for the proliferation of different spatial social contexts. The Enclave as part of the landscape and its formation process, holds this unique and singular role as a stabilizing element and facilitator of these processes and as a mediator (spatially, functionally and socially) of the various elements that compose the system.

The Enclave encompasses different levels of resolution , since the territorial scale , the city and local scale, allowing a design methodology at all levels , through qualifiers and differentiators parameters – Topographical Event , Relative Position , Barriers , Links , Internal Configuration , Function , Unity , Permanence , Space/Time Relationship, Control and Autonomy - that let us establish the openness and segregation of the enclave character that allows us to act upon it.

Key words: City, Enclave, Lisbon, Relation, Segregation, Landscape, Memory

Extended Abstract

The landscape is seen as a unique system composed by several heterogeneous parts that are characterized by its closed form, continuity and contrast. The study of those forms following the concept of Enclave allow us to explore the physical component, as a result of entropic, telluric and biological processes, that define the physical matrix where enclaves develop; a social component, that inevitably are correlated with socio-spatial constructions; and an abstract component (transcendental), while symbolic and sensitive space, that understands several interpretations and presupposes rituals or mechanisms to access those spaces.

The subject was developed starting from the investigation, experience, and acknowledge of concrete realities, understanding them as object that can be "disassembled", suggested and requiring the theoretical exploration of such. The drawn material and its posterior reflective analysis, crosses information at several scales of resolution (territorial scale, city scale and local scale) that allows to conceptually elaborate, fixate and relate other theoretical concepts textually explored. The investigation drawings and the intermediate attachment of information and its schematization in diagrams is significant in the present methodological development, understanding them as determinant in the Landscape projectual process.

This hypothetical-deductive methodology that searches for enclave understanding, at different scales, starts from the spatial definition of Landscape Units:

First, defining the units at a territorial scale that define the Macro Unit of Lisbon Metropolitan Area, its character and its relations that influence the urban development of the city and its dynamics.

Through this analysis, we come to understand points of compression / accumulation, as result of the concentration of productive activities in large urban centers, that "triggers" both centrifugal and centripetal forces, where both living processes of suburbanization and gentrification are symptomatic of specific periods of formation of the city. The centripetal movements result in decompression / dispersion nodes. To node, the landscape adds up lines / edges that link these parts, with different intensities.

On a local scale, we chose to select housing types to describe situations of spatial and social segregation of communities that stand out from its surroundings due to social, ethnic, economic, ideological, etc. differences. We will see that the notion of enclave is much more deep and so the choice of typologies such as the convent , the courtyard and workers' village , the "abarracamento" (camp) and informal settlements and social housing , result in vertical and synchronous reading , instead of chronological description of the

types of social settlements in Lisbon, but as a combination of several historical moments that correspond to different types, with the same function and as we shall see later, are cyclic (of course with changes) and not progressive . Analyzing the distributional patterns, we establish links between various types of enclave that allows us to identify qualities or disadvantages in them, that gives us instruments to design upon them.

The methodology sees the project as a process that strengthens the relationships established between the enclave and its surroundings, and that also depends on the integration of communities.

Índice

1.	Introdução	10
2.	O conceito de Enclave	13
2.1.	Enclave físico	16
2.2.	Limite. A Margem como sistema	21
2.3.	Enclave como produto social	24
2.4.	O Enclave Heterotópico	30
2.4.1.	Cronotopos	32
3.	Introdução Prática	36
3.1.	Convento e Vila Operária	38
3.2.	Abarracamentos e Bairros Clandestinos	50
3.3.	Bairros Económico versus Bairro Social	59
4.	Parâmetros qualificadores e diferenciadores dos enclaves	68
4.1.	Acontecimento Topográfico	69
4.2.	Posição Relativa	70
4.3.	Barreiras (Natural ou Antrópica)	70
4.4.	Ligações	71
4.5.	Configuração Interna	71
4.6.	Função	72
4.7.	Unidade	72
4.8.	Espaço de Transição	72
4.9.	Permanência	73
4.10.	Relação espaço/tempo	30
4.11.	Controlo	74
4.12.	Autonomia	74
5.	Observações Finais	75
6.	Conclusão	81
	Bibliografia	83
	ANEXOS	88

Índice de figuras

Figura 1 Lógica de crescimento da cidade de Lisboa.....	17
Figura 2 Chinatown S.Francisco (1885).....	25
Fonte:Farwell,WillardB.,disponívelem http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~215016~5501920:Official-Map-of-Chinatown-in-San-Fr , acedido em 12/11/2013	
Figura 3 Arquipélago Cisjordânia	25
Fonte: Lambert, Leopold, disponível em http://thefunambulist.net/2010/12/23/palestine-the-palestinian-archipelago/ , acedido em 24/10/2013	
Figura 4 Pátio do Monteiro na Tr. Léguas da Póvoa, convertido em condomínio fechado.....	26
Fonte: Google Maps	
Figura 5 Familistério de Godin	26
Fonte: http://www.familistere.com , acedido em 5/12/2013	
Figura 6 Relação entre as tipologias estudadas	36
Figura 7 O crescimento da cidade e os conventos existentes.....	38
Fonte: Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX (PTDC/CPC-HAT/4703/2012) e os nomes de Rita Mégre, Hélia Silva e Ana Gil	
Figura 8 Pátio em correnteza	40
Figura 9 Vila formando pátio	41
Figura 10 Vila atrás de prédio	44
Figura 11 Vila formando rua.....	45
Figura 12 Conventos e quintas na zona de Campo de Ourique, Lapa e Bairro Alto.....	46
Figura 13 Patios e vilas na zona de Campo de Ourique, Lapa e Bairro Alto.....	46
Figura 14 Qualidade dos solos na zona de Campo de Ourique, Lapa e Bairro Alto.....	46
Figura 15 Vila de escala urbana.....	47
Figura 16 Pátio do Carrasco em Alfama	48
Fonte: Seródio, Armando, 1968, Arquivo Municipal de Lisboa	
Figura 17 Vila Cabrinha em Alcântara	48
Figura 18 Vila Grandella em Benfica.....	48
Fonte: 19-- , Arquivo Municipal de Lisboa	
Figura 19 Padrão de distribuição das Vilas	48
Figura 20 Concentração das forças num espaço claustal	49
Fonte: Wit & Aben, <i>The Enclosed Garden</i> , 010 Uitgeverij Edition, 1999	
Figura 21 Campo de refugiados na Palestina	51
Fonte: http://www.quazoo.com/q/Palestinian_refugee_camps_in_the_West_Bank acedido em 19/12/2014	

Figura 22 Gravura dos Abarracamentos após terramoto.....	51
Fonte: F. Buchler	
Figura 23 Conventos e mosteiros que resistiram ao terramoto na área de S. Bento	52
Fonte: Planta de Lisboa arruinada pelo terremoto de 1755 e com novo plano de reconstrução dos arquitetos Eugénio dos Santos de Carvalho e Carlos Mardel, 1909	
Figura 24 Possíveis áreas dos Abarracamentos pós terramoto	52
Figura 25 Bairro Clandestino.....	54
Figura 26 Bairros clandestinos da vertente sul de Vale do Forno	55
Figura 27 Bairro das Minhocas no Rego.....	59
Fonte: Portugal, Eduardo, 1938, Arquivo Municipal de Lisboa	
Figura 28 Bairro Quinta da Calçada.....	59
Fonte: Portugal, Eduardo, 1939, Arquivo Municipal de Lisboa	
Figura 29 Bairro das Furnas.....	59
Fonte: Artur Goulart, 1961, Arquivo Municipal de Lisboa	
Figura 30 Bairro da Boavista	59
Fonte: Alvão, Domingos, 1940, Arquivo Municipal de Lisboa	
Figura 31 Bairro do Alvito.....	60
Fonte: 1947, Arquivo Municipal de Lisboa	
Figura 32 Bairro de Belém (Terras do Forno)	60
Fonte: Pinto, 194-, Arquivo Municipal de Lisboa	
Figura 33 Bairro Camarão da Ajuda.....	60
Fonte: Salvador de Almeida Fernandes, 195-, Arquivo Municipal de Lisboa	
Figura 34 Bairro Calçada dos Mestres.....	60
Fonte: Benoliel, Judah, 195-, Arquivo Municipal de Lisboa	
Figura 35 Prédio em correnteza	61
Figura 36 Prédios dispostos em paralelo	62
Figura 37 Bairros sociais na zona oriental da cidade	63
Figura 38 Bairros sociais na zona norte da cidade	63
Figura 39 Quarteirão formando pátio	64
Figura 40 Diagrama de síntese	68
Figura 41 Como cada parâmetro se relaciona	69
Figura 42 Diagramas síntese dos enclaves a escala territorial.....	78
Figura 43 Diagramas síntese dos enclaves a escala da cidade	79
Figura 44 Comparação do nível de abertura e encerramento de todos os enclaves estudados.....	80

1. Introdução

*A cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente [...]
A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir*

Italo Calvino (in Cidades Invisíveis)

Foi a curiosidade em perceber que tipo de relação se estabelecia com os cemitérios oitocentistas de Lisboa e o resto da cidade que nos levou ao tema desta Tese. Era a ideia de perceber como um espaço fechado e construído no limite da cidade, que está sujeito a uma série de constrangimentos, físicos, sociais e psicológicos, que começa logo pelo seu encerramento, conotando este espaço como sagrado, poderia de facto ter alguma influência no próprio desenvolvimento da cidade. A descoberta de um número elevado de vilas operárias na Rua Maria Pia e uma reminiscência de barracas nas traseiras do Cemitério do Alto de S. João fizeram-nos crer que haveria algo mais para além da relação cemitérios/cidade, que não se prende tanto com o desenho urbano, mas sim com uma ligação intrínseca com a própria fisiografia do lugar. Todos eles tinham algo em comum: São entidades que se leem individualmente através de limites perfeitamente identificáveis, quer pelo seu encerramento, continuidade, delimitação ou contraste.

Deste modo, este estudo propõe-se procurar, analisar e classificar elementos da paisagem de Lisboa, únicos na sua constituição, resultado de transformações físicas, económicas e sociais ao longo do tempo e da própria natureza do sítio de Lisboa.

Pretende-se com este estudo a criação de uma base de trabalho para uma intervenção em locais desta natureza e a qualificação e diferenciação destes espaços segundo as características que concorrem para o seu encerramento ou abertura enquanto entidade, servindo de ferramenta para o projeto de paisagem.

A presente tese encontra-se organizada em três grandes capítulos. O primeiro que se propõem a desenvolver o conceito de **Enclave**, a partir do seu significado e da própria etimologia da palavra, desdobrando o conceito no seu âmbito físico, social e político.

O segundo capítulo apresenta a caracterização dos modelos tipológicos em estudo, com a respetiva caracterização histórica, física e social assente na cartografia estudada e desenhada.

O terceiro capítulo é referente ao método aplicado para a classificação de cada tipologia de estudo, pretendendo deste modo um entendimento destes elementos às várias escalas, nomeadamente a escala territorial (AML), a

escala da cidade de Lisboa e à escala local (tecidual). A linguagem comum encontrada tem como base as condições espaciais, sociais e políticas, que permitem identificá-las enquanto partes, com mecanismos próprios de abertura e encerramento, constituintes de um sistema de paisagem – A Área Metropolitana de Lisboa (AML).

A definição das diversas partes tem como base o conceito de Unidades de Paisagem, enquanto unidades espaciais mais do que enquanto unidades territoriais, e a diversa cartografia. Fixamo-nos na cartografia da cidade de Lisboa, nomeadamente a *O Atlas da Carta Topográfica de Lisboa* de Filipe Folque (1856-58) e a *Planta Topográfica de Lisboa* de Silva Pinto (1904-11) para a elaboração da evolução histórica e dos padrões de desenvolvimento em relação aos pontos agregadores e dispersores da paisagem.

Especificamente para o levantamento das tipologias em estudo, foi utilizado o estudo *Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX*, de Rita Mégre, Hélia Silva e Ana Gil para o levantamento dos conventos e mosteiros; Para o levantamento dos pátios e vilas da cidade recorreu-se ao livro de Augusto Montenegro, *Inquérito aos Pateos de Lisboa* (1902) e ao estudo tipológico de Nuno Teotónio Pereira e Irene Buarque, *Prédios e Vilas de Lisboa* (1995); Para a carta de abarracamentos e clandestinos, através da leitura da coleção *Depois do terramoto: Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa* de G. Matos Sequeira (1967) e da *Planta de Lisboa: arruinada pelo terremoto de 1755 e com o novo plano de reconstrução dos architectos Eugenio dos Santos de Carvalho e Carlos Mardel* (1909) conseguiu-se delimitar as áreas dos possíveis abarracamentos depois do terramoto de 1755 e para os clandestinos usou-se maioritariamente a *Carta de Bairros e Zonas de intervenção Prioritária de Lisboa* elaborada pela Câmara Municipal de Lisboa em 2010, também usada para a delimitação dos bairros económicos, PER, e sociais.

Para todas as tipologias percebemos que se estabelecem dois tipos de relação: o de encerramento e o de relação/trocas, considerando que a relação de encerramento é uma relação de grande riqueza - mas também de grande instabilidade - provocada pelo constrangimento da barreira e que forma um todo que é heterogéneo e se sustenta através da ativação das trocas entre partes e que determina a estrutura da paisagem.

Os registos desenhados e a sua análise reflexiva, e o cruzamento dessa mesma informação, permitiram elaborar conceptualmente, fixar e

relacionar outros conteúdos teóricos explorados textualmente, percebendo assim o enclave enquanto:

- Resposta a uma situação atípica de crise – desastre natural, elevado número de imigrantes, situações de conflito, etc;
- Elemento que é influenciado normalmente por uma condição física de exceção, que promove a sua leitura enquanto elemento singular de paisagem;
- Espaço de transição, no sentido em se caracteriza pela sua perifericidade, tanto física, como imaterial;
- Espaço que contempla “insider” e “outsider”, o primeiro que se apropria e constrói, segundo aquilo que lhe é familiar, um novo lar (enraizamento) e aquele que vê de fora e constrói o imaginário daquele espaço.

O desenho de investigação e a fixação intermédia de informação bem como a sua esquematização sobre a forma de diagramas é significativa no desenvolvimento metodológico entendendo-o como parte determinante no processo de projeto de paisagem.

A pertinência deste estudo deve-se á uma nova abordagem de estudo da paisagem de Lisboa, que compreende a não casualidade das construções antrópicas, mas sim enquanto codificação das estruturas naturais que são interpretadas e incorporada, e ainda codificação de estruturas sociais muito próprias, influenciando desse modo a forma de construir cidade.

2. O conceito de Enclave

"At first there is wilderness, undifferentiated space.

A clearing is made in the forest and a few
houses are built. Immediately differentiation occurs;
on the one side there is wilderness, on the other a small,
vulnerable, man-made world."

Um Yi-Fu Tuan(1977)

Quando a 17 de Setembro de 2011, 2000 pessoas ocupam Zuccoti Park em Nova York¹ contra as desigualdades sociais e económicas apercebemo-nos que estamos perante um novo paradigma de soberania territorial, aliás uma nova forma de construir território assente numa ideia política comum a vários indivíduos que comunicam entre si e que desenvolvem a sua própria identidade como grupo. O que tem de extraordinário este fenómeno é o facto de não ser um caso isolado, circunscrito a determinada geografia mas antes disseminado a nível mundial através das novas ferramentas de comunicação. Agora, o indivíduo é ele mesmo parte daquilo que pode ser considerado um **arquipélago político**, cujas ilhas são formadas por grupos de pessoas - cuja materialidade do corpo define esse território e portanto os seus limites são oscilantes (Lambert, 2013).

A cidade como **arquipélago**, exprime a nova condição da cidade, descentralizada e fragmentada sócio- e espacialmente, cujas partes são finitas e que por esse motivo relacionam-se entre si e entre o "mar" que as delimita, contrariamente ao processo integrativo da urbanização. A cidade como arquipélago admite a existência de espaços com limites definidos "yet their formal boundaries allow them to be understood as what frames and, to a certain extent, (re)defines the sea between the islands" (Aureli, 2011, pp. XI- XII), pois ao mesmo tempo que delimita aquela circunstancia, limita também a urbanização; e seguindo a analogia do mar, isto pode definir a morte ou a longevidade da ilha no sentido em que os limites são flutuantes e evoluem ao longo do tempo (Lambert,2011), podendo "dar espaço" para a ilha crescer, e portanto este grupo cresce e afirma-se como uma nova identidade emergente ou pelo contrário esta comunidade perde a sua identidade pois é 'devorada' por esse mar, "The Island as a naturally enclosed territory is the ideal space in wich

¹ Occupy Wall-Street

to instil the law, or nomos, the norms of the a society, to counteract the nature, or *fusis*, that surrounds it”(Cauter, 2011).

As «ilhas» ou melhor, **enclaves**² são espaços que confrontam a urbanização através de uma verdadeira mudança em relação à forma, pela sua pontualidade e pelo facto de serem circunscritas a determinado espaço, criam uma paragem na malha urbana – por vezes seguem uma lógica relacionada com a própria comunidade que se instala e não seguindo a lógica da urbanização como acontece com a *landmark*.

A cidade construiu-se e constrói-se seguindo parâmetros que também refletem os paradigmas políticos em que vivemos, através da forma arquitetónica que vive sob a contingência de se separar e de ser separada – A cidade não pode ser vista como uma massa amorfa mas sim um conjunto interdependente.

Na região urbana da Grande Lisboa vemos o entrecruzar de duas grandes formações socio espaciais: a da urbanização e a da metropolização “a noção de cidade como um todo que agora se manipula e se implanta onde quer que seja” (Seixas, 2008, p. 60).

Os enclaves impõem-se à urbanização pois impede o modelo de continuidade e integração que é idealizado neste conceito, *quer* pela sua forma imediatamente reconhecível, por ser um elemento pontual, por estar circunscrito a uma determinada área geográfica.

A palavra urbanização foi introduzida por Ildefons Cerdá que teorizou o conceito no livro *Teoría General de la Urbanización* (1968-1971), que pressupunha um paradigma da condição de crescimento ilimitado ou que não pode ser contido por qualquer formação espacial como a cidade tradicional; a completa integração do movimento e comunicação trazida pelo capitalismo. A palavra urbanização deriva então da palavra romana *urbs* que segundo Cerdá “the genuine sense of *urbs* referred principally to the material part of the grouping of buildings [...] The word *urbanus* (from *urbe*) referred to matters concerning the material organization of the *urbs*”(Aureli, 2011, p. 9).

Com este plano, Cerdá procurava uma distribuição homogénea e controlada dos bens e serviços e deste modo reduzir as tensões entre diferentes camadas sociais.

² A ilha presume a ideia de um limite acessível em todo o seu comprimento já o enclave tem pontos preferenciais de acesso. Por esse motivo, Petti (2008) considera que os enclaves são independentes do sistema do arquipélago, no sentido em que o arquipélago constrói uma série de fluxos (rotas) e os enclaves não têm qualquer tipo de conexão, isolados pelos mecanismos de poder que podem ser interiores ou exteriores.

De facto, como iremos explicar mais à frente, é com o crescimento da infraestrutura para fora dos limites da cidade que se dá a conhecer estas estruturas que até então estariam dissimuladas numa paisagem maioritariamente rural, e que com a suburbanização foram contornadas, ou assimiladas, algumas destruídas e outras que permanecem segregadas.

A paisagem resulta da interação de fatores naturais e culturais ao longo do tempo, que a codificam através de marcas e sinais que permitem a sua leitura, sendo um importante elemento para a identificação cultural. Tempo, espaço e matéria unem-se para formar o espaço geométrico e fenomenológico onde se desenrola a vida humana e cuja organização e significações são produto da “tradução, transformação e experiência” (Soja, 1989) das distintas comunidades que habitam a paisagem. Os sinais que a natureza da paisagem comporta, são sinais de uma energia transformadora, de “processos telúricos, entrópicos e bióticos” (Nunes, 2007).

A matriz geológica, resultado de processos telúricos, de “acumulação de cicatrizes, que se agregam, fundem e acumulam” (Nunes, 2007), constitui a marca que condiciona todas as seguintes; como diz João Nunes: “A sua escala, tanto temporal como espacial, está mais além do humano” (Nunes, 2007). A ação do tempo nesta estrutura é também a ação das várias energias transformativas dos agentes entrópicos, como a água e o vento, que desenham as várias geometrias da superfície terrestre, aparentemente desconexa, desvendando as fraquezas e resistências dos materiais.

As comunidades, humanas ou não, que habitam a paisagem, estarão sempre condicionadas aos sinais telúricos e entrópicos e portanto a sua interação com os mesmos advém de uma adaptação, ou como diz novamente João Nunes, “de um esforço comum [...] de sobrevivência” (Nunes, 2007). Os sinais bióticos revelam-se no espaço social que é construído pela simples razão de estarmos vivos.

O enclave como singularidade da paisagem é também resultado destes sinais; define-se segundo as características extraordinárias que se prendem, primeiro com uma condição física e geográfica e em segundo com uma condição política ageográfica; as duas podem ocorrer em simultâneo mas por vezes a dimensão física e a dimensão jurisdicional não se encontram. O enclave revela-se na paisagem a diferentes escalas, desde a territorial à escala local; sendo de difícil definição o enclave à escala territorial, entendemo-lo a partir das suas formas físicas, principalmente quando olhamos para um mapa, mas percebemos uma série de ligações que se prendem na sua natureza física. O enclave à escala local, entende-se como tecido desconexo, ou através de uma mudança brusca de ambiência. O funcionamento da paisagem e dos

espaços que a compõem é preferencialmente interdependente, construindo um todo (Unidade de Paisagem) que se impõem em relação a um contexto menos diferenciado (escala do território).

Na cidade, o enclave é, como descreveu Teresa Barata Salgueiro:

“O que define o enclave não é tanto a sua dimensão, pequena, mas o tipo de relação (a existência de não-relações) com os tecidos que o cercam”(Salgueiro, 1998)

Em relação à sua forma, Salgueiro (1998) também nos diz:

“O carácter pontual de implantações que introduzem uma diferença brusca em relação ao tecido que as cerca, seja um centro comercial numa periferia rural ou um condomínio de luxo no meio de um bairro popular ”

Em relação ao padrão de distribuição dá-nos conta de uma aleatoriedade na distribuição “ora surgem no centro, ora na periferia, [...] construídos de raiz num local que rapidamente ganhou acessibilidade ou, pelo contrário, cujo isolamento permite adquirir o solo a baixos custos”(Salgueiro, 1998), mas como analisado, eles de facto não seguem um padrão aleatório e estão de facto bastante imbricados na matriz física do território. Contudo se falarmos em alguns “fenómenos urbanos” contemporâneos que são considerados enclaves, que seguem formas *ready made* como os centros comerciais ou entrepostos viários, poderemos falar em aleatoriedade, já que estes não seguem os mesmos atributos dos enclaves estudados, desde já não se prendem a estrutura física do sítio e portanto novos atributos teriam de ser pensados para estas tipologias.

2.1. Enclave físico

Entender o enclave físico é entender a paisagem segundo os seus processos de génese física que lhe atribui a heterogeneidade que percebemos quando a percorremos. Descodificamos a paisagem com os nossos sentidos e conseguimos perceber os volumes quando olhamos para ela de um ponto mais alto, escolhendo pontos que nos permitem orientar no espaço – “putting meanings upon the landscape, are intended to allow listeners to place themselves in relation to specific features of the landscape” (Ingold, 2000, p. 208). Tal como desenvolveu Ingold (2000), pensamos primordialmente na paisagem como uma imagem que se olha e não um espaço que se percorre, onde a diferença para além da escala é o que observamos à nossa volta e o que é posto em relação ao nosso corpo, componentes essas que relacionam espaço e tempo.

À escala territorial o enclave é um espaço de transição para outras unidades de paisagem (enclaves) de natureza distinta. Se pressupomos um interior heterogêneo mas uno e diferenciável há o movimento implícito para outras entidades que em relação a essa apresentam um diferencial de alguma (s) natureza (s).

Poucas são as cidades que reúnem condições semelhantes ao do sítio de Lisboa. A forma de bacia sinclinal bordejada a norte pela Serra de Sintra e outros cabeços basálticos, a sul pelos enrugamentos calcários da Serra da Arrábida, a leste estendendo-se a vasta planície do Ribatejo e a Oeste formando um corredor que “comprime” o rio Tejo na sua foz e que tem como centro uma baía navegável por barcos de grande porte, a que chamamos de Mar da Palha que agrega este espaço e que mais tarde fomentou os movimentos de **implosão-explosão**³ que caracterizam a distribuição espacial na área metropolitana (figura 1). Estas condições únicas de encerramento e unidade próprias do sítio de Lisboa que facilitaram a proteção da cidade, tanto por terra como por mar (ver anexo VII).

As colinas enquanto singularidades da estrutura natural, “erupciones de paisaje dentro de otros paisajes” (Gausa, 2003), funcionam não só como **divisões naturais** dos espaços dos diversos vales que descem para o Tejo mas também como “centros de concentração e dispersão humana” (Ribeiro, 1994), onde se instalaram grande parte dos Conventos de Lisboa, promotores do crescimento urbano. Os vales, por sua vez também limitam o crescimento da cidade - denunciando as formações geológicas que formam o sítio de Lisboa, desempenharam papel natural de fronteira, poupados à ocupação pela sua capacidade produtiva, de terra espessa e fértil. Podemos verificar então uma sucessão de “paragens” do crescimento da cidade quando chega ao vale; a cerca velha que não avança para lá do vale da Baixa, a cerca Fernandina que se retém quando chega aos ricos vales da Av. Da Liberdade e Almirante Reis, o vale de São Bento onde surgiram os vários abarracamentos que realojaram a população depois do terramoto de 1755 e o vale de Alcântara, este último que poderemos dizer que separa a cidade antiga da cidade moderna cuja forma, resultado de “flancos duma dobra côncava” (Ibidem, p. 62) que descem para o vale na parte superior e da erosão de uma geologia mista de “calcários duros assentes em calcários brandos” (Ibidem, loc.cit.). Os

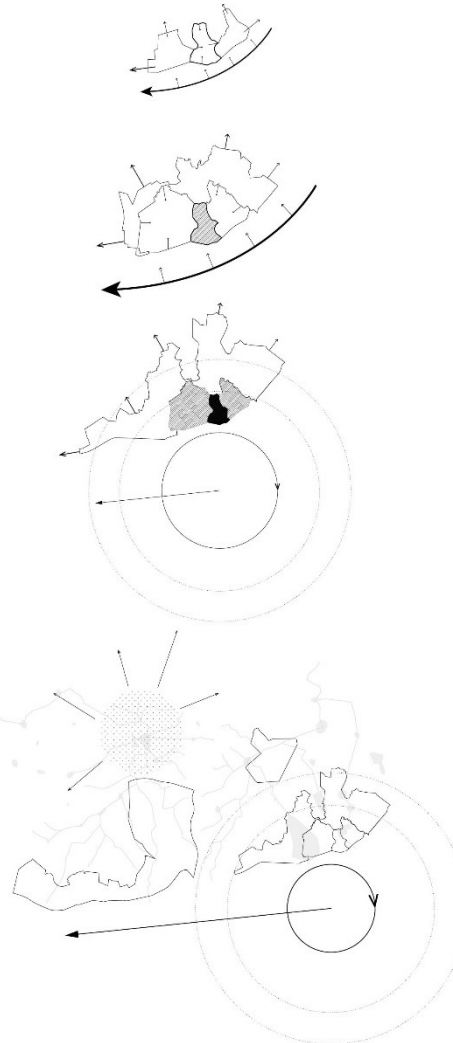


Figura 1 Lógica de crescimento da cidade de Lisboa

³ O movimento implosão-explosão foi explorado por Henry Lefebvre; O fenómeno descreve a compressão das cidades devido ao aumento da concentração urbana apesar da diferenciação técnica e social, que leva a deterioração dos bairros e consequentemente à deslocação para periferias distantes residenciais ou produtoras e então os centros ficam deste modo reservados ao sector terciário (Lefebvre, 2012)

vales da cidade de Lisboa funcionaram como a fronteira entre dois sistemas distintos, a cidade e campo. Estando **entre** dois sistemas, o vale constitui o limite do enclave cidade.

A palavra **enclave** tem origem na palavra francesa *enclaver* (1283), “fechar com uma chave; encaixar, encastrar uma terra”, do latim vulgar *inclavāre*, de *clavis*, implícita um elemento que é incluído em algo que não lhe é inerente. Ao analisar os seus sinónimos - **enclave, encaixe ou cunha** – percebemos que o enclave como condição física e geográfica existe sempre “em relação a”, assim a descontinuidade marca também uma nova identidade. Como verbo transitivo o verbo encaixar, depende do complemento, deste modo, o “que é encaixado em” e o que é “posto dentro de”, sugere uma pré-disposição das formas para “encaixe”, que na prática poderemos entender como espaços intersticiais ou interiores a uma estrutura ou configurados a partir dela; como verbo intransitivo, o enclave surge como elemento que “**se adapta a**”, que “**encaixa em**” percebendo uma “abertura” que permite o aparecimento destes espaços (como por exemplo, terrenos cuja propriedade não está bem definida); como verbo pronominal denota a intenção de determinado sujeito (ou melhor, comunidade) ao encerramento (formação do enclave) ou à inclusão numa realidade pré-existente⁴ mas numa forma intromissiva. Já o verbo encravar remonta à ideia do enclave como elemento “**fixado a**”, tanto no sentido espacial e temporal, como “certos terrenos, de pequena área, que estejam encravados em terrenos de natureza geológica diferente”, mostrando-se que o enclave não tem de ser necessariamente um elemento destacado na paisagem e que “como enclaves localizados, son decisiones contingentes más que sistemas organizativos” (Gausa, 2003). Em relação ao fator visual do enclave, isto é de “cunhar” figurativamente a paisagem, “tornar saliente, notável”, surge conseqüentemente a ideia da diferenciação e logo da exclusão pois quando confinamos algo estabelecemos uma distinção - “Al distinguir, discriminamos entre lo que decidimos que pertenece a la entidad que intentamos definir (sea de naturaleza espacial, social, política, etc.) e lo que queda excluido”(Zanini, 2007) .

As Unidades de Paisagem, segundo Teresa Alfaiate (2000) refletem uma paisagem heterogénea, no sentido em que se descartam divisões homogéneas como “paisagem rural” ou “paisagem urbana” mas se lê uma paisagem múltipla, onde se articulam elementos de “identidade diferenciada” num sistema relacional complexo. “As unidades de paisagens não são uma abstração visual são, antes de mais, uma impressão magnânima da vida do

⁴ Os sinónimos do verbo pronominal encaixar são: Meter-se, fechar-se, intrometer-se

homem na terra, e da sua capacidade de construção” (Alfaiate, T. A.p.1) e de construção de limites que nos permitem definir os enclaves.

A união destes elementos de qualidades excepcionais, faz-se através de “linhas flutuantes” (Alfaiate, T. A.p.93) e que são responsáveis pela ligação física e visual destes espaços. Estas linhas que seguem simultaneamente “sítios emergentes na Paisagem”, definem as direções preferenciais (continuidade) a partir da posição relativa (contexto) entre estes, promovendo uma sequência que constitui a estrutura mãe da unidade de paisagem, “das tensões, das afinidades, das ligações e das diferenciações estabelecidas entre pontos” (Alfaiate, T. A.p.94)

A ocupação do território influenciada pela estrutura física do espaço, topografia e geografia, irá também influenciar a divisão social, nomeadamente os cabeços largos, que são sempre preferíveis por grupos sociais elevados, por serem planos, solarengos e arejados; as zonas ribeirinhas ou vertentes viradas para o rio, são as escolhidas para edifícios de luxo e hotéis pelas suas qualidades visuais ou então para uso industrial, resultando na instalação de comunidades operárias, tal como acontece em Lisboa.

A definição de unidade que pretendemos explorar não é a de homogeneidade contestando em parte o conceito de unidade de paisagem de Cancela d'Abreu⁵, mas a ideia de paisagem múltipla – diversas partes que se relacionam e compõem o todo.

A ideia de unidade remete a uma entidade diversa em que as formas se relacionam de uma forma particular que concorre para a legibilidade e funcionamento da paisagem. A unidade territorial natural que mais directamente se relaciona com a unidade de paisagem é a bacia hidrográfica ou sub bacias hidrográficas. Os fluxos de várias naturezas (naturais e antrópicas) asseguram as suas dinâmicas, a continuidade e a sustentabilidade da mesma.

A **legibilidade** prende-se com a leitura da paisagem e consequente interpretação das formas como parte de um sistema/estrutura coerente. Encontrar o caminho para “ir e voltar” é assegurado pela aparente organização física do ponto onde nos encontramos para um ponto no horizonte. Orientarmos no espaço não é difícil quando se trata do espaço onde residimos ou trabalhamos, onde os espaços (*places* e não *spaces*) são os nós da nossa

⁵ “Áreas com características relativamente homogéneas no seu interior, não por serem exatamente iguais em toda a área, mas por terem um padrão específico que se repete e que diferencia a unidade em causa das envolventes” (Pinto-Correia, D'Abreu, & Oliveira, 2001)

matriz de movimento⁶. A leitura do espaço permite que o utilizador se situe, através de um sistema de referências e orientação que é facilitada pela presença de elementos diferenciáveis e singulares que o permitem compor posteriormente uma «cartografia mental», construída pelas imagens que cada um retém da cidade. Na cidade moderna outros mecanismos emergem ajudando essa leitura: mapas, nomes de rua e sinalética, ajudando na orientação/legibilidade influencia não só a nossa segurança emocional como intensifica a experiência humana; pelo contrário, a desorientação causa medo e ansiedade.

A ideia de **espaço de transição** é intrínseca à ideia de enclave⁷, mais à escala local (e associado aos nossos casos de estudo) do que propriamente à escala territorial, no sentido em que este representa na sua maioria a “deslocação da ruralidade para a cidade” (Seixas, 2008, p. 114). À escala territorial podemos aferir que Monsanto é o enclave representativo desse espaço que vive entre a dicotomia cidade/campo, numa primeira fase como espaço fértil e produtivo, lugar de moinhos, mais do que gente; hoje bosque denso que satisfaz as necessidades recreativas da cidade e da sua subúrbia.

À escala local, esta “rubarnidade” (Seixas, 2008, p. 182) traduz, mais do que uma maneira de usar o espaço, uma maneira de nos relacionarmos no espaço, isto é, a rubarnidade promove as relações de vizinhança semelhantes às encontradas em aldeias. Segundo Cordeiro (1997, p.322), *aldeia e bairro sugerem um mesmo modelo de análise, simplificador de uma pequena porção de realidade social com alguns traços de homogeneidade – social, ecológica – fechando-a e isolando-a com o objetivo de fabricar uma unidade coerente, facilmente percecionável no interior de uma sociedade envolvente incomparavelmente mais complexa do que é possível um par de olhos humanos abarcarem.*

⁶ Deste modo, a orientação no espaço não depende apenas da sua posição geográfica mas também de uma interpretação desse mesmo espaço.

⁷ “La entidad se convierte entonces en un lugar compuesto por varios fragmentos, ya sea un lugar con una especificidade rural que sigue subsistiendo como una especie de isla” (Lassus, 2007)

2.2. Limite. A Margem como sistema

O mais sólido e mais duradouro traço de união entre os seres é a barreira

Pierre Reverdy

A segregação espacial resulta num espaço que é **marginalizado** em relação a outros e como vimos é circunscrito a determinado espaço geográfico. Estar à margem daquilo que são os parâmetros normais de determinado contexto é hoje visto como algo de negativo e não como uma oportunidade. Pouco a pouco dá-se mais importância a estas ocorrências excecionais, no sentido da procura de uma individualidade e da multiplicidade de espaços na cidade.

As margens podem surgir como espaços limite, espaços secundários e espaços residuais. São espaços que surgem «entre», «no meio de», «em relação a», «subordinado a» associados a nomes como periferia, *urban fringe* (franja urbana), *terrain vague*, entre outros. Estes espaços de contacto, de carácter de transição, híbrido e ambíguo, vivem sob a contingência da troca, da contínua tradução e mediação de dois espaços que se leem pela sua homogeneidade e confronto, de dois sistemas diferentes cujo diálogo se faz através de tensão, relação, hibridação, transversalidade, superposição e contaminação.

As margens podem corresponder tanto a espaços interiores como exteriores da cidade e do território, espaços que bordejam outros, frentes mar ou ribeirinhas ou espaços entre duas ocorrências geomorfológicas.

Etimologicamente, **margem**⁸ surge inicialmente relacionada com fronteira ou limite, como o “espaço situado no contorno externo imediato a algo” (Houaiss, 2001), daí a palavra **marginar** ser também «envolver numa cercadura» (Houaiss, S., & F.M., 2001).

O ato de delinear/limitar (desenhar uma linha no espaço) é também o ato de definir este e aquele lado, o interior e o exterior, dividir dois territórios adjacentes que são diferentes entre si, através da percepção e construção (Zecchin, 2011), algo que é inerente ao habitar, pois o homem necessita de uma ordem, de forma a dominar a natureza onde habita e onde estabelece

⁸ A palavra margem surge do do lat. Margine - «bordo; margem; fronteira; limite» (Machado, 1977) ; Espaço situado no contorno externo imediato a algo, periferia [...] Espaço deixado entre o limite de duas coisas contíguas; limite, fronteira (Houaiss, S., & F.M., 2001)

limites, por uma questão também de controlo. Deste modo diferenciamos o espaço e sob a diferença que encontramos neste – classificando-o segundo características que percebemos – damos-lhe uma identidade própria.

Neste sentido, na cidade medieval, a muralha funciona também como um a linha que separa, classifica e estabelece um novo uso do espaço e a hierarquia entre cidade e campo (Zecchin, 2011), onde a **porta** desempenha um papel fundamental – Pontua, organiza e hierarquiza o espaço para além de estabelecer a charneira, o ponto de conexão e interface entre dois sistemas e espaço onde se estabelecem trocas e se ritualizam as passagens para um novo «estado». A porta medeia as situações de encerramento e de abertura do sistema.

As sensações que nos invadem quando percorremos a cidade e atravessamos diferentes bairros, por exemplo, prendem-se com a experiência física e mental do ato de passagem, “ it means becoming foreigners ” (Zecchin, 2011), esse momento estabelece também uma mudança de *status* social, como nos diz Jackson (1980):

“A boundary is what binds us together in a group; that which excludes the outsider or stranger [...] the network of boundaries, private as well a public, transforms an amorphous environment into a human landscape”(Jackson 1980).

A definição de limites é portanto algo quase íntimo, que decorre da própria percepção, e por vezes outros inputs como narrativas ou a própria toponímia, onde sensações por vezes de perigo, abandono, intrusão e desorientação, promovem a fragmentação da cidade.

As margens como espaços secundários, podem funcionar como alicerce ou estrutura de um todo cujas características fundamentais são a acessibilidade e a mobilidade. Para falarmos de secundariedade temos de falar também em relações entre elementos e como estas caracterizam a condição de marginalidade – neste caso falamos de relações fracas e desiguais que ocorrem entre espaços e territórios, que podem ser políticas, económicas, sociais, culturais, ambientais e até sensoriais.

De um ponto de vista sistémico, os espaços marginais são espaços que se encontram lado-a-lado com sistemas mais fortes do ponto de vista socioeconómico (Zecchin, 2011).

A acessibilidade e mobilidade são elementos chaves dos espaços marginais porque determinam a permeabilidade dos espaços. Ao contrário dos espaços periféricos, de difícil acesso e de transição, os espaços marginais localizam-se sempre ao lado de espaços privilegiados.

A margem como espaço secundário é a Terceira Paisagem teorizada por Gilles Clement - um espaço que por um lado foge ao controlo; lugares

urbanos, agrícolas e industriais abandonados, tornando-se assim espaços para o desenvolvimento da biodiversidade animal e vegetal – “Desde un punto de vista ecológico, pero también desde un punto de vista general, el Tercer paisaje se posiciona como el território biológico del futuro: única reserva genética planetária” (Clément, 2007) - e portanto o “reservatório” da natureza que não necessita de qualquer intervenção. Assim sendo, a margem pode ser vista também como um **Ecótono**; um espaço riquíssimo do ponto de vista ambiental, pois dá lugar ao contacto de várias comunidades ecológicas, por ser um ambiente de transição e de sobreposição entre dois ecossistemas distintos. Por exemplo, as zonas adjacentes às linhas de água, por serem zonas onde concorrem vários fatores, nomeadamente maior humidade devido à linha de água e à permeabilidade do solo de aluvião, acumulação de materiais aluviados de cotas mais altas e ainda acumulação de ar frio a noite, faz com que estas sejam zonas favoráveis à produção de biomassa (Magalhães, 2001, p. 351).

Não será por acaso que cada vez mais se dê importância a elementos como os corredores ecológicos, já que desempenham a função de ecótono mas também de espaço recreativo, estético, produtivo, cultural compatível com o conceito de sustentabilidade.

Quando «comparados com», os espaços marginais podem tornar-se espaços residuais (os chamados *terrain vagues*), diminuídos em relação aos espaços adjacentes dominantes, com imensa potencialidade para um plano de reintegração e de re-significação. Muitas vezes fala-se nestes espaços como espaços vazios ou expectantes, no entanto estes espaços são sobretudo espaços de liberdade, no contexto da norma reguladora da sociedade, eles servem muitas vezes de suporte a atividades ‘ilícitas’ como venda de droga e prostituição – não são nem vazias nem inativas (segundo Solà- Morales), são sim verdadeiros cronotopos, pois adquirem diversos significados.

Estes espaços são na sua maioria resultado do abandono, tanto pelas autarquias como pelos moradores. São invisíveis e em constante ruína, onde predominam as memórias do passado sobre as do presente. Espaços como estes têm de ser vistos como a base da regeneração e desenvolvimento do território, principalmente dentro das cidades.

To inhabit que em português significa **habitar**, implica o contínuo processo de interpretação/percepção e construção de margens/limites, pois só através delas o homem constrói a realidade à sua volta, e estabelece as relações físicas, imateriais e temporais (justaposição/sobreposição de tempo entendido como memória/temporalidade) que dão qualidades específicas a cada lugar que compõe a Paisagem.

A poética da margem reside no espaço/tempo entre as coisas, e que permite a continuidade espacial; e no limite que define dentro/fora, Caos/cosmos. O limite, físico ou psicológico, **sacraliza o lugar** – “Fortifications defended a people against not only human enemies but also demons and the souls of the dead” (Tuan, 1977, p. 173). A margem representa então uma identidade coletiva, múltipla e diversa. O espaço onde várias layers se sobrepõem criando os significados que só aqui podem ser encontradas e que lhe dão a sua identidade.

2.3. Enclave como produto social

The right to the city is far more than the individual liberty to access urban resources: it is the right to change ourselves by changing the city. It is moreover, a common rather than an individual right since this transformation inevitably depends upon the exercise of a collective power to reshape the processes of urbanization

David Harvey(2008)

Não poderemos falar na divisão física do território sem falar da divisão administrativa do território. A cidade é vista como uma unidade política independente, tal como as cidades-estado gregas (*civitas*). Mas a cidade não é somente uma ideia política. As condições necessárias para o seu bom funcionamento como espaço de coabitação⁹ dependem também da sua economia e como esta se reflete na sua própria forma – através do desenho da paisagem urbana pretende-se a segurança e as comodidades que determinam a longevidade da cidade. A gestão deste território é invariavelmente a instituição do controlo ou poder como meio de administração. O conceito de território pressupõem isso mesmo, a condição de posse, seja ela institucional, pessoal ou animal. Efetivamente a noção de território é própria da essência humana e até animal. Vejamos por exemplo o caso dos Aborígenes Australianos, que apesar de não terem culturalmente um conceito de propriedade privada e fronteira, conseguem distinguir o território como um espaço limitado e organizado hierarquicamente¹⁰. Todos nós ocupamos uma determinada parcela geográfica e aí nos sentimos seguros porque controlamos (mesmo que seja até um falso controlo). O território, espaço geográfico que

⁹ E aqui coabitação no sentido genérico da condição material de habitar um lugar.

¹⁰ “They do, however, distinguish two types of territory—“estate” and “range.” Estate is the traditionally recognized home or dreaming place of a patrilineal descent group and its adherents. Range is the tract or orbit over which the group ordinarily hunts and forages” (Tuan, 1977, p. 157)

delimitamos, defendemos e que inevitavelmente competimos pelo seu uso, pode resultar na exclusão de alguns grupos¹¹. A cultura como nos diz Tim Ingold, vem da terra (land) “In the popular conception, colonists – by the very fact of their occupation of the land – inevitably establish their domination over indigenes, just as culture is bound to dominate nature. Land is there to be occupied, but does not itself contribute to the constitution of its occupants” (Ingold, 2000, p. 135).

O enclave supõe uma geografia com uma jurisdição diferente da sua envolvente, ou seja um funcionamento interno próprio (ver figura 2). Por esse motivo, o conceito de enclave surge normalmente para descrever uma situação geopolítica de clausura; “designa os territórios dum país que se encontram encaixados no território de um país estrangeiro” ou ainda “generally used in a looser sense to describe a colony or other territory of a state, which, while possessing a seaboard, is entirely surrounded landward by the possession of some other power; or, if inland territory, nearly though not entirely so enclosed” (Encyclopædia Britannica, 1911). O espaço geopolítico como território torna-se também um espaço elástico, isto é, cujos limites e fronteiras não são rígidos nem fixos e onde a nossa condição altera-se de cidadão para imigrante de um momento para o outro; ou mesmo, viver na condição de imigrante toda a nossa vida¹² (Baraona & Reyes, 2011). A palavra *possession* ou *sovereign*, que também surge em muitas das descrições, é fundamental para compreendermos o enclave como um espaço controlado, com pontos preferenciais de acesso e mecanismos de abertura/encerramento, seja a própria forma urbana ou pela própria ‘abertura’ social dos moradores em relação aos “outsiders” ou de uma maneira mais óbvia, os mecanismos físicos como muros, barreiras, portões e “checkpoints” que “filtram” essas travessias, tal como acontece na Cisjordânia (figura3), dividida em “partes” pertencentes à Palestina e à Jordânia e controladas pelo exército israelita; um regime de controlo que é constantemente corrompido no sentido em que aceita subornos e discrimina.

“ Places can be made visible by a number of means: rivalry or conflict with other places, visual prominence, and the evocative power of art, architecture, ceremonials and rites” (Tuan, 1977, p. 178).

¹¹ “The park’s central sandbox, for example, is less a tract of undifferentiated play space than a projection of adult politics onto childhood (...) Descombes determined that if the sand box area is made as only a single zone, disputes over territory will probably result. Instead, he divided the play space into several defined zones, each identifiable as distinct. These zones psychologically join into one unit, however, as does the house in the neighborhood or the neighborhood into the city.” (Treib)

¹²Tradução da autora

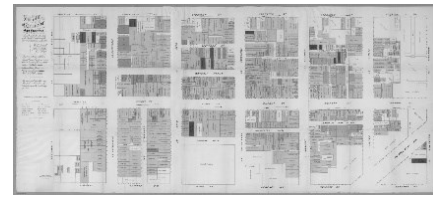


Figura 2 Chinatown S.Francisco (1885)

O mapa cartografa as diferentes atividades na Chinatown de S. Francisco, nomeadamente jogo, prostituição por etnia, casas de ópio e santuários, conseguindo perceber que existem ruas específicas para cada, não se misturando e que todas elas ficam do lado de dentro do bairro e não no limite imediato, percebendo que também existem diferentes codificações dentro do enclave.

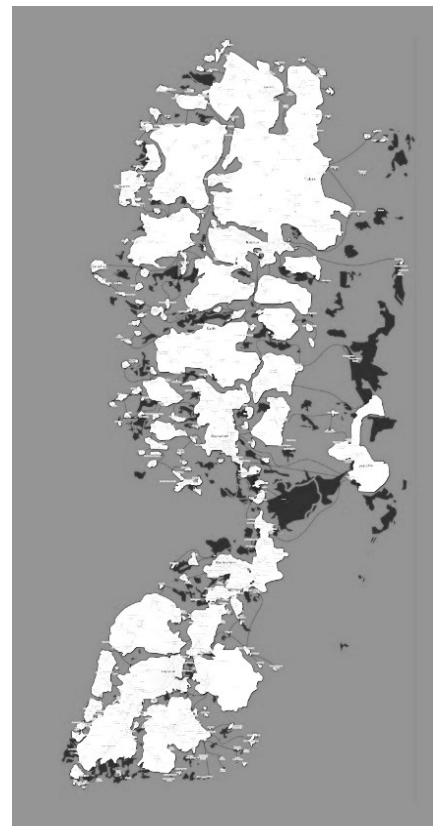


Figura 3 Arquipélago Palestino

As cidades constituem um espaço de acumulação de pessoas com o propósito de trabalhar a um custo mínimo - “the transformed and socially concretized spatiality arising from the application of purposeful human labor” (Soja, 1989, p. 80) – assegurada pelo dispositivo que cria as melhores condições para a reprodução dessa força laboral e o seu controlo - a **urbanização**; baseada na maximização das estruturas que resultam em crescimento económico e segurança social.

A cidade industrial, promotora da segregação funcional e social, resultou do parcelamento, homogeneidade física e social, e organização hierárquica, fortemente polarizadas que depois se traduziu nas formas residenciais que sucedem a este período. A distribuição espacial espelhava a condição social. A casa e o bairro são fundamentalmente a forma de afirmação desse estatuto social, pois eles são um produto social. Por exemplo, a segregação residencial surge nas elites a partir da revolução industrial “to escape from the disease, filth, and overcrowding in cities, and took on the aesthetic and ideology of antiurbanism, domesticity, and privacy” (Espino, 2005) e é prática dominante desde esse período, principalmente na suburbia. A prática da paisagem e vigilância centra-se nos problemas de regulação e ordenamento como forma de controlar o medo. Hoje com o “regresso” à cidade vemos a apropriação de algumas das tipologias estudadas em condomínios para a classes mais endinheiradas (figura 4).

As práticas de mapeamento e inquéritos postos em prática no período higienista, ajudou a compreender também de que forma a degradação das condições sanitárias contribuíram para a própria degradação social e deste modo moldar também a paisagem urbana contemporânea. Essa preocupação que resultou numa crescente melhoria das condições de habitabilidade para os trabalhadores, sendo que a partir da construção das vilas operárias as condições sanitárias são uma prioridade no planeamento – do mesmo modo reforçava-se os mecanismos de controlo por parte dos patrões.

Um dos exemplos quase utópicos – cujo conceito e não a forma, poderemos aproximar à realidade portuguesa da habitação operária oitocentista - é o projeto do higienista e socialista Jean Baptiste Godin. Também ele fora um mero operário fabril antes de se tornar um grande industrial, e que pelo conhecimento das pobres condições de vida mandou construir lado-a-lado com a sua fábrica um complexo habitacional para os seus trabalhadores - o Familistério de Godin (figura 5).



Figura 4 Pátio do Monteiro na Tr. Léguas da Póvoa, convertido em condomínio fechado



Figura 5 Familistério de Godin

O familistério tinha esgoto e água potável em todos os andares, lavandaria, “apartamentos” bem iluminados e ventilados e ainda equipamentos coletivos como piscina, escola, teatro, coreto e uma biblioteca¹³.

Não podemos deixar de notar que a estrutura do familistério remete-nos para a ideia do **panótico**¹⁴, exposta por Michel Foucault; uma forma de vigilância dissimulada e de controlo social, que desta forma reforça o poder. As ligações aos apartamentos do Familistério são feitas através de pátios e varandas onde todas as hierarquias se encontram; as janelas interiores (que dão para as varandas e pátios) permitem o olhar do “outro” e portanto aumenta autodisciplina e responsabilização social em manter as condições permanentemente.

Para além da divisão por grupos económicos funcionais, o enclave à escala da cidade ocorre naturalmente por divisões sociais ou diferenças hierárquicas; qualquer uma destas divisões, que podem ser voluntárias ou involuntárias são, segundo Marcuse, inevitáveis. A segregação que é involuntária é também hierárquica - baseada em posição social, riqueza e poder, ocorre apenas para grupos sociais vistos como inferiores, e resulta no seu confinamento em determinada área geográfica escolhida, normalmente pelos serviços administrativos da cidade, resultando naquilo que Marcuse define de *Ghetto*. Extrapolando para a nossa realidade, os alicerces da construção dos bairros sociais seguem o modelo norte-americano do *Ghetto*, no sentido em que surgem para realojar moradores de bairros considerados degradados – Tal como no caso de Lisboa, onde o bairro social normalmente sucede o bairro clandestino – e que pela sua condição económica são “obrigados”¹⁵ a aceitar o bairro social como nova condição. A segregação voluntária, ou *Withdrawal*, é a separação voluntária de um grupo socialmente e economicamente dominante e que leva à formação do que Marcuse designa de *exclusionary enclave* – onde se inserem condomínios e comunidades religiosas.

Como veremos no capítulo seguinte, os Conventos, mais do que espaços de afirmação social, que recorrem de símbolos e objetos para reforçar a sua posição, como a construção de muros, são espaços de resistência e de promoção do desenvolvimento urbano, a partir dos seus limites. Também os acampamentos e clandestinos podem ser vistos como espaços de resistência, no sentido em que poderão expressar a vontade de quem os habita de se

¹³Ver site: <http://www.familistere.com>

¹⁴ Panótico de Bentham, Modelo de centro penitenciário criado por Jeremy Bentham em 1785, onde o vigilante ocupa a zona central podendo observar todos os reclusos sem que estes percebam que estão a ser observados.

¹⁵ Aqui utilizaria o termo “soft exclusion” pois o realojamento em bairros sociais não é mandatário mas apenas limitado pela condição económica do grupo.

tornar uma comunidade autónoma, principalmente por oposição à cidade capitalista como movimento de revolta contra as entidades reguladoras da construção e da oferta de habitação condigna e barata (ou pelo menos de acordo com a remuneração base).

A subúrbia que se faz destas tensões, entre as lógicas de ocupação - A subúrbia é um terceiro estado no sentido em que não é cidade nem campo. Também é uma definição geográfica mas é também uma questão simbólica e de leitura das conotações sociais inerentes à construção desta paisagem e que define as suas regiões, como Fernanda Cândia mencionou no seu trabalho *Cidades sem nome – é uma questão de apropriação*. Basta olhar para a cartografia de Lisboa para perceber como estes espaços de enclave se apropriaram da paisagem – “a indicação dos seus nomes distribui-se por toda a cidade, sugerindo manchas mais ou menos difusas nos seus limites. No seu conjunto, representam realidades contrastadas, com diferentes inserções históricas, ecológicas, sociais e culturais na cidade-mãe, com tamanhos variáveis, níveis de coesão diversos, ocupando além disso, um lugar próprio na hierarquia mítica do imaginário lisboeta” (Cândia, 2008, p. 16).

Mas as grandes transformações que se refletem na paisagem contemporânea, só se deram com as transformações socioeconómicas do século XX. A criação de novas estradas, aeroportos, centros comerciais, condomínios de luxo e comunidades residuais de mão-de-obra barata têm em comum a fragmentação da paisagem em enclaves – o arquétipo da sociedade pós industrial – no sentido em que todos tem subjacente a individualização, a fragmentação espacial e social e a diferenciação de classes. Sobre isto Soja fala de uma *illusion of opaqueness* já que a evolução do capitalismo resultou na “submergence of social conflict in depoliticized geometries” (Soja, 1989). A diferença entre cidade fragmentada e cidade segregada é uma questão de escala. A cidade fragmentada continua a promover a segregação socioespacial - A agregação de conjuntos humanos e sociais que se expressam em determinados momentos contra o que lhes é alheio, aparentemente à sua condição geográfica, mas não alheio à sua condição política.

A nova realidade urbana, associado à estrutura de poder das sociedades surge também a problemática do “outro”. Consciente ou inconscientemente as pessoas rotulam-se mutuamente; as diferenças culturais são tratadas como desvios à realidade vigente e logo trata de estigmatizar aqueles que não ajam segundo o grupo maioritário. Deste modo a segregação de grupos é também um mecanismo de defesa – primeiro porque a aglomeração é o princípio básico de defesa, em segundo porque as escolhas do local são determinadas pela possibilidade de evitar possíveis “encontros” que possibilitam conflitos e em terceiro, a segregação de um grupo étnico

funciona como resistência e portanto, a luta contra os membros daquela sociedade em geral, tanto pode ser uma luta pacífica que age politicamente como tornar-se violenta. Assistiram-se, no século passado, a três importantes fluxos migratórios que reconfiguraram a cidade de Lisboa: o primeiro tivera início nos anos cinquenta, com o êxodo de pessoas vindas das zonas mais pobres do país; em setenta e quatro os emigrantes das ex-colónias e nos anos oitenta, um elevado número de emigrantes vindos dos PALOP. A incorporação de novas realidades sociais resultou em novas sociabilidades e codificações da paisagem, nem sempre pacíficas e nem sempre legíveis do ponto de vista da forma urbana, que se prendem com o “outro”, com aquilo que não conhecemos e com as adições sucessivas de uma cultura diferente. É oferecida igualdade entre os cidadãos mas a assimilação de uma cultura diferente raramente acontece, mesmo que assimilação signifique apenas aceitar que uma pessoa possa ser portuguesa e que culturalmente segue o estilo de vida das suas raízes. Como disse Bauman (2012) “The identification of national culture with state citizenship is a recipe for trouble: explosive, inflammatory”¹⁶; O insucesso de muitos bairros sociais, prende-se com a promiscuidade das estruturas do bairro, que não preserva o conjunto de relações complexas que estavam estabelecidas até então (Hall, 1986) e utiliza a palavra inclusão para justificar a falta de sensibilidade em relação à mistura das diferentes culturas.

“Assimilation makes sense as long as people believe (or are powerless to contradict such a belief imposed by the dominant power on the rest of the world) in a clear hierarchy – superiority and inferiority - of cultures, and one direction of progressive evolution – from “inferior” to “superior” (Bauman, 2012)

Concluindo, as divisões sociais que ocorrem quer por razões de natureza física ou social ou ambas, resulta na cidade fragmentada que conhecemos hoje. Para a conceção de projeto de paisagem é importante reter que cada fragmento tem uma componente material e simbólica que tem de ser incorporadas também,

Fundamentalmente há que refletir sobre a forma como estas estruturas se relacionam com a paisagem. Efetivamente quando são indiferentes á sua condição física e funcionamento estão traçadas á priori as condições para que venham a constituir-se como guetos. O enraizamento social e cultural inicia-se numa ligação telúrica com o sítio e desenvolve-se também, melhor ou pior, segundo a qualidade do espaço relacional.

¹⁶ Ver <http://www.citsee.eu/interview/past-central-europe-future-europe-interview-zygmunt-bauman>

2.4. O Enclave Heterotópico

O espaço pode dividir-se em distintas atmosferas que se prendem para além da condição física do lugar, mas a uma série de fatores abstratos que dão qualidades ao espaço. O enclave enquanto espaço sensitivo e simbólico, ritualiza uma transição através dos seus limites. O seu acesso supõe um conjunto de “rituais” ou “purificações” por parte do “outsider”. Neste prisma, as qualidades intrínsecas do espaço público do enclave, para aqueles que lhe pertencem, ocorre (ou deveria ocorrer) como uma extensão da casa e portanto também como um espaço sagrado do ponto de vista da forma simbólica que ambos adquirem, a casa e a geografia onde se implanta a mesma. A casa é o universo que o homem constrói para si mesmo, pela condição do habitar, “imitating the paradigmatic creation of the gods”(Bollnow, 2011).

O enclave como espaço de transição, entre dois estados, comporta a condição de exceção, entre o que é e não é, entre realidade e utopia que faz com que seja também uma **heterotopia**, “an existing place of otherness” (Cauter, 2011). As heterotopias compreendem e simulam uma experiência comum de lugar (Dehaene & Cauter, 2008). A imagem do enclave, que é diferente para cada um que contacta com ele, trazendo à superfície sentimentos de segurança, bem-estar ou repulsa, depende da nossa percepção sensitiva que como já vimos é resultado da leitura do espaço. Por vezes, “tem nomes que os distinguem e, em certas situações, constituem-se como referências localizadas, com corpos coletivos de dimensões variáveis que assumem comportamentos de rivalidade territorializada” (Cordeiro, 1997, p. 39).

A “heterotopia de crise” (Foucault, 1984), **cuja principal função é a transformação progressiva de um grupo a uma nova realidade social** - quer por motivos de catástrofe natural, crise política, migração, etc. - cria descontinuidades morfológicas nas cidades contemporâneas, que Pinto nomeia de “enrugamentos de acumulações de acontecimentos” (Pinto, 2013) e acumulações de pessoas que têm em comum contingências semelhantes. Poderemos definir este enclave, usando a definição de enclave étnico de Peter Marcuse: “an area of spatial concentration in which members of a particular group, self-defined by ethnicity or religion or otherwise, congregate as a mean of protecting and enhancing their economic, social, political, and/or cultural development” (Marcuse, 2005). Este tipo de construção espacial concorre para um reforço nos sistemas sociais de controlo, que tanto pode ser exterior ou interior, estabelecendo relações com a sua envolvente no sentido da inclusão/exclusão e do insider/outsider e ainda como forma de evitar o conflito. Quando olhamos para este tipo de enclave ao nível da subúrbia, mais

concretamente os bairros clandestinos, estes surgem na sua maioria independentemente da existência de estruturas municipais, devido a falta de loteamento e portanto também este aciona **mecanismos de auto gestão**, providenciando/construindo as estruturas básicas à ocupação - um processo que se verifica lento, na sua maioria.

Mas também podemos falar do enclave como uma “heterotopia de desvio”, do ponto de vista do enclave voluntário e de resistência. A heterotopia de desvio torna-se particularmente interessante quando falamos de situações de acampamento, que para Agamben (1998) representam espaços onde a lei é suspensa, onde a divisão pública/privada não existe e portanto não existe também o conceito de cidadania e cidade. O acampamento é um *não lugar*, na visão de Agamben (1998) e portanto o contrário de uma heterotopia. Queremos ressaltar que o acampamento poderá ser considerado não lugar pelo seu carácter transitivo, contudo, e como veremos no capítulo seguinte, a definição de lugar e não lugar não forma um conceito generalizado mas tem uma constituição diferente para cada pessoa.

A função do enclave altera-se segundo as necessidades do grupo ou da comunidade que o constitui ou por outros motivos externos a este - tal como as cercas conventuais funcionaram como “banco de terras” respondendo às necessidades de expansão da cidade de Lisboa ou os pátios e vilas que já não albergam a comunidade operária, diz-nos que a assimilação do enclave é possível, pois o carácter heterotópico do espaço pede necessariamente um mecanismo de abertura e encerramento.

A questão do sistema fechado e sistema aberto foi exposto pelo sociólogo Richard Sennett. O sistema fechado para Sennett divide-se em dois componentes principais, equilíbrio e integração, sendo o equilíbrio o controlo das ações do próprio sistema, pois nenhuma parte do sistema deverá ser comprometido pela outra parte, isto é, a falha e o sucesso do sistema depende da clara soma das partes (Sennett, 2013). A Integração é o princípio de que tudo é parte do sistema e tudo tem o seu papel no mesmo, contudo tudo aquilo que surge como dissonante é de certa forma diminuído em relação ao resto do sistema; ele é então binário e redutível e todos os seus produtos são calculados (Sennett, 2013) e isto só acontece pois tudo é mediado por um conjunto de regras – sejam códigos sociais, políticos ou económicos, que se refletem no desenho do espaço - que no caso do planeamento urbano definem os contextos históricos, arquitetónicos, económicos e sociais. Sennett defende que aqui, a palavra «contexto» é usada para reprimir tudo aquilo que sai fora da “ordem”, tudo aquilo que se evidencia, ofende ou desafia (Sennett, 2013). O que Sennett chama de *Brittle City* é então, a cidade cujas funções estão completamente divididas, o que a torna estática e homogéneo onde a

urbanização/contexto funciona como “an apparatus of governance” onde está constantemente presente “dialectic of integration and closure”. As infraestruturas de comunicação que contribuem para o encerramento e ao mesmo tempo, abertura destas estruturas; o espaço urbano que se cria pela tensão entre as duas, ativa as trocas (aqui diríamos que as trocas são preferencialmente à grande escala) “to favor the dynamic, unceasingly fluid conditions of the urban land-scape space” (Angélil & Klingmann, 1999). Outros elementos como estações ferroviárias, funcionam muitas vezes como os únicos espaços onde a estrutura de integração é possível. O sistema aberto¹⁷ põem de parte a ideia de equilíbrio e integração, e resulta de um aumento tanto da densidade como da diversidade, isto é, todas as partes do sistema são únicas, resultando num sistema muito mais complexo e dinâmico, que aumenta o número de possibilidades, e que aceita as dissonâncias, tendendo para o encontro sucessivo de equilíbrios temporários (Princípio da Homeostasis) deixando de ser possível calcular os produtos resultantes da interação das partes, pois os produtos são únicos e ocorrem simultaneamente.

A Paisagem urbana abandonou definitivamente a ideia de espaço ininterrupto e homogêneo que a cidade industrial pressupunha. O conhecimento sobre as consequências nefastas da cidade industrial fizeram surgir conceitos como *Lebensraum*¹⁸, que antevê-se um conhecimento da relação recíproca entre os homens e o espaço, na qualidade de sistema dinâmico, que através de estruturas encerradas e de outras abertas multiplicasse o espaço em novas formas, experiências e significados, que devem ser exploradas no desenho do espaço público.

2.4.1. Cronotopos

Espaço e tempo são determinantes à existência humana. Tal como disse Tim Ingold “If environments are forged through the activities of living beings, then so long as life goes on, they are continually under construction” (Ingold, 2000, p. 20), ou seja, o tempo na paisagem é a história - o passado, presente (a experiência vivida no momento da percepção) e futuro (ficcional e imaginário) em simultâneo.

Do grego *Kronos*, ou tempo, e *Topos*, de espaço ou lugar, o conceito de **cronotopos**, desenvolvida por Mikhail Bakhtin (1920-1924), exprime a unidade de espaço-tempo onde decorre uma acção. Por outras palavras o cronotopo é a representação espacial (*topos*) de uma sequência (*chronos*) de

¹⁷ A ideia de sistema aberto foi explorada pela primeira vez e como contestação à visão de Le Corbusier, por Jane Jacobs (Sennett, *The Open City*, 2013).

¹⁸ Palavra que define “habitar” em alemão, corresponde a “espaço vital” ou literalmente “espaço habitado” em português

interação e de determinadas relações sociais baseados em processos culturais. Através do conceito de cronotopos, conseguimos analisar a paisagem como uma narrativa que se lê simultaneamente como espaço físico e como temporalidade onde decorre a ação de uma personagem, ajudando-nos a compreender por que razões duas pessoas podem ler de forma diferente a mesma unidade.

Para Myers (1986):

“for each individual, the landscape becomes a history of significant social events...previous events become attached to places and are recited as one moves across the country (...) the movement of social life is itself a movement **in** (not on) a landscape” (Ingold, 2000, pp. 53-54)”

Temos de entender que na paisagem decorre uma acumulação de diferentes tempos e espaços, e portanto de diferentes realidades que se sobrepõem e coexistem, e deste modo temos também diversas interpretações desta. Dependendo da relação que advém da qualidade do espaço, da sua duração e da sua repetição, podemos falar de *lugares* e *não lugares*¹⁹. Tomemos como exemplo a estação de comboio. A estação de comboio poderá ser vista como lugar, para quem trabalha na estação, para quem habita a estação, mas como um não lugar para quem utiliza a estação apenas para apanhar o comboio e não estabelece qualquer vínculo identitário com aquele espaço. Deste modo poderemos dizer que diferentes cronotopos se podem sobrepor e ocorrer em simultâneo, permitindo repetições, trocas e inclusões (Ramoneda & Sanches, 2012), estes poderão ser permanentes, efémeros ou intermitentes. O cronotopos por um lado encerra determinada condição temporal, mas por outro lado poderá ser visto como o acumular do tempo, que Foucault define por heterocronia, “the will to enclose in one place all times, all epochs, all forms, all tastes” (Foucault, 1984). O conceito de cronotopos vive então um dualismo que Alexandru Calcatine (2012) diz-nos ser um significado e algo significativo, isto é “the significate is the very concept, the basic idea which determine the meaning, and the significant is represented by the material form, the image and its substance” (Calcatine, 2012, p. 144); a diferença entre eles é que o significado pertence a quem o habita e o significante em quem o tenta perceber sem ter estabelecido qualquer ligação emocional. O cronotopos, ligando estruturas sociais e culturais, divide-se tipologicamente porque não se refere apenas aquilo que é físico e literal – e que orador eleger para observar e memorizar – mas vive ainda no imaginário, aquilo que entendemos como

¹⁹ Lugar e não lugar na aceção de Marc Augé, sendo que um lugar pode ser definido como “identitário, relacional, histórico” e logo não lugar corresponde a “um espaço que não pode ser definido como identitário ou relacional ou histórico”

referências existenciais ligadas ao nosso imaginário sob a forma de narrativas - porque parte de uma reconfiguração mental segundo a conveniência do leitor (da paisagem). A ligação cronotópica que se estabelece entre mente, paisagem e sociedade é assegurada pela leitura dos diferentes limites, através do movimento, transição e visão (Muntanola, 2004, p.3), ou seja, da experiência que advém da própria configuração física do espaço.

Numa última instância, as tipologias estudadas definem uma hierarquia entre cronotopos²⁰. Tomando de novo o exemplo da estação de comboio, este será o espaço onde diferentes tipologias, e conseqüentemente diferentes hierarquias cronotópicas se encontram, e por essa razão, esta é muitas das vezes o único ponto onde se pode estabelecer trocas a nível social e cultural que de outro modo seria impossível²¹.

Intrinsecamente ligado ao conceito de cronotopos, o enclave, e particularmente os escolhidos para este estudo, denotam na ligação entre espaço e tempo a ideia de unidade, de singularidade (fundamental nas heterotopias) que permite defini-lo como uma entidade. Todos eles construídos em épocas particulares da história, imprimiram na paisagem também essa temporalidade como uma marca. Cristalizaram no tempo não só uma forma arquitetónica própria como também um grupo social cujas relações estabelecidas nesse espaço são também elas muito próprias.

Podemos entender isto, não num sentido literal da cristalização, mas mais diretamente relacionado com o facto de estas formas representarem um marco onde é corporizada uma memória coletiva e pessoal. Como explanou Sebastián Marot (2006) recorrendo ao trabalho do sociólogo Maurice Halbwachs, “marcos sirven de lugar permanente de organización durante un largo tiempo [...];dominantes, porque cada recuerdo estará vinculado a ellos en su lógica y en su visión del mundo, como en un centro de organización” (Halbwachs, 1925, p. 111)²². Ainda sobre a memória como elemento fundamental à identidade dos espaços, Marot conceptualizou (através do trabalho desenvolvido por Francis Yates) que recorrendo a “lugares” e “imagens” é possível criar memória (mnemotécnica). A *ars memorativa* cria referências espaciais que se vão justapondo para configurar o lugar – só através da consolidação da memória conseguimos consolidar a identidade cultural do lugar, que frequentemente também surgem na própria toponímia,

²⁰ Topológica, psicológica e metafísica

²¹ Tomando o exemplo do Bairro da Cova da Moura, onde a estação de comboios é provavelmente o grande ponto de contacto do bairro com o exterior

²² Ainda sobre a mesma questão “Quando un grupo humano vive durante mucho tiempo en un lugar adaptado a sus costumbres, no sólo sus movimientos, sino también sus pensamientos, se regulan según la sucesión de imágenes materiales que les ofrecen los objectos exteriores” (Halbwachs, 1925, p. 136)

como Rua da Procissão, Rua do Abarracamento de Peniche, Rua Sete Moinhos etc.

Estudar a paisagem ao nível dos cronotopos, pode facilitar a transposição da experiência da paisagem no planeamento da mesma, contudo isso só será possível, provavelmente, se optarmos por um planeamento onde o utilizador é mais participativo e onde o planeador se interessa por perceber as diversas dinâmicas cronotópicas do espaço onde irá intervir.

3. Introdução Prática

Este trabalho agarra tipologias urbanas de exceção a escala da cidade de Lisboa, nomeadamente tipologias que se prendem também com uma diferença social. Tal como vimos na introdução deste trabalho, a descoberta casuística de duas tipologias urbanas de exceção - A vila/pátio operário e o clandestino – revelou: uma relação com um estrato social, com um determinado período de crescimento de cidade e finalmente uma relação com a matriz física do lugar. Estudando a evolução da cidade percebemos que estas tipologias urbanas surgiram em diversos momentos, normalmente relacionados com aquilo que consideramos “crises”, e que algumas podem evoluir e suceder outras.

O **Convento** representa a primeira tipologia urbana de exceção, no sentido em que, pelas suas características e posição relativa em relação ao núcleo da cidade, promoveu o seu crescimento e por outro lado está na base do aparecimento de todas as outras tipologias estudadas – **A vila/pátio operário, o abarracamento, o clandestino e os bairros económicos e sociais.**

A divisão dos seguintes capítulos deve-se ao processo de apropriação, que resulta da leitura vertical e sincrónica, já que não procedemos á descrição

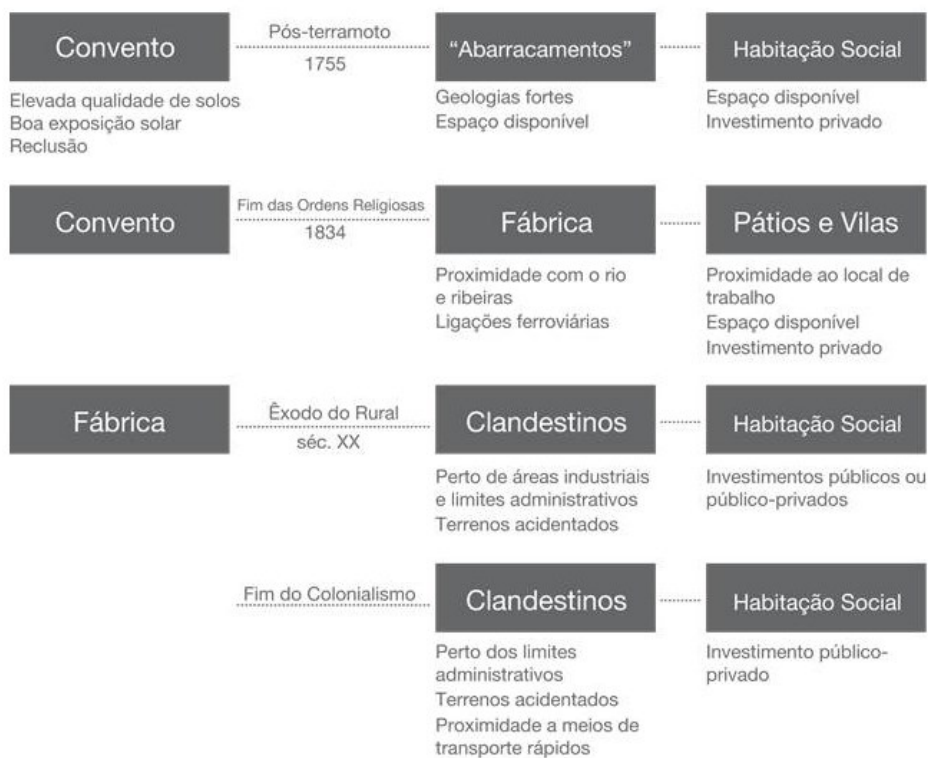


Figura 6 Relação entre as tipologias estudadas

cronológica das tipologias de habitação operária em Lisboa, mas à tentativa de perceber como estas se influenciam e se desencadeiam.

Dado que é principalmente a sua estrutura física que as diferencia, e que umas originam outras (processo que é cíclico e não progressivo), agrupamos as tipologias cuja estrutura é mais semelhante e que por essa razão também estabelecem relações semelhantes com a cidade.

Temos de ter em conta a dinâmica temporal de cada tipologia, isto é, todas elas se reproduzem e sofrem mutações ao longo do tempo e todas têm algo de efêmero na sua constituição, pois correspondem a “anomalias” no crescimento da cidade e portanto corresponde a um sistema que é aberto e dinâmico e cujas estruturas não são de todo fixas.

Esta análise permitirá estabelecer um padrão distributivo, ligações que estabelecem com a envolvente e com a cidade para mais a frente conseguirmos identificar

Analisando os padrões distributivos, estabelecemos ligações entre as várias tipologias de enclave que nos permite identificar pontos fortes e pontos fracos para podermos agir projetualmente neles.

2.1. Convento e Vila Operária

Já não é novidade que as ordens religiosas foram grandes impulsionadores do desenvolvimento urbano do país. Na cidade de Lisboa, este foram preponderantes para a expansão extramuros. Implantaram-se nas colinas, nomeadamente as da Trindade, S. Francisco e Carmo, a ocidente e S. Vicente e Graça²³, a oriente. A oriente estes eram limitados por uma série de ocorrências topográficas que dificultaram a expansão nesta direção, nomeadamente as escarpas da Graça e Penha de França. Do crescimento suburbano impulsionado por estas estruturas, destacam-se o Convento de Santos-o-Velho, um dos núcleos mais antigos do crescimento suburbano à construção da nova cerca, em 1375; e os conventos de Madre Deus em Xabregas e Jerónimos em Belém, já bem mais tarde, no início do século XVI. Em fins do século XV apenas três Mosteiros localizam-se em pleno centro da cidade, seis nos topos das colinas e sete extramuros (Brito, 1977) (figura 7). A posição relativa em relação à cidade, destes núcleos, era motivada, primeiro pela morfologia - normalmente nos cabeços largos das colinas, por serem mais arejados, solarengos e permitirem a construção de uma vasta cerca; ou em vales férteis como o vale da Almirante Reis, Av. Da Liberdade ou Chelas, que permitiram também a produção agrícola – e por último, a distância ao núcleo que permitia a sua reclusão, necessária para a prática religiosa, mas nunca esquecendo as estruturas de ligação à cidade.

O Convento surge como elemento estruturante no Arrabalde, dando-se a ocupação em torno das suas cercas e a ladear as estradas de acesso à cidade. A presença de Conventos e Mosteiros imprime na cidade uma nova tipologia de divisão que não é feita por motivos defensivos e também não totalmente administrativos, a **congregação**²⁴, isto é, regiões abrangidas por uma comissão de cardeais encarregados por questões administrativas da Igreja (Houaiss, 2001) daquela área, a que pertence determinado número de pessoas - divisão essa que ainda sobrevive na nomeação de algumas freguesias.

Desde sempre desempenharam um papel fundamental no apoio social à população, em troca de esmolas que os paroquianos entregavam em dias de missa. Nesse sentido o convento é também uma construção social que depende da «boa fé» dos seus paroquianos.

²³ Em 1259, das vinte e três paróquias existentes, apenas oito eram *intramuros*, (Brito, 1977, p. 24)

²⁴ Vieira da Silva (1968) fala de “circunscrição territorial” (Dispersos vol.II, p.173); já Marcuse (2005, p.17) “Congregating is the process of formation of the enclave” para proteção ou salvaguarda dos seus interesses.

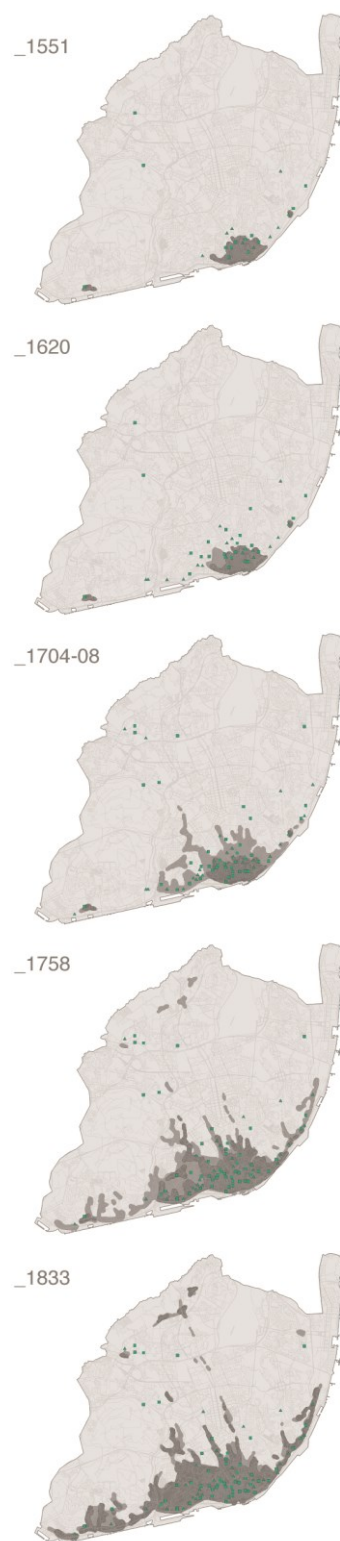


Figura 7 Conventos e o crescimento da cidade de Lisboa

Com a crise no antigo regime absolutista que estava instituído desde o século XIV, marcado por uma grande crise na agricultura e por grandes desigualdades sociais, levam ao aparecimento de novos ideais, nomeadamente o Liberalismo, que começa a ganhar popularidade principalmente entre os burgueses urbanos, num movimento que inicialmente seria mais intelectual, mas que viria a culminar na Guerra Civil Portuguesa de 1832-34. Os ideais do Liberalismo defendiam que a crise económica só seria resolvida com a livre circulação de bens e serviços, e isto seria conseguido com o desenvolvimento dos transportes internos, com a construção de caminhos-de-ferro e a expansão colonialista em África. Contestava-se ainda o Senhorialismo e a existência das Ordens Religiosas - primava-se pela individualidade do cidadão. Com o fim da Guerra Civil deu-se também o fim das ordens religiosas, transferindo-se todos os imóveis para o estado ou à burguesia ligada a atividades financeiras. Iniciou-se em Lisboa, por esta altura, um processo de industrialização lento, que levou a uma concentração de mão-de-obra operária vinda das várias aldeias do país²⁵. Alguns dos conventos foram reconvertidos em fábricas, como o Convento do Beato, primeiro usado como armazém e depois a partir de 1843 para moagem de cereais, o Convento de S. Félix e Santo Adrião, reconvertido em 1898 numa fábrica de pólvora sem fumo, Convento de S. Bento de Xabregas, que a partir de 1845 foi reconvertido numa fábrica de tabacos e 1ª Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, detendo vários outros armazéns em Xabrega, o Convento de Sta. Clara, transformado em fábrica de armas (Matos, 1989), o Convento do Bom Sucesso que se transformou num complexo fabril polivalente e ainda o Convento do Grilo com o sistema fabril e logístico do exército (Manutenção Militar). Outra reconversão curiosa é a do Convento dos Barbadinhos, com a sua estação elevatória de água do rio Alviela (ver anexo VIII).

Para além de se terem transformado em grandes espaços de produção, muitos também foram reconvertidos em espaços de habitação, nomeadamente o Convento de S. Francisco de Paula, Convento das Bernardas e Convento Corpus Christi (Baixa). A demanda por alojamentos desencadeou um processo de urbanização de novos bairros e avenidas, que não seriam ocupados pela classe operária, mas pela classe média burguesa, Os poucos recursos e necessidade de alojamento, principalmente nos limites da cidade que coincidiam com os grandes vales de Alcântara e Chelas, onde a água desempenhava também um papel fundamental nestas indústrias,

²⁵ Note que a penetração do modo capitalista nas estruturas agrárias libertou muita mão-de-obra que foi procurar sustento nas grandes cidades, atraídas também pelas novas unidades industriais.

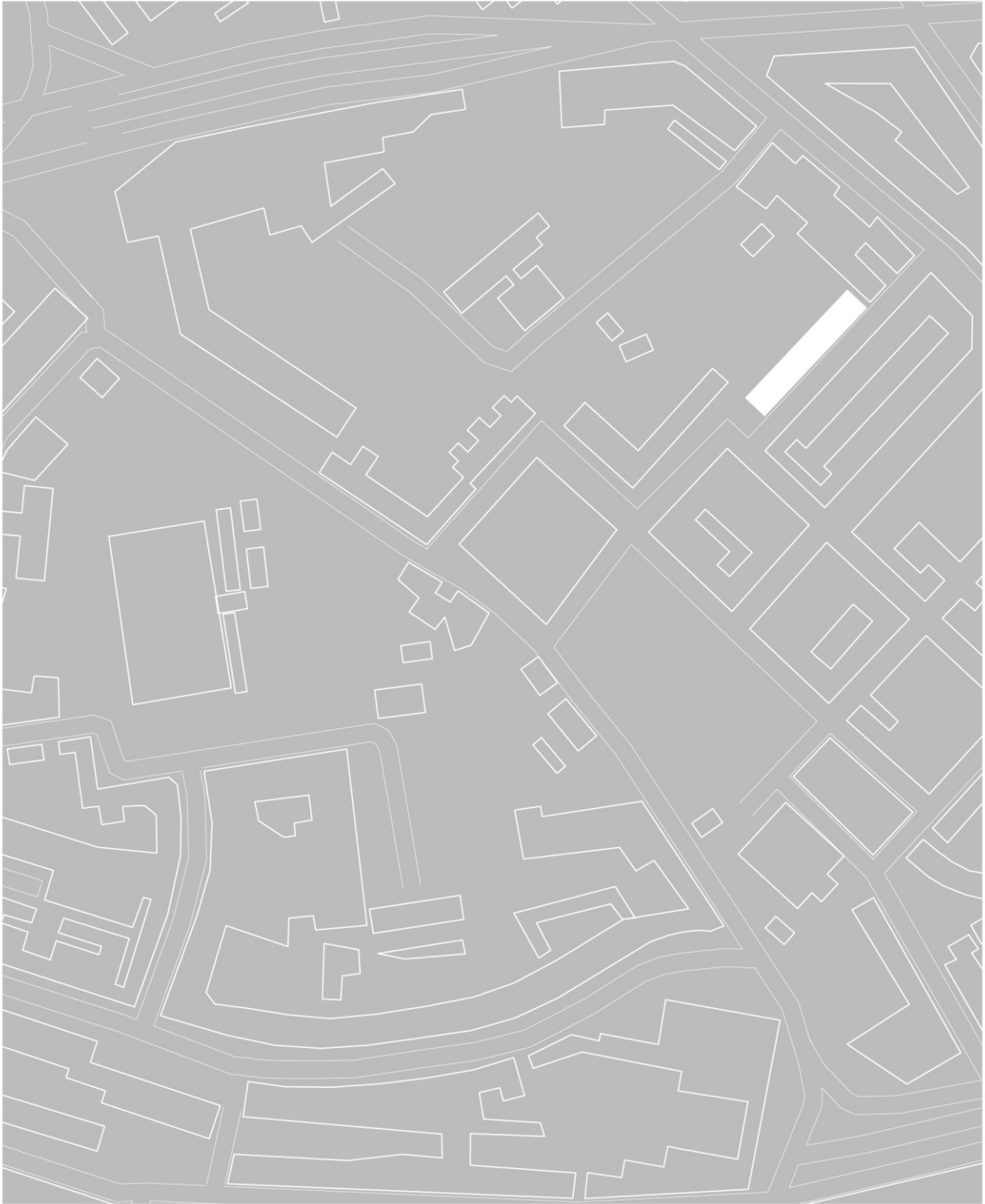
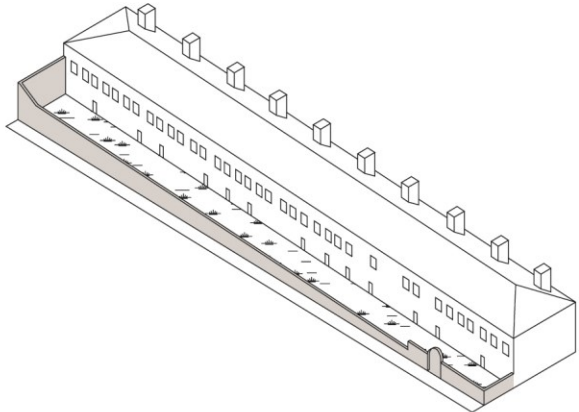


Figura 8

Pátio em correnteza

Pátio Monteiro_Tr. Léguas da Póvoa



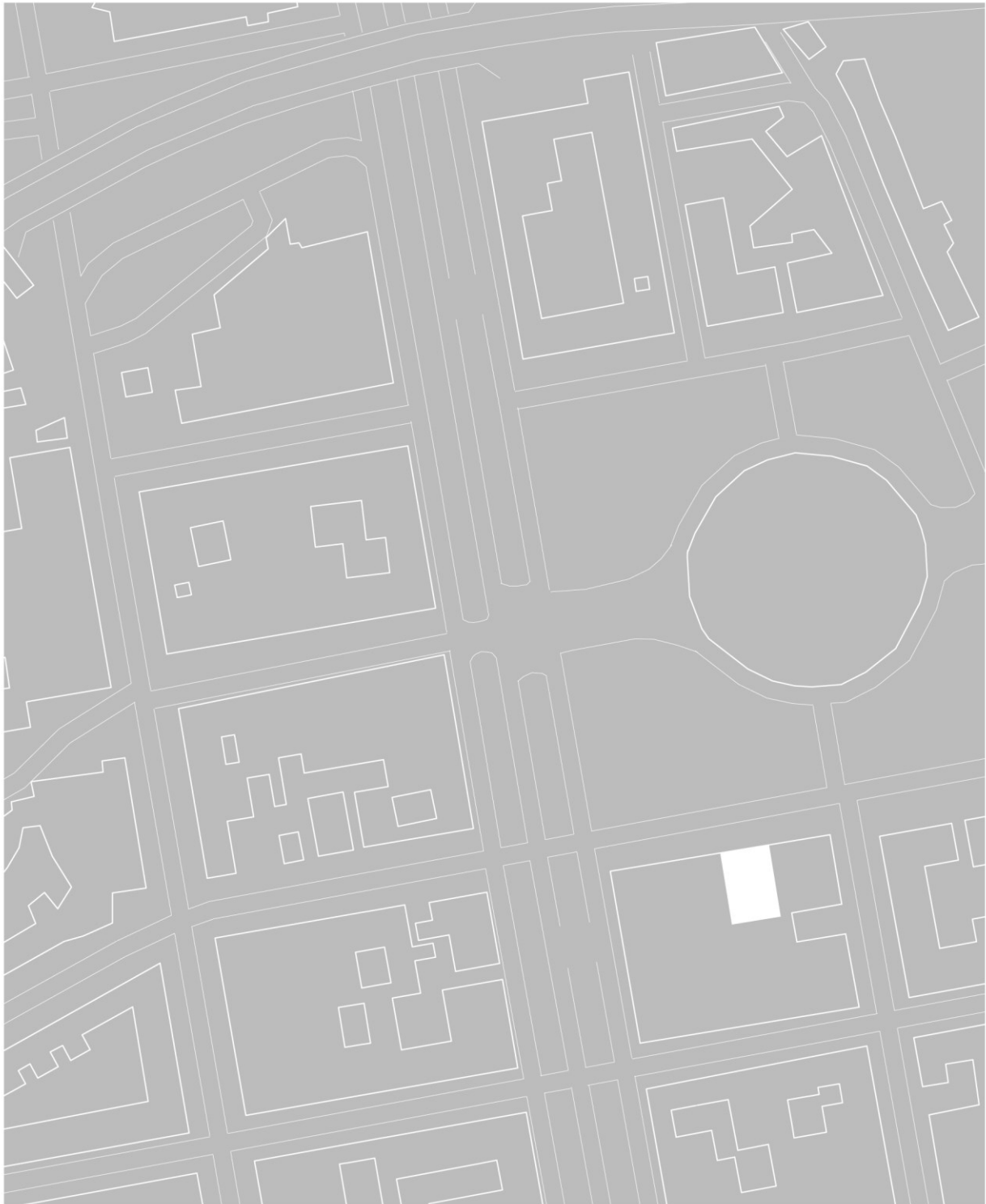
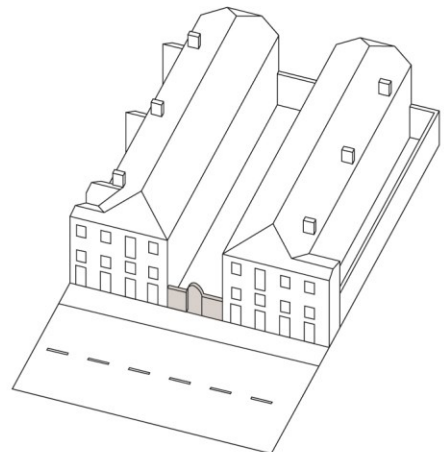


Figura 9

Vila formando pátio

Vila Graciete_Rua Maria Pia



designadamente indústrias de curtumes, indústria química, estampanaria, vidros, etc.

Os pátios e vilas operárias surgem como resposta à falta de habitação operária e barata, pela mão de privados que desta forma rentabilizavam o seu terreno, sem a mínima preocupação com as condições de habitabilidade, levantando questões relacionadas com a “ausência de condições de higiene e de salubridade da habitação operária, o que punha em perigo não só a saúde pública, mas a própria rentabilidade da mão-de-obra operária” (Cardoso, 1993). Os pátios são construções mais frágeis e deficitárias comparativamente com as vilas, no sentido em que, à construção, careciam de estruturas como saneamento, talvez por surgirem também de uma forma mais espontânea e rápida. O seu padrão de aparecimento (ver anexo X) prende-se sobretudo, a presença de uma indústria, aproveitando escarpas, como as de pedreiras, ou de algum muro²⁶, pois deste modo diminuía os custos de construção, para além de atribuir alguma estabilidade à construção feita de materiais muito débeis – práticas que remontam ao período medieval onde os muros da muralha eram aproveitados na construção das casas. Tal como nos descreve Augusto Pinto de Miranda Montenegro (1902) no seu livro *Inquérito aos Pátios de Lisboa*:

“Nuns as habitações são abarracadas e irregularmente dispersas em quintaes, outros rodeados de casas altas, que affrontam mais na sua mesquinhez; ha ainda pardieiros e casas antigas aproveitadas nas suas ruínas, lojas sombrias e encaixadas, e também a forma peor das ilhas do Porto, nos pateos dos Peixinhos, Em Santa Engrácia e Jordão, nos Anjos.”

Esta é a descrição do típico pátio que hoje só vemos no núcleo antigo da cidade, como é o caso do Pátio da Bomba ou do Pátio do Santíssimo, aliás, o termo «pátio» pode remeter ao sentido da deslocação da ruralidade para a cidade, referindo-se enquanto terreno murado contíguo à casa agrícola onde os animais estão libertos (Seixas, 2008). Só mais tarde irão surgir os pátios construídos de raiz, cujo investimento é privado e pelas mãos de famílias mais endinheiradas que depois colocam as casas a render, e que podem ser confundidos com a tipologia de vila operária que surge no final do século XIX - modelo de habitação em banda ou correnteza – com três ou quatro fogos, normalmente só de piso térreo ou 2 pisos (Pereira, 2004).

²⁶ “O pátio de D. Fradique, acessível pela rua do Cego e antigo Chão da Feira, entrada principal do Castelo, é o maior de Lisboa, maior mesmo que algumas aldeias. Está encostado às primitivas muralhas do castro, vivendo nele muitas centenas de pessoas, algumas das quais trabalham nas fábricas que lá estão situadas. ” (Barão, Desconhecido)

As vilas têm várias tipologias e surgem associadas às fábricas construídas na segunda metade do século XIX, mais agarradas às zonas periféricas e ribeirinhas, onde vemos uma especial predominância nas desembocaduras dos vales de Alcântara e Chelas, estimuladas pela construção da estrada de circunvalação em 1885-86 e pela construção da linha férrea (linha de cintura) em finais do século XIX. Os melhoramentos dos meios de transporte permitem o alastramento da cidade para fora dos seus limites, alterando profundamente a ocupação de solo que até então seria maioritariamente rural. No regulamento camarário de 1930, as vilas são definidas como “grupos de edificações destinadas a uma ou mais moradias construídas em recintos que tenham comunicação, quer direta, quer indireta, com a via pública por meio de serventia”, isto é interior de quarteirões ou ruas interiores. Caracterizam-se por ser uma edificação multifamiliar intensiva, de iniciativa privada e destinado a famílias de baixos rendimentos. Na subúrbia onde há mais produção agrícola, também se verifica um grande número de vilas e pátios para estes trabalhadores rurais.

Não há uma particular preocupação em localizá-los perto dos principais meios de transporte; A proximidade com os meios de transporte é motivada principalmente pela unidade de produção. Vemos então, através da leitura da carta (ver anexo X e anexo XI), linhas preferenciais de agregação e crescimento, nomeadamente junto ao porto, tirando proveito da proximidade com o rio, para descargo de matérias-primas e transporte de produtos já transformados. Conventos como o Convento do Grilo (ou Grilas), Convento do Beato, e o Convento de S. Félix e Sto. Adrião são grandes motivadores do crescimento de pátios e vilas na Rua do Açúcar e vale de Chelas. Acompanhando a industrialização da zona ribeirinha ocidental, e motivada também pela abertura da estrada de circunvalação em 1886, é principalmente no troço da Rua Maria Pia, Rua Campo de Ourique e Rua do Sol ao Rato que unidades fabris e respetivas vilas e pátios se vão concentrando²⁷.

Outro fator que influencia a posição deste tipo de habitação é a disponibilidade de espaços livres, como nos diz Teotónio Pereira (1995) estes não passavam de “Casas abarracadas atrás de prédios, quartos em antigos

²⁷ Talvez pela presença da Real Fábrica das Sedas E Real Fábrica de Loças do Rato e Rua de São Bento. Leite de Vasconcellos dá-nos a conhecer o pátio Biagi como sendo o maior da capital, localizado na Rua das Amoreiras também teve origem na indústria do Rato. Ainda sobre o pátio Biagi: "...A Travessa do Barbosa, que conduz ao Pátio Biagi, com saída ou entrada (conforme nos orientemos) pela Rua das Amoreiras, pátio esse que é coevo de fundação da Fábrica das Sedas." (Araújo, 1938)

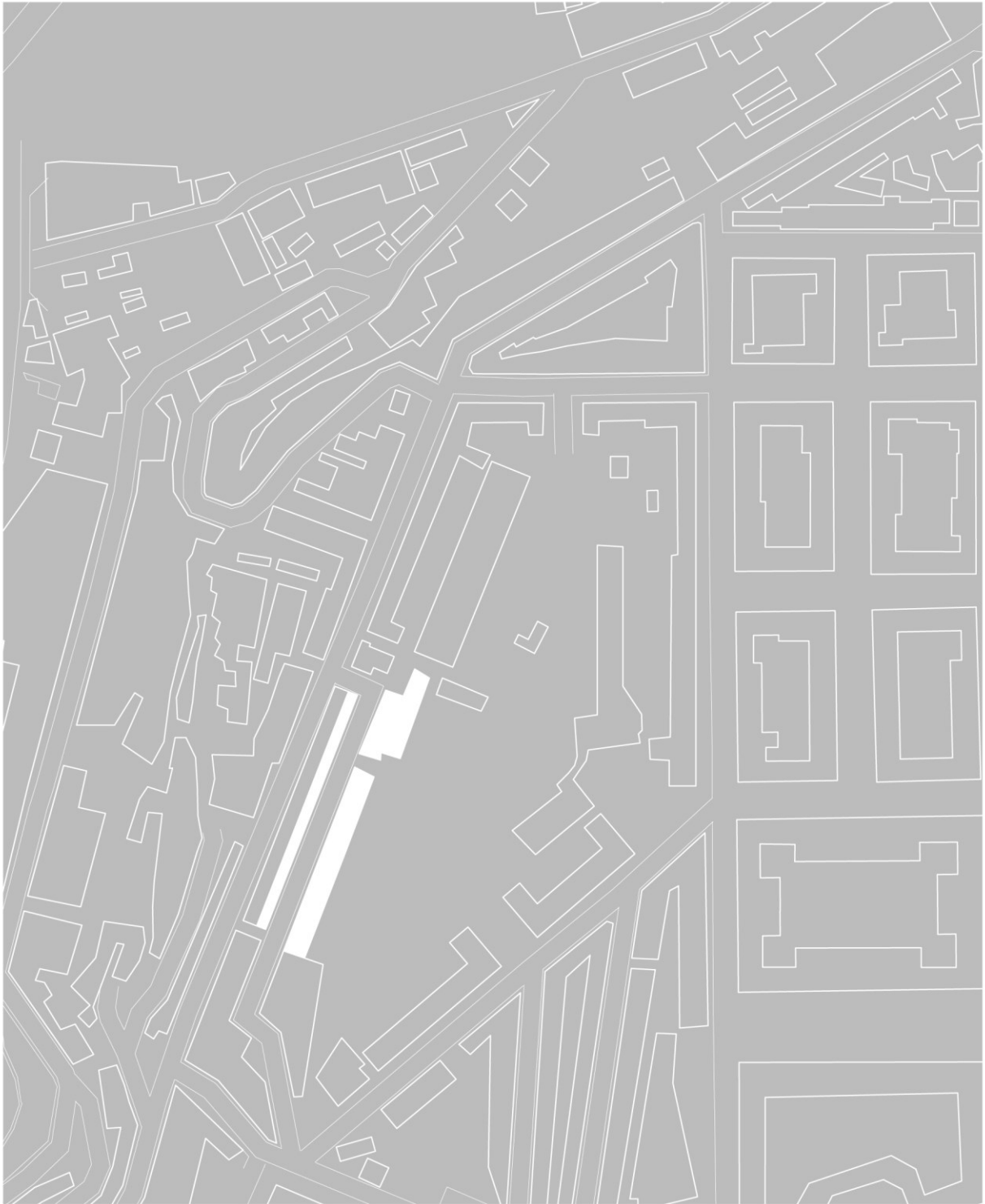
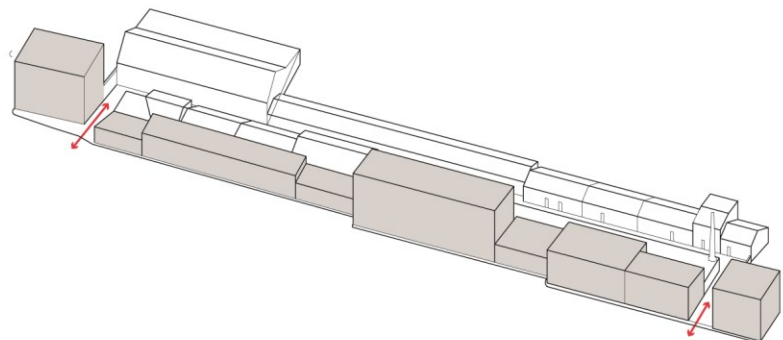


Figura 10

Vila Atrás de Prédio

Vila Graciete_Rua Maria Pia



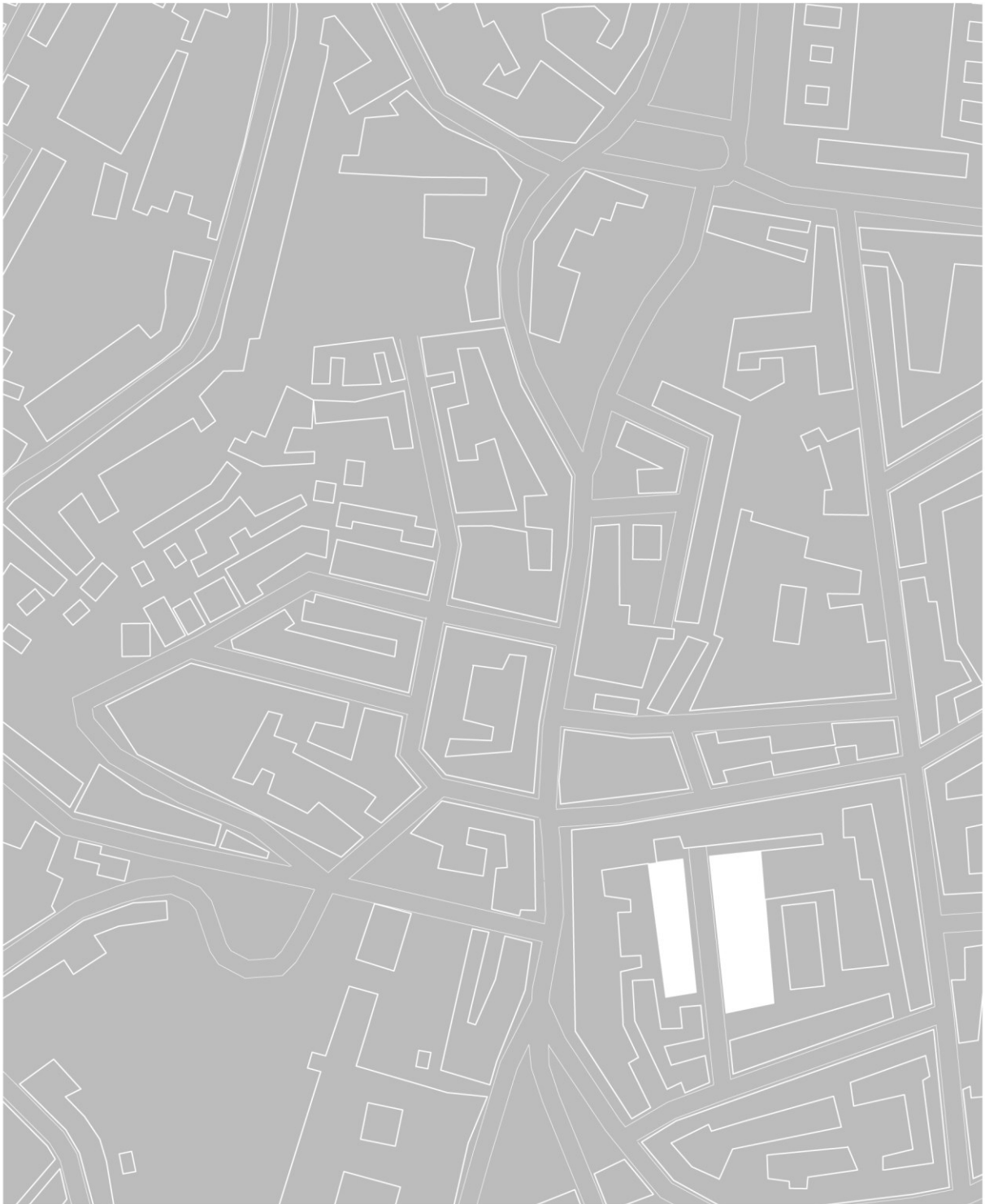
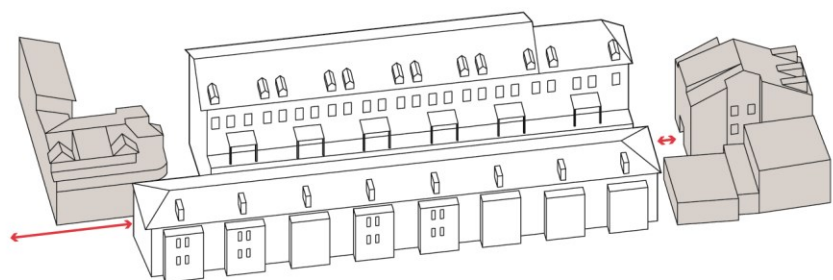


Figura 11

Vila formando rua

Vila Berta



Conventos²⁸ ou Palácios e para aqueles que pretendiam obter grandes lucros, sendo a disponibilidade de terras maior nas zonas limítrofes da cidade e planaltos, como o da Graça e, vemos uma maior concentração nesses pontos, e sobrepondo a carta de solos, apercebemo-nos de uma concentração particularmente elevada em solos basálticos, argilosos e carbonatados, ou



seja, de qualidade para a produção agrícola (Figura 14) que nos mostra a influência dos grandes privados latifundiários na disseminação desta tipologia.

No inquérito realizado em 1905, indica a existência de 102 pátios, apenas 32 considerados habitáveis, num universo de 4294 habitantes, distribuídos em 1106 casas (Vieira, 1993, p. 117). Sabe-se que provavelmente terão existido 1200 pátios em Lisboa. Apenas conseguimos aferir, neste estudo, pouco mais de 200 pátios, pois alguns já desapareceram ou as ruas mencionadas na bibliografia já não tem o mesmo nome.

Segundo o estudo de Teotónio Pereira (1994) existem cinco tipologias que podem ou não estar diretamente ligadas a um espaço de produção industrial, isto é construída em nome da fábrica, inteiramente para os funcionários. A primeira tipologia é o **pátio em correnteza** (Figura 8), composto por prédios de dois ou três pisos, em bloco, com quatro fachadas livres e acesso central, cujo espaço exterior é um pequeno corredor de acesso na frente dos blocos, ou a própria rua e alguns com um terraço individual nas traseiras. O segundo tipo é a **vila formando pátio** (Figura 9) é aquela onde os

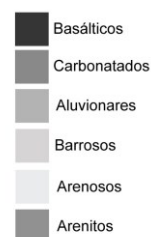


Figura 12 Conventos e quintas na zona de Campo de Ourique, Lapa e Bairro Alto

Figura 13 Vilas e pátios na zona de Campo de Ourique, Lapa e Bairro Alto

Figura 14 Qualidade dos solos na zona de Campo de Ourique, Lapa e Bairro Alto

²⁸ Alguns armazéns e casas particulares que existem hoje junto ao Convento do Beato, foram resultado do loteamento feito depois da revolução liberal. Há um exemplo mais recente, do Convento de S. Félix, que serviu de habitação para viúvas de soldados mortos no Ultramar e foi ainda residência de famílias pobres ou de operários da Fábrica da Pólvora aqui existente em 1955 (Junta de Freguesia do Beato, <http://www.jf-beato.pt/beato/historia/> acedido a 22 Novembro de 2013).

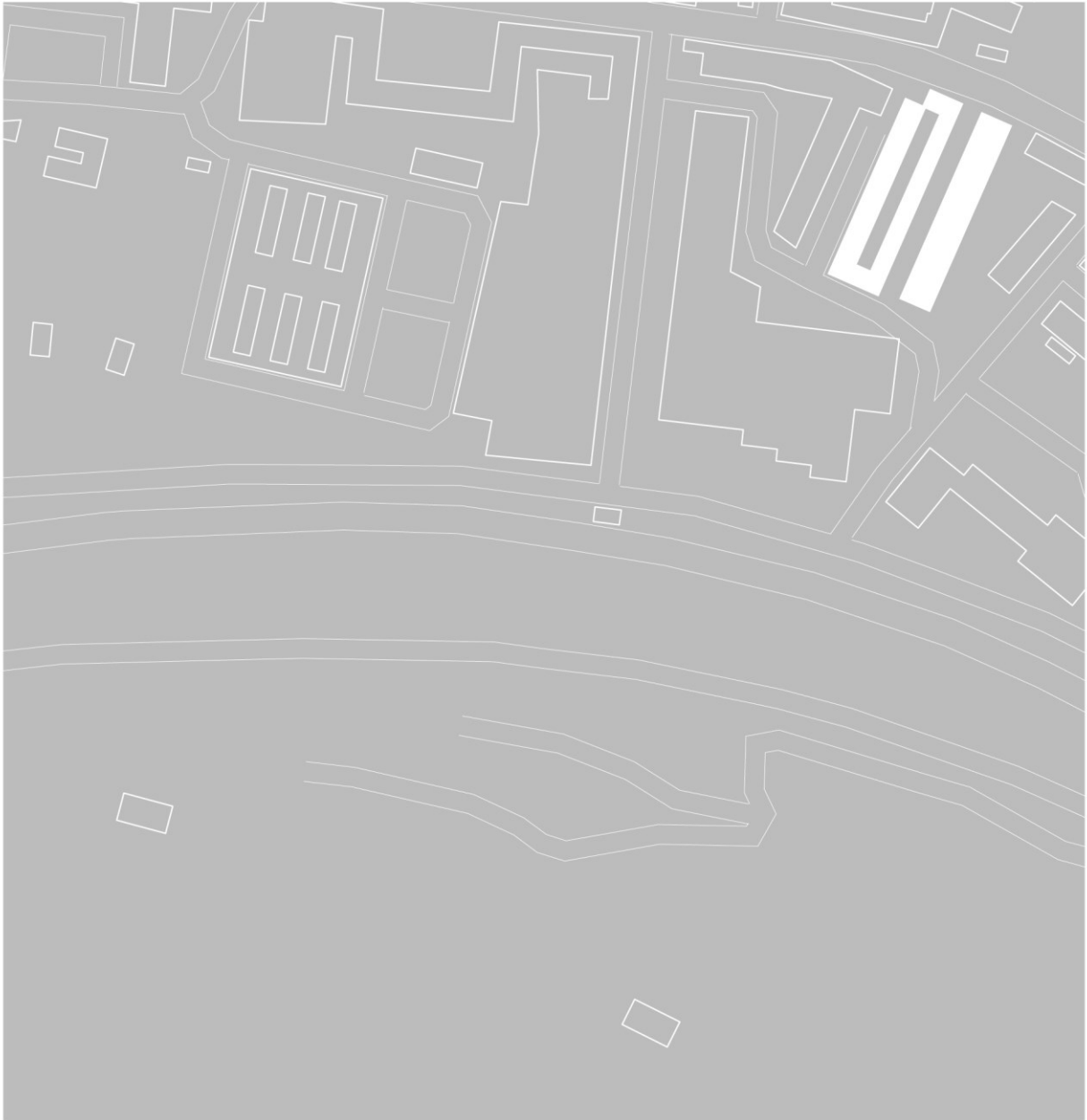
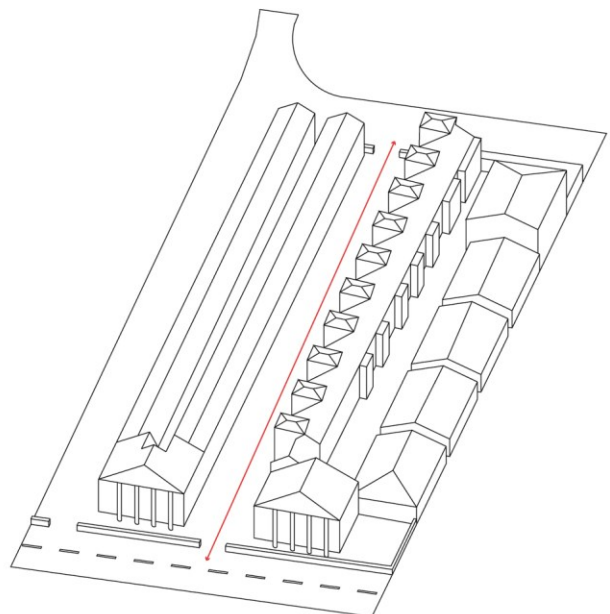


Figura 15

Vila de escala urbana

Vila Grandella_ Estrada de Benfica



fogos se dispõem à volta de determinado terreno, com acesso através de um espaço central, de forma a rentabilizar ao máximo aquele espaço.

A **vila atrás de prédios** (Figura 10), tal como o nome indica, é disposta atrás de um prédio corrente marginando a rua, mais frequentemente para a pequena burguesia, e cujo acesso é feito ou através de um corredor lateral descoberto, ou por meio de corredor aberto ou através de uma passagem aberta em arco sob o próprio prédio. Tal como o pátio em correnteza, o seu espaço exterior é o corredor (ou rua) alongado que divide a casa do dono e a vila, e ainda o terraço atrás de cada uma das casas. A quarta tipologia, é a **vila formando ruas** (Figura 11), que surgem em zonas periféricas à cidade, à beira do rio e servidas por caminho-de-ferro. Estas eram construídas perto das fábricas ou em vias de acesso às concentrações industriais – em Lisboa, no vale de Alcântara, ao longo da Rua Maria Pia, Santo Amaro e Encosta do Alvito; no vale de Chelas, no planalto da Graça e Sapadores. O espaço de uso público desta tipologia é a rua e os espaços de terraço nas traseiras dos edifícios. Finalmente temos a **vila de escala urbana** (Figura 15) com uma dimensão quase ao nível do bairro operário, pois apesar de manter as características de segregação e organização em torno de um espaço comum, a sua dimensão e a articulação com o próprio sistema viário faz com que ganhe *uma nova dimensão urbana*.

O espaço público deste tipo de vilas baseia-se no seu sistema de ruas, por vezes só de acesso pedonal, o que permite várias atividades e ainda espaços de logradouro e terraços.

O processo formativo dos pátios mostrou-se inclusivo, no sentido em que se apropriam de um espaço já existente ou na sua maioria nas traseiras de casas burguesas ou da unidade de produção e neste sentido demonstram uma grande flexibilidade na forma - mais alongada, quando é um terreno plano e desimpedido, ou mais quadrado e compacto, formando um pátio central para uso comunitário, à semelhança de um claustro.



Figura 16 Pátio do Carrasco em Alfama

Figura 17 Vila Cabrinha em Alcântara

Figura 18 Vila Grandella em Benfica

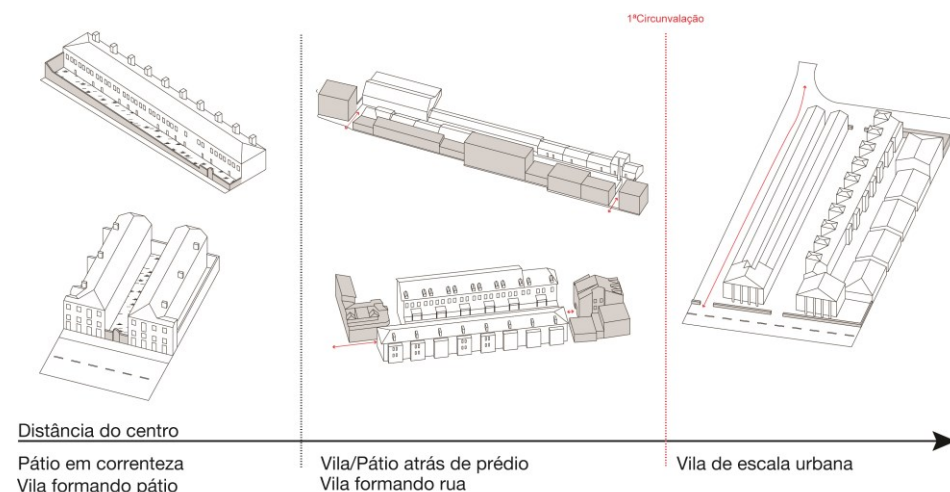
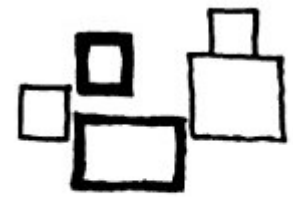


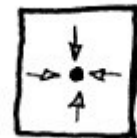
Figura 19 Padrão de distribuição dos vários tipos de pátio e vila

Em relação á sua frequência, eles concentram-se nas linhas estruturais da cidade, principalmente perto dos grandes vales onde se concentravam as principais indústrias, pela presença da água ou nas zonas ribeirinhas, principalmente na zona oriental pela proximidade com o rio (ligações marítimas). Deste modo podemos comparar a forma tipológica do convento e dos pátios e vilas como enclaves que se encontram numa posição de alta fragilidade, pela sua liminaridade, principalmente junto a vertentes, e por outro, numa posição de alta riqueza, que depende essencialmente da água e do solo (solos férteis) e de configurações que tendem a não se relacionar diretamente com uma lógica na construção da estrutura urbana mas enquanto extensões do espaço considerado interior (de quarteirão ou associado antiga cerca). Funcionalmente tendem a encerrar-se em si e a formar um espaço comum concêntrico (figura 20). Implicitamente os pátios e vilas têm tendência para gerar formas que se inscrevem (encaixam) nas formas pré existentes. Existe uma tendência que é estabilizadora e consolidadora do tecido e dinâmicas (trocas) sobretudo locais. Neste sentido, poderemos considerar que como enclaves, o convento e a vila/pátio operário correspondem a uma microcentralidade que se sobrepõem á macrocentralidade e por esse motivo se mostra mais independente e autossuficiente, sendo que o convento é o elemento propulsor e a vila/pátio os seus produtos e o convento promove ligações a uma maior escala.

Para a prática de projeto, teremos de ter em conta que o espaço coletivo caracteriza-se como um espaço fechado sobre si mesmo (dinâmica centrípeta), onde o espaço público se mescla com o privado; aliás o espaço coletivo poderá ser visto como uma extensão da própria casa, intensificando as relações de vizinhança, de entreajuda, as solidariedades e os conflitos, tal como acontece com o bairro clandestino.



Spatial division
Spatial addition



Generator of forces
Transmitter of force

Figura 20 Funcionamento do espaço comum nos pátios e vilas (principalmente a vila formando pátio e vila atrás de prédio)

3.2. Abarracamentos e Bairros Clandestinos

São situações extraordinárias que criam formas teciduais extraordinárias nas nossas cidades. Como vimos, também no caso dos primeiros pátios de Lisboa, as construções clandestinas têm sempre um carácter mais débil, sem qualquer tipo de infraestrutura associada, normalmente de autoconstrução que se faz de um modo rápido e com poucos custos.

Em Lisboa, este tipo de ocupação surge-nos em diversos períodos de “crise” - nomeadamente um grande fluxo de pessoas (com poucas posses) e poucas habitações disponíveis. Os eventos mais significativos para o desenho da cidade de Lisboa são nomeadamente, o Terramoto de 1755, o êxodo do rural promovido pela Industrialização, a descolonização e o grande fluxo de emigrantes vindos dos PALOP²⁹. Hoje os modelos de deslocação não se resumem só à pequena escala da «desterritorialização» mas a múltiplas formas de deslocamento a nível global. São “refugiados, deslocados, retornados, clandestinos, pedidos de asilo, recusados de pedido de asilo” (Agier, 2008, p. 18) que criam estes novos espaços, segregados, como as próprias categorias aferem, “liminares, espaço entre dois, provisórios, transitórios, incertos, intermediários, associados a essas circulações forçadas” (Agier, 2008, p. 19).

É importante referir que os abarracamentos e clandestinos seguem o modelo do acampamento, esse espaço que surge em circunstâncias extraordinárias – de conflito, desastres naturais, êxodo ou exclusão – e que pressupõem a ideia de espaço, que é aberto ou encerrado fisicamente e de status legal. Foucault (1977) vê o acampamento como “o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral” e defende que o urbanismo na cidade operária segue o modelo ou o princípio do acampamento - “o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas - Princípio do «encastramento» (Foucault, 1977, p. 154). A arquitetura segundo este princípio permite o controlo a partir do interior, que torna visíveis os seus utilizadores, que a influência, que domina o seu comportamento e modifica-os - princípio usado na construção das vilas operárias, hospitais, asilos e prisões. À partida o acampamento (e também o bairro clandestino) existe na contingência de espaço que se quer conter, isolar, daí serem espaços que *emergem do vazio*, longe do núcleo consolidado da cidade, carente em equipamentos e que permanecem à distância, longe do juízo dos outros. Michel Agier (2008) enumera esses espaços como sendo:

²⁹ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

“Acampamento de trabalhadores itinerantes, precários; centros de trânsito para agrupamentos de longa duração de estrangeiros com pedido de asilo; hotéis que são prisões ao mesmo tempo e campo de detenção para imigrantes que esperam regularização ou expulsão perto dos portos ou aeroportos; prédios abandonados; antigos espaços industriais abandonados; ruínas vazias que são invadidas, e que chamamos de squats, ou outros lugares de invasões; terrenos de camping que são ocupados por pessoas que se instalam na periferia das cidades e cujos espaços vazios de acampamento podem ser lugares de moradia duradoura; campos de refugiados; aldeias de refugiados ou sítios em geral das organizações humanitárias, ou do ACNUR, por exemplo, onde as pessoas vivem sob assistência e controlo humanitário e das organizações internacionais” (Agier, 2008, p.19)

Charlie Hailey (2009) no seu livro *Camps*, sistematiza as várias tipologias de campos existentes e divide-os em três tipologias: os de Autonomia, os de Controlo e os de Necessidade³⁰.

Os acampamentos de autonomia são aqueles que podem ter uma autogestão ou uma organização própria e expressam a liberdade de quem os habita de poder isolar-se do resto da sociedade, isto é uma comunidade autónoma. Os acampamentos de controlo são campos controlados por um sistema de poder, para responder a ameaças ou pressões e potenciais perigos. Os campos militares são um exemplo. Finalmente os campos de necessidade, tal como o nome indica, respondem a uma necessidade de determinado grupo, seja por desastres naturais, conflito interno ou mudança drástica a nível económico, sendo que estes pretendem responder á emergência por segurança ou abrigo, como os campos de refugiados (figura21). Estes serão os campos mais passíveis de sofrer alterações rápidas pois os fatores que levam à sua formação também mudam.

O terramoto de 1755 origina vários espaços de habitação informal (segundo Hailey, poderiam enquadrar-se nos designados *necessity camps*), os **abarracamentos** (figura22), o mais conhecido a Real Barraca na Ajuda, que influenciaram a forma da cidade, e imprimiram nesta a memória do maior desastre ocorrido em Lisboa. Para além da vasta reconstrução que resultou no atual desenho da Baixa, a cidade avançou para além dos seus limites, para zonas de geologias mais fortes, e portanto mais seguras. A mão-de-obra necessária para a reconstrução vem dos arredores, e portanto quanto mais gente afluía á cidade, mais ela crescia. Surgiram novos bairros em Alcântara, Santo Amaro, Junqueira, Ajuda, Belém e outras centralidades como S. Paulo, Esperança, Madragoa, Pampulha e Lapa (Vieira, 1993).



Figura 21 Campo de refugiados na Palestina



Figura 22 Gravura dos abarracamentos após o terramoto de 1755

³⁰ Do original : *Autonomy, Control and Necessity*,

Foi com o terramoto que muitos dos conventos com cerca (que funcionava como «banco de terras» dentro da cidade) tiveram de ser ocupados pelas gentes que fugiram da zona ribeirinha para o interior onde as geologias eram mais fortes, gentes que perderam tudo o que tinham. Conventos como o de Jesus e o de S.Bento, este último muito pouco afetado pelo terramoto (figura 23), tiveram na área das suas cercas, barracas, telheiros, um hospital (que substituiu o hospital Todos-os-Santos, destruído no terramoto) e outros abrigos (ver anexo III):

“Passado o primeiro de novembro, toda a rua de alto a baixo, o Pombal, a quintinha e a cêrca, horta e adro de São Bento foram invadidos de barracas de toda a sorte (de táboas, de panos velhos e de colmo) de telheiros e de outros abrigos, onde se acoitaram, durante muito tempo, os espavoridos moradores dos bairros destruídos” (Sequeira, 1917, pp. 60-61).

A área referida seria a Horta de São Bento, designação dada ao lado oriental do convento desde a esquina de Poiais até ao Arco. Pouco a pouco os abarracamentos estenderam-se para norte em direção ao Rato e para Este (figura 24), pela quinta da Cotovia (e Horta de Cêra), como exprime Sequeira (1917, p.60):

“Viram os frades de São Bento, viu o morgado da Cotovia, e os outros proprietários limítrofes viram também que a concorrência que o local ia tendo estava a proporcionar-lhes ocasião para fazerem um magnífico negócio. A rua povoava-se a olhos vistos. E o que fizeram eles? Entraram a aforar os seus terrenos, partindo-os em chãos. A encosta do lado do nascente principiou a salpicar-se de casas, e vai daí o povo batiza o sítio, chamando-lhe a Nova Colónia, e corre a enchê-lo de casaria miúda, tentado pelo aspecto campesino e pelo bom ar perfumado das boninas que atapetavam o Pombal da Cotovia e o Rato”.



Figura 23 Conventos e Mosteiros que resistiram ao terramoto de 1755

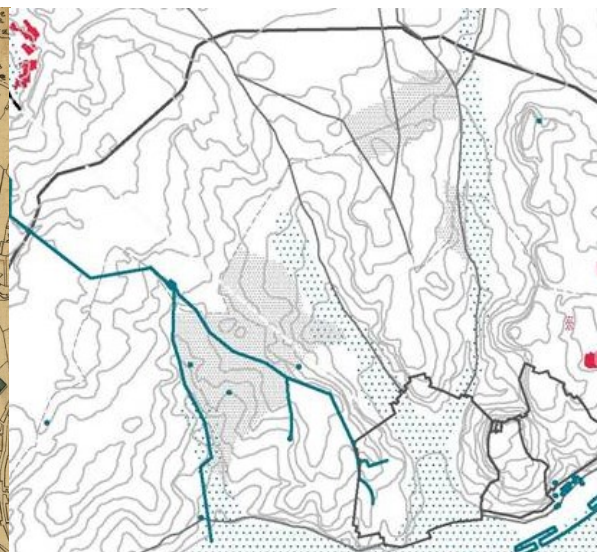


Figura 24 A cinzento, as possíveis áreas dos abarracamentos

A nomeação de Nova Colónia ou Colónia do Rato perdeu-se em 1757, surgindo o nome associado à rua de São Bento. Infelizmente não foi encontrada uma definição dos limites deste abarracamento, nem onde ficaria a propriedade de D. Elena, também esta ocupada, apenas se sabe da preferência por “sítios mais enxutos e mais descampados” (Sequeira, 1917, p. 440). Pela descrição percebemos também de um loteamento que é feito pelos próprios frades; sabe-se que entre a rua de S. Bento e a Calçada da Estrela, e em terrenos do mosteiro, os padres beneditinos construíram um quarteirão de casario de três andares mais loja no piso térreo, para aluguer e capacidade para trinta e seis inquilinos (contudo em 1762 eram quarenta e uma famílias), o *Quarteirão dos Padres Bentos*³¹ (Pereira & Buarque, 1995).

O abarracamento levou a abertura de novas ruas³², algumas que têm na sua toponímia a memória desse acontecimento, como Rua da Quintinha³³, R. do Abarracamento Vale do Pereiro, R. do Abarracamento de Peniche, Rua do Abarracamento da Cruz do Taboado³⁴ e Travessa das Vacas (Hoje travessa do Salitre). Analisando as cartas de José Pires Barroso, dos Dispersos de Vieira da Silva (Anexo IV e V), percebemos que os limites decretados em 1755 coincidem também com estas ruas de abarracamentos (ver Anexo XII).

Tanto os abarracamentos e os bairros clandestinos têm em comum esta ideia de marginalidade (no sentido social e no sentido físico), seja marginal em relação à cidade, em relação ao convento ou em relação a uma propriedade rural – Não é por acaso que nomes como casal, quinta, vale e azinhaga surjam varias vezes associadas a formas informais de cidade.

Os **bairros clandestinos** normalmente apropriam-se de espaços marginais do perímetro urbano cuja topografia impediu a expansão urbana; as casas “informais” seguem a topografia natural criando uma ordem geralmente ditada pela geometria matricial pré existente. Espaços criados por aqueles que não conseguem fazer face ao custo de vida encontrado na cidade,

³¹ Também na rua de São Bento, na quinta da Cotovia ou do Pombal também António Rodrigues Gil, mestre-carpinteiro, se refugiou, em terrenos que aforava, construindo barracas de panos e táboas velhas, juntamente com a sua família e onde edificou mais tarde uma moradia própria e para aluguer e que ficou conhecido como o pátio do Gil. Hoje já não existe. (Pereira & Buarque, 1995)

³² “Todas estas ruas se talharam na cêrca do convento, aforada, aos invasores das barraquinhas, em talhões, pelos frades beneditinos” (Sequeira, 1917, p. 63)

³³ A rua da Quintinha não está necessariamente ligada ao terramoto já que existe desde 1770 (CML, 2014) contudo indica-nos a existência de uma quinta que poderia ser a Horta de S. Bento – o lado oriental do convento de S. Bento, desde a esquina de Poiais até ao Arco - que se pensa ocupada por inumeras barracas depois do terramoto.

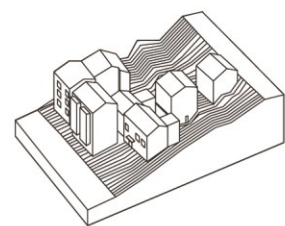
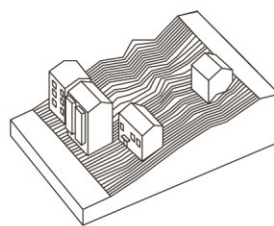
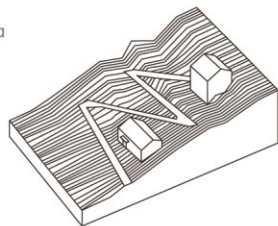
³⁴ O topónimo desapareceu, contudo sabe-se que o nome posterior à actual Rua Aquiles Monteverde, na Estefânia, seria Travessa Cruz do Taboado (CML, 2014).



Figura 25

Bairro Clandestino

Bairro Cova da Moura_ Amadora



0 10 50 m

condição que se espera que seja transitória. Mas o que acontece por vezes é a sua estabilização, e que apesar de precários e sem as condições básicas de habitabilidade, perduram durante anos. Comparativamente ao acampamento, e mais propriamente à tipologia de *suburban camp*³⁵ que Hailey nos traz, que alimenta a especulação imobiliária e desse modo pressiona o crescimento da subúrbia. O *suburban camp* não sendo um modelo que incita a permanência, como o modelo de bairro clandestino, acaba por contradizer esse carácter de transiência.

O Bairro clandestino surge normalmente isolado; fora das áreas urbanizadas, os seus limites normalmente coincidem com o limite da propriedade onde se inserem (uma quinta ou casal, por exemplo), com ligação a uma estrada principal através de um caminho rural ou então uma área limítrofe da cidade ou ainda marginal a uma linha de comboio ou estrada. Observa-se uma preferência por linhas de festo, escarpas mais acentuadas e cabeços pequenos, onde é mais difícil edificar e portanto são terrenos mais baratos e que escapam a urbanização por mais tempo (Figura 26). A sua



Figura 26 Bairros Clandestinos da vertente sul de Vale do Forno

posição relaciona-se principalmente com a proximidade ao local de trabalho ou meio de transporte que permita um rápido e fácil acesso aos locais de trabalho, a proximidade aos limites do concelho, longe das brigadas de fiscalização e o preço do terreno (Salgueiro, 1972). Vendo a carta, verificamos uma maior concentração ao longo da linha ferroviária de Sintra, contudo a linha ferroviária sentido Vila Franca outrora teve particular importância, nomeadamente para os bairros clandestinos da Madragoa, destacando o Bairro Chinês, o maior da zona oriental, que hoje já não existe.

³⁵ O *suburban camp* corresponde a um parque de campismo construído na periferia de uma grande cidade para turismo e recreação mas que é apropriado para habitação permanente, tal como acontece na Costa de Caparica

Destacam-se três fases de desenvolvimento do bairro clandestino: o loteamento, a «autoconstrução» e a construção especulativa.

O loteamento que também ele é clandestino inicia-se com a compra de propriedades sem expectativas de urbanização, proporcionando baixos preços e exterior ao perímetro de Lisboa, onde existe uma maior permissividade no controlo legislativo (Coutinho, 2013). A propagação desta prática do loteamento clandestino iniciou-se nos anos 60 do século passado, de um modo isolado e nos subúrbios de carácter rural. Surgiram pontualmente e geralmente associada a uma ocorrência topográfica, como por exemplo o bairro da Cova da Moura, até serem confinados através do desenvolvimento urbano que os contornou reforçando a qualidade de *enclave*.

“Na integração no ambiente citadino, “eles não pretendem “urbanizar o rural”- como é frequente observar-se em zonas clandestinas de 2ª habitação, características de outros grupos sociais que organizam esse espaço em função do lazer. É antes um “ruralizar o urbano” , porque esse é o seu habitus recente” (Coutinho, 2013).

Na categorização dos terrenos pode determinar valores bem diferentes em terrenos contíguos. Por exemplo lado a lado poderão conviver um terreno categorizado como urbanizável e outro não urbanizável, cujo primeiro irá sofrer uma valorização ao contrário do segundo. A especulação também influencia o clandestino, no sentido em que se impede a construção de uma parcela em detrimento da valorização de outra. O planeamento tem também a capacidade de criar essa diferenciação de valores de solo.

A variação nas tipologias de edifícios nos bairros clandestinos dependem essencialmente no tempo para construção, topografia, capacidade de investimento e lucro que se poderá obter (Salgueiro, 1972). Numa primeira fase, é construída uma pequena casa, abarracada, de materiais mais pobres e de pequenas dimensões. Numa segunda fase fazem-se melhoramentos; constroem-se paredes de tijolo e alvenaria, fazem-se divisões, acrescenta-se um anexo. Mantém-se um ar provinciano, sendo o terreno desocupado usado para produção agrícola. Numa terceira fase é construído mais anexos, ou andares. Quanto mais rapidamente é feita a construção mais abarracada surge a casa e quanto mais dinheiro houver disponível mais elementos surgem nas construções, aumentam em tamanho e altura. Só depois, e consoante o dinheiro que houver se passa para a construção especulativa. Constroem-se **pátios** atrás de prédios, prédios atrás de prédios, novos andares para alugar, aparentemente sem grande regra contudo um estudo mais profundo faz perceber uma intencionalidade, e quase uma miniaturização de cidade, que não parte apenas da sua organização social e económica mas também da sua organização física.

Os principais problemas dos bairros clandestinos tal como nos abarracamentos prendem-se com a falta de condições relacionadas com a falta de infraestruturas e não com questões de segurança e criminalidade que mais se destacam na questão dos clandestinos.

Na verdade, a opção de viver no bairro prende-se com as relações afetivas de vizinhança e familiaridade que se estabelecem. Nestes lugares a materialidade não depende daquilo que faz o lugar, mas de quem o habita, de quem socialmente cria a cidade. A criação do novo espaço remete para a ideia de «**raizamento**» - daí falar-se também num espaço que é adaptável e flexível - pois as suas raízes não vêm do chão mas são produzidas através de rituais de inscrição naquele local, ou então são construídas á imagem daquilo que a comunidade está habituada (o que faz sentido quando falamos de comunidades imigrantes). A vida no interior do bairro é então marcada por uma solidariedade e entreajuda que dificilmente se encontra em bairros de outra génese, ao mesmo tempo que há um resguardo em relação ao que é externo ao bairro; neste caso a relação que se estabelece com o espaço físico imediato ao bairro é quase nulo. Esta forma de vida relaciona-se também com a forma como estas comunidades vivem a rua. Talvez pelas suas reduzidas dimensões, a rua afasta-se da sua função primordial de circulação, e torna-se uma extensão da própria casa. O lugar onde as pessoas se reúnem - "events activate and qualify the camping field. Combining field and event, camp is in effect spatial practice" (Hailey, 2009, p. 3) – cujo espaço como produto social que é estimulado pela própria densidade do edificado. As ruas mais estreitas, parecendo corredores e onde se multiplicam formas de espaço público como o beco e o pátio, estimulam a interação social mas ao mesmo tempo restringe ao nível dos espaços abertos, que se encontram com pouca frequência.

O acampamento cujo carácter de franja /Margem/ limite o associa ao bairro clandestino bem como a **flexibilidade** da estrutura (estrutura flutuante) – a forma não é rígida, transforma-se rapidamente, estica e encolhe; qualidades que podem ser atribuídas aos próprios materiais de construção e á própria génese de auto construtiva, e a constante adaptação às circunstâncias presentes que compreende adições, transformações e remoções na estrutura. Verifica-se uma tendência de crescimento linear ou intersticial, justificado também pelo seu carácter marginal, no sentido em que surgem sempre associados a limites, tanto à micro como macro escala.

À macro escala, vemos uma particular concentração em torno do macro enclave de Monsanto e depois junto aos sucessivos limites da cidade – a 1ª circular, a 2ª circular e o limite administrativo e **físico** (Frente Periférica) da cidade de Lisboa – e finalmente juntos às linhas de circulação ferroviária.

A micro escala, os abarracamentos surgiram associados ao espaço de cerca conventual, ou quinta – o único espaço livre, disponível e próximo para o realojamento da população depois do terramoto – já os clandestinos surgiram em locais de grande fragilidade, instáveis ou pouco ricos ou então em zonas, à construção, rurais e de produção agrícola fora dos limites da cidade (Como Amadora, Odivelas ou Lumiar).

Poderíamos falar quase numa **relação parasita-hospedeiro**. Tanto os abarracamentos como os clandestinos não são de todo autónomos. O processo formativo de ambos é explosivo, replicando a estrutura como uma célula viva, que se vai “alimentando” /adaptando espacialmente dos núcleos imediatamente associados a eles e sobrevive graças a estes.

Apesar de haver uma tendência para uma dinâmica que é propulsora do tecido e ativadora das trocas de escalas distintas (nível local da cidade e territorial), a nível local encontram-se problemáticas que se devem essencialmente a questões de acessibilidades que “decorre das condições topográficas mas tem uma base essencialmente social” (Brito, R. S. p.198), relacionado com o próprio controlo de entradas do enclave, que faz com que as dinâmicas sejam essencialmente centrífugas, isto é, movimentos e trocas que são mais intensos de dentro para fora, reforçando localmente o encerramento do enclave.

3.3. Bairros Económico versus Bairro Social

Depois da tentativa por parte da burguesia industrial à necessidade de habitação nas últimas décadas de Oitocentos, com a construção dos pátios e vilas operárias, e com a proliferação dos bairros clandestinos nas zonas limítrofes e suburbanas, soltaram-se vozes que pediam a ação do Estado para a solução do problema, o que só foi possível com a I República, com os Bairros Económicos da Ajuda e do Arco do Cego. Mais tarde o proletariado industrial organiza-se e deste modo surge o cooperativismo e o associativismo em Portugal³⁶. Com a proliferação dos bairros clandestinos, em 1927, nomeadamente o Bairro da Liberdade em Campolide e o Bairro das Minhocas ao Rego (Figura 27), retoma-se à ideia de 1918 das *casas unifamiliares para as classes menos abastadas* da I República (Silva, 1994). São caracterizados pelo seu alinhamento de “casas uniformes e sem adornos” (Pereira, 2004), seguindo o modelo inglês de “cidade-jardim”, da casa isolada para apenas uma família, com pequenos espaços ajardinados. Verificou-se por fim, que as rendas praticadas eram incomportáveis para os agregados de rendimentos mais baixos. Com o constante afluxo de população (a população lisboeta aumentou mais de 60% em 30 anos), continua também o problema da falta de habitação. Bairros como Estefânia, Campo de Ourique, Bairro Camões e mais tarde Almirante Reis e Avenidas Novas surgem para alojar a camada mais pobre operária mas acabam por ser ocupados por famílias de classe média.

Com o Programa de casas económica de 1933 o Estado assume o papel de **modelador** (responsável pela escolha das instituições, pela escolha dos projectistas, concepção, financiamento e construção e também pela escolha dos sindicatos ou cooperativas que poderiam recorrer ao programa) e **regulador**, influenciando de um modo determinante na forma urbana e, consequentemente na ordem social” (Carvalho, p. 160) e é esta questão que acaba por ser preponderante quando falamos em bairros sociais e a razão do seu fracasso ou dos seus problemas – a imposição de um ideal de habitação.

Em 1938, institui-se um programa de alojamento provisório (que acabam por ser de longa duração), através de casas pré-fabricadas e desmontáveis, de moradores de bairros de lata, que iam proliferando e aumentando na periferia e famílias pobres de barracas e pátios degradados. Desta medida resultaram em Lisboa três bairros desta tipologia: Quinta da Calçada no Campo Grande (Figura 28), já desaparecido, Bairro das Furnas (Figura 29) e Bairro da Boavista em Benfica (Figura 30).

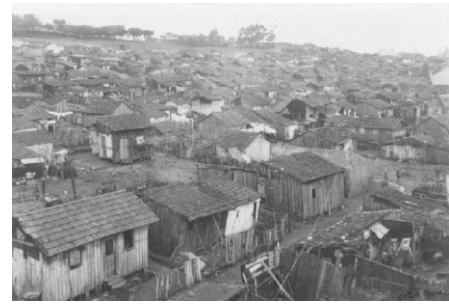


Figura 27 Bairro das Minhocas



Figura 28 Bairro Quinta da Calçada



Figura 29 Bairro das Furnas



Figura 30 Bairro da Boavista

³⁶ Um dos exemplos é a Companhia Comercial Construtora que levou a cabo a construção do Bairro Operário dos Barbadinhos (Pereira, 2004).

Para além do programa de casas para famílias pobres (1945), surge o programa de casas de renda económica (1945), para famílias de classe média e o programa de casas de renda limitada (1947).

Os primeiros bairros de habitação social foram os Bairros da Ajuda e Arco do Cego que representam exemplos nunca antes vistos em Portugal, primeiro pela sua escala, segundo pelo planeamento pensado para a inserção nos tecidos urbanos envolventes e por ultimo a seu ajuste às condições topográficas do lugar. Incluem também uma série de equipamentos públicos como escola primária, mercado e balneários. Pouco depois o programa de casas económicas resulta em bairros como o de Alvito (1937) (Figura 31), Quinta do Jacinto (1937), Belém (1938) (Figura 32), do Camarão da Ajuda (1938) (Figura 33), Quinta das Furnas (1938), Quinta da Calçada (1939), Alto da Boa Vista (1940), Alto da Serafina (1940), Encarnação (1940), Madre de Deus (1942), Campolide (1943), Bairro Calçada dos Mestres (Figura 34), entre outros (Carvalho, 2012). Estes bairros, direccionados para classe média, destinado a sindicatos nacionais, funcionários públicos e funcionários de Câmaras municipais constituíam-se como bairros autónomos, suburbanos e sem qualquer ligação à forma da cidade e portanto restritivo na questão de acessos ao sistema de produção.

Em todas estas intervenções há a exclusão e distância em relação a um centro e a tentativa de criação de alguma autonomia local através alguns equipamentos (por exemplo escola, igreja, mercado) no entanto há um total isolamento em relações dinâmicas culturais e fundamentalmente uma dependência do trabalho (externo ao bairro) geralmente a considerável distancia (centro cidade) e distante também a meios de transporte de alguma velocidade, ficando dependentes dos serviços rodoviários.

A forma de construir que assistimos até aos anos 60 em Portugal, nomeadamente os bairros económicos, eram nada mais nada menos que a “formalização de partes da cidade, que há construção não estavam inseridos na mesma, como “finite artifacts”, artefactos que exaltavam a importância do Estado fascista.”

Depois do 25 de Abril de 74, surge um novo programa de habitação social, que ficou conhecido como as Operações SAAL. De carácter experimental e participativo, pretendia-se dar apoio técnico e projectual a bairros degradados, construindo novas casas e infraestruturas. A este, seguiram-se outros programas como as *Cooperativas de Habitação Económica*, os *Contratos de Desenvolvimento de Habitação* e continuou-se os programas de *Casas de Renda Limitada* e de *Casas Económicas*.



Figura 31 Bairro do Alvito



Figura 32 Bairro de Belém (Terras do Forno)



Figura 33 Bairro do Camarão da Ajuda



Figura 34 Bairro Calçada dos Mestres

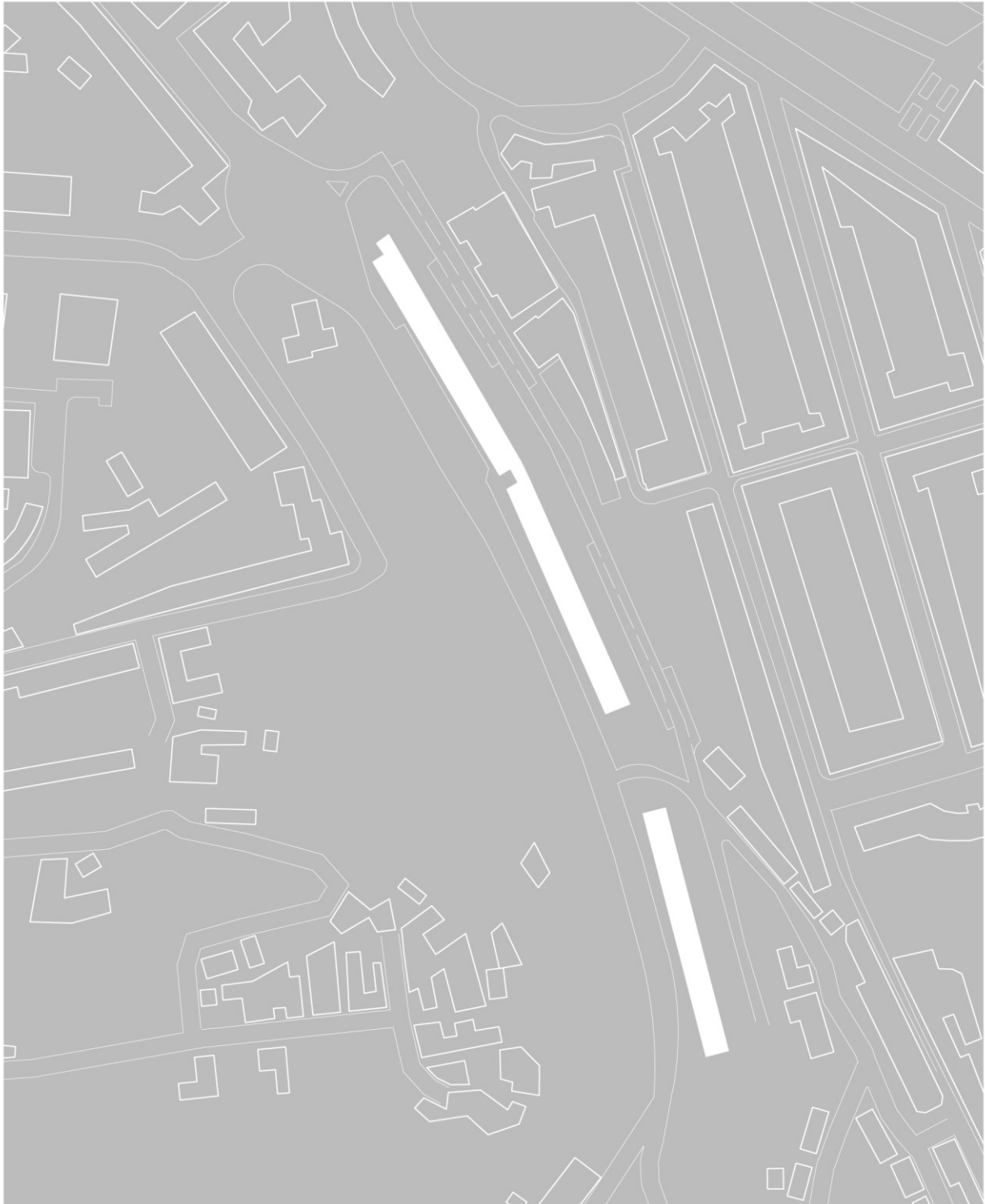
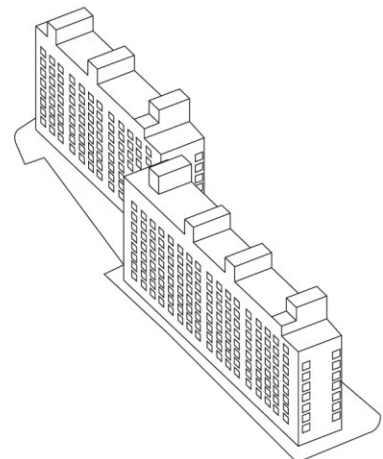


Figura 35

Prédios em correnteza

Bairro Vale de Sto António
Av Mouzinho de Albuquerque



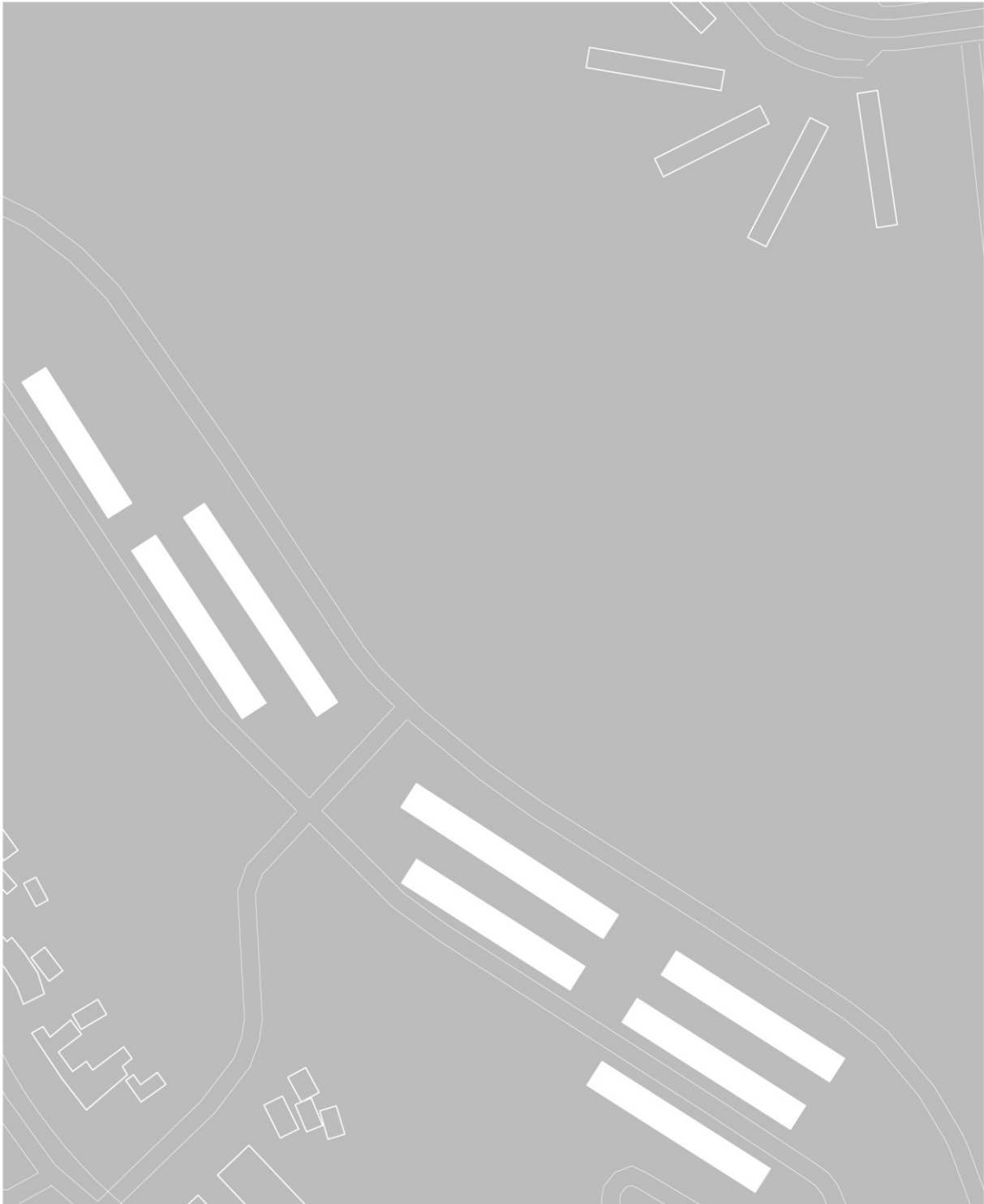
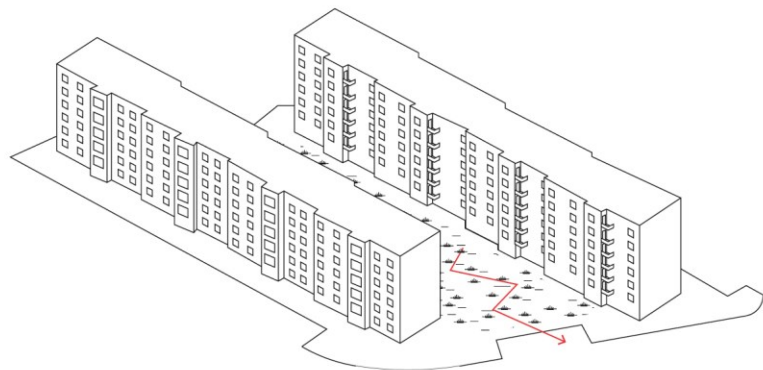


Figura 36

Prédios dispostos em paralelo

Bairro da Flamenga
Av Avelino Teixeira da Mota_Marvila



É nas décadas de 80 e 90 que as dinâmicas de habitação se alteram mais drasticamente, incentivadas pela iniciativa privada, apoios através da bonificação do crédito habitação e ainda a liberalização do mercado de arrendamento.

O investimento público vai centrar-se em programas como o PIMP (Programa de Intervenção a Médio Prazo), a partir de 1987, e PER (Programa Especial de Realojamento), a partir de 1993, visando a erradicação dos bairros clandestinos e o realojamento destas comunidades em bairros de custos controlados. Grande parte dos conhecidos Bairros Sociais hoje existentes (ver anexo XIII) é resultado destas operações, especialmente na zona oriental (Figura 37) e a norte da cidade (Figura 38).

Neste sentido, o bairro social funciona, tal como afirmou Teresa Salgueiro (1998) como *marketing territorial*, que incentiva o investimento privado em áreas outrora desvalorizadas e expectantes.

O modelo do Bairro Social segue a referência dos pátios e vilas operárias, “cujas soluções arquitetónicas, pela forma de associação dos fogos, expressam bem o espírito de espaços comunitários” (Farina, 2008). Verificam-se três configurações principais nos modelos atuais: **Edifícios em correnteza de quatro ou mais blocos e dispostos paralelamente com ruas ou áreas ajardinadas, edifícios em correnteza ao longo de uma rua ou avenida e por fim edifícios em quarteirão a formar pátio** que pode ser completamente encerrado com entradas através dos prédios ou então com uma das frentes completamente abertas (edifícios dispostos em U). O Bairro poderá ter apenas uma ou mais tipologias, associado também ao faseamento a que estes bairros estão sujeitos e que propicia desta forma tanto a divisão formal como social.

O espaço exterior (e também o interior) é pensado, não segundo comportamentos e práticas sociais associadas à cultura daquela comunidade, vivências e significados atribuídos a esse espaço, mas sim pelos ideais dos planeadores, em fazer uma rua que represente os modelos de habitação tradicional, através de comércio e serviços que intensificam a utilização desse espaço, mas acabam por se revelar espaços fechados em si mesmos, “no qual as redes de vizinhança atuam como meio de controlo e proteção em relação ao exterior” (Farina, 2008, p.119).

Toda forma destes bairros mostra-se estática, padronizada e pouco adaptável, cuja rede de espaços públicos é vulneráveis e isolada, reduzida a pouco mais do que circulação e encontros esporádicos, o que torna o processo de re-significação ou de criação de significados muito mais lenta. Principalmente a tipologia de Pátios, “reforçam o carácter simbólico do espaço de convívio e ponto de encontro no âmbito mais geral do bairro”, contudo tem um carácter



Figura 37 Bairros Sociais na zona oriental da cidade

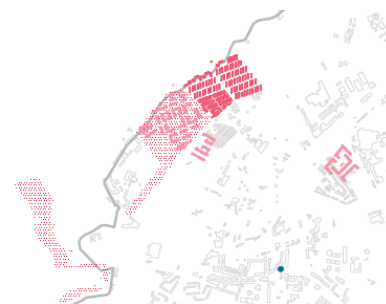


Figura 38 Bairros Sociais na zona norte da cidade

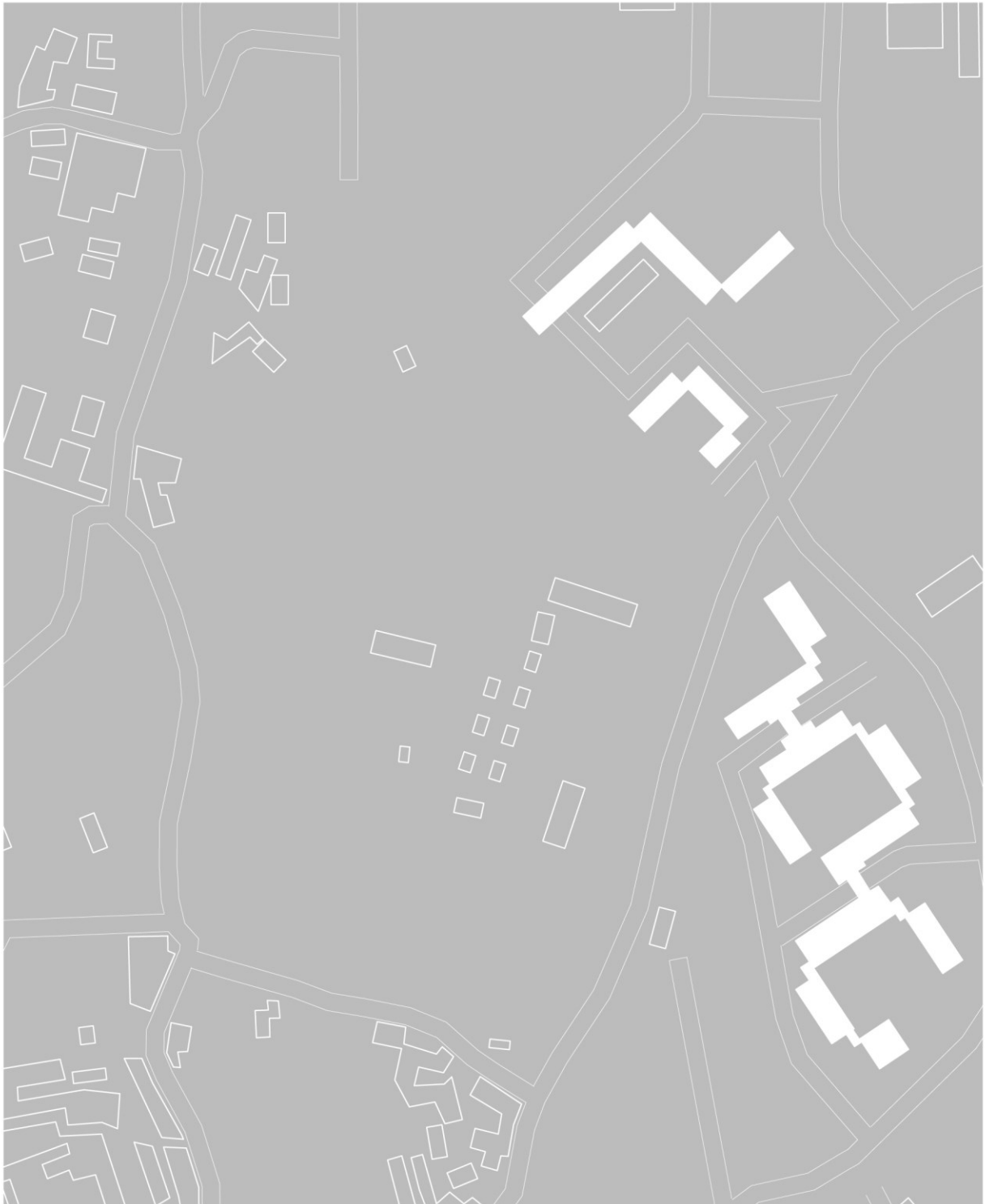
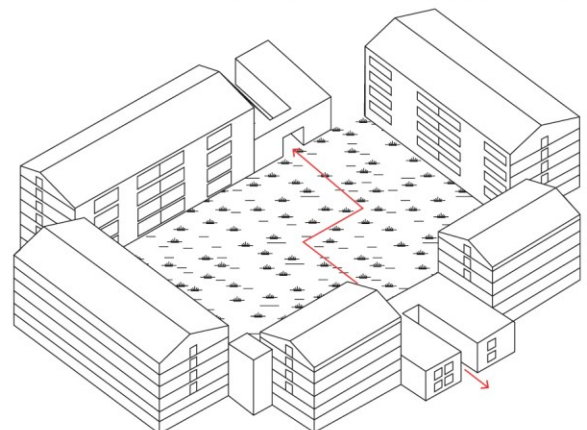


Figura 39

Quarteirão formando pátio

Bairro dos Alfinetes



quase privado, cuja a entrada muitas vezes é feita através do prédio, afastando a possibilidade de um uso exterior ao bairro.

Jane Jacobs considera que a falta de afeto ou carga simbólica associada ao espaço público³⁷ centra-se na falta de diversidade de espaços na periferia imediata e conseqüente e ainda a incapacidade de adaptação dos espaços às diferentes atividades e portanto estas encontram-se dispersas e dissipadas pela cidade. No fundo o espaço mostra-se “solto”, efeito reforçado também pelos terrenos envolventes que permanecem baldios, depósitos de lixo provavelmente à espera de outros prédios. É curioso que quando grande parte destas comunidades se dedicam à produção agrícola, muitas vezes em terrenos de difícil acesso, que o espaço envolvente a estes bairros não seja trabalhada também para esse fim. Mesmo que se fosse apenas de carácter temporário, evitava-se a imagem do abandono e logo a degradação visual do bairro até à definitiva construção de algo nesses terrenos.

O bairro económico e o bairro social (ver anexo XIII) como produções formais de espaço, confrontam a cultura do arquiteto ou urbanista que o projetou com a cultura das pessoas que no fim o habitam. O que se verifica é a falta de plasticidade, no sentido em que as comunidades têm pouca margem de manobra para agir e transformar o espaço segundo os seus padrões culturais e nesse sentido, o bairro é imposto. Quem o habita tem de passar por um processo de habituação e quase de aculturação de forma a “uniformizar os comportamentos” (Farina, 2008). A não identificação dos moradores com o espaço que habitam leva a que estes se encerrem no seu núcleo habitacional, não usando a rua e conseqüentemente reforçando sentimentos de **desconfiança e insegurança**.

Os principais problemas que são considerados como os causadores de segregação social e física dos Bairros Sociais, são o afastamento em relação ao centro da cidade, a falta de acessos ao centro, quer infraestruturais³⁸ quer de transportes coletivos, a fisiografia acidentada, principalmente na zona oriental, que não permite a circulação pedonal a uma grande escala e a dimensão do próprio bairro que se torna muito elevada quando falamos na gestão do mesmo.

Edward T. Hall (1986) considera que grande parte dos problemas relacionados com este tipo de habitação é a alta densidade demográfica do Bairro aliada às diferenças culturais – estes dois ‘ingredientes’ juntos resultam naquilo que Hall chama de *cloaca comportamental*. A solução a esta questão é

³⁷ Nomeadamente os parques urbanos

³⁸ Pois apesar de se situarem normalmente perto de grandes eixos rodoviários, são poucos ou inexistentes os acessos aos mesmos, funcionando esse eixo mais como uma barreira do que como uma via de comunicação do bairro com a cidade.

extremamente difícil, como também é difícil debater este assunto, porque simplesmente não podemos separar diferentes etnias para que não estabeleçam qualquer contacto. Talvez devêssemos pensar em trabalhar de uma forma mais horizontal em vez de vertical, para reduzir o número de pessoas a viver em cada bloco e facilitar a criação de laços de vizinhança. A escala poderá ser então o fator chave do planeamento destes bairros, no sentido em que é fundamental para o desenvolvimento de ligações fortes de vizinhança.

É necessário um estudo prévio das relações das pessoas com o espaço onde vivem quando falamos em bairros sociais, principalmente de realojamento, que se foque de facto nas comunidades a que o bairro irá servir, pois ao contrário dos pátios/vilas e dos clandestinos, os bairros sociais têm dificuldades ao nível do enraizamento, isto é, dado ao modelo massificador³⁹ utilizado e aos diferentes grupos que este aloja, é difícil estabelecer ou restabelecer relações de vizinhança fortes e a familiaridade que conseguimos perceber nos primeiros exemplos. Por essa razão é que talvez os processos de realojamento funcionem de forma tão desastrosa, pois esses laços são de alguma forma quebrados com o realojamento. Qualquer que seja o modelo de habitação, mostra como é importante a existência de um programa que veja de facto o bairro social como parte integrante da cidade, apostando na proximidade e em estruturas mais pequenas e integradas com a sua envolvente e que trabalhe o espaço público no sentido da coletividade – como equipamentos culturais, desportivos e comerciais - e não da individualidade, para impedir comportamentos sociófugos.

Sintetizando, o Bairro económico ou bairro social localiza-se preferencialmente em zonas externas ao núcleo, ligando-se apenas pela estrutura viária (por vezes insuficiente ou mal planeada), formando um espaço polinucleado, no sentido em que surgem fisicamente mais associado a um crescimento pontual dependente de um centro mais rico em bens e serviços. Essa dependência marca uma tendência para relações pendulares com o núcleo (dinâmicas centrípetas e centrifugas).

O processo formativo dos bairros económicos e sociais é marcado pela dispersão e a consolidação ocorre á escala da cidade, em sentido inverso, do centro para a periferia, acabando por envolver as estruturas outrora solitárias. Em solos normalmente, economicamente desvalorizados, que em grande parte, como demonstra a cartografia, corresponde ao espaço do bairro clandestino que lhe dá origem. A “tradução económica de valorização e

³⁹ Construção rápida e barata, que com a falta de manutenção resulta na degradação física e social do bairro

desvalorização do solo”, como diz Salgueiro (1998) não deverá ser diretamente associada a presença do Bairro, já que á escala local, o seu posicionamento é mais criterioso (teoricamente são supostos princípios de qualidade de vida).

O principal aspeto que associa os dois géneros é a exclusão em relação ao centro de vida urbana (segregação à escala urbana e territorial) e a sua ampliação também mais controlada (maior permanência da forma física). Esta maior permanência da forma física está associada ao facto de, de uma forma geral estes corroborarem e se adaptarem á topografia e condições de exposição existentes e portanto, citando Cullen, “Sobretudo reconhecem-se qualidades espaciais e sociais próprias de um “enclave”, ou seja, de um espaço interior aberto para o exterior” (Cullen, 1971:27), visível pela descontinuidade em relação à malha urbana envolvente, à adoção de traçados reticulares, com uma organização interna pretensamente funcional.

O espaço público é na sua maioria pouco interessante, não promovendo o desenvolvimento da comunidade solidária que vemos, por exemplo, em bairros clandestinos, reforçado também pela perifericidade face à estrutura urbana em matéria de transportes, de acessibilidade, de equipamentos, aumentando as distâncias ao local de trabalho, a escola etc. tornando-se o bairro um “dormitório”.

4. Parâmetros qualificadores e diferenciadores dos enclaves

No decurso da investigação teórica do conceito de enclave e a partir dos exemplos estudados, algumas variáveis revelaram-se pertinentes para identificar e diferenciar os enclaves entre si. Para o ato de projetar, pressupomos que há um entendimento da paisagem na sua totalidade, através de um processo de apreensão e investigação conceptual e que abrange as relações espaciais e as diferentes qualidades espaciais. Definiu-se um conjunto de atributos comuns a todas as tipologias de enclave e também a todas as escalas. O produto final diagramático decorre de uma leitura relacional, a partir de uma noção de contexto, das “tensões, das afinidades, das ligações e das diferenciações estabelecidas entre pontos ” (Alfaiate, p.94).

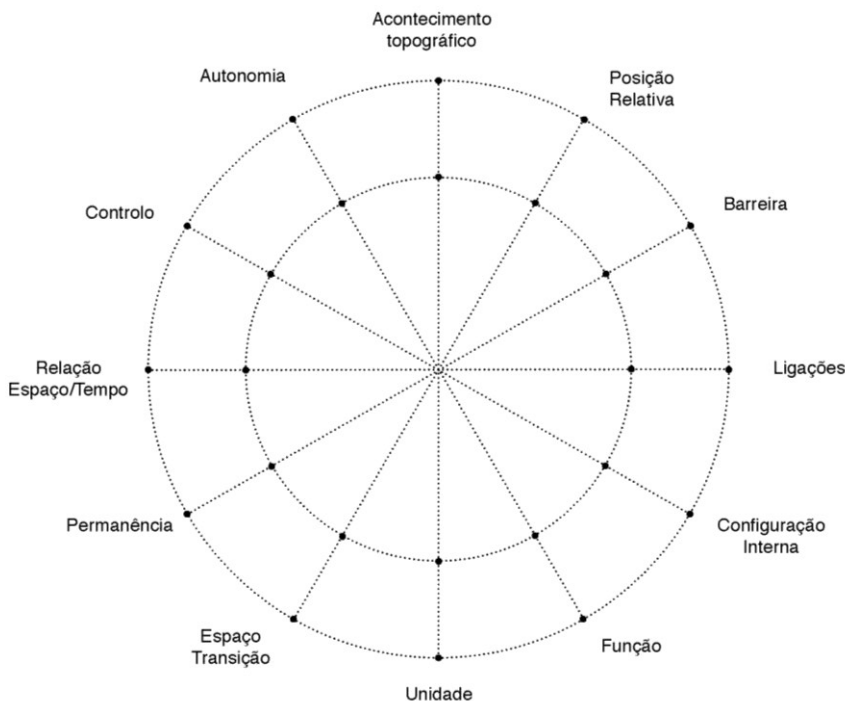


Figura 40 Diagrama de síntese

O diagrama (Figura 40) pretende mostrar, através de 12 características físicas e sociais do espaço, relacionadas com a configuração do enclave, enquanto sistema que se abre e encerra. Cada raio de circunferência refere-se a uma característica qualificadora e diferenciadora do enclave. No diagrama existem também dois anéis que diferenciam o enclave em relação à sua condição de sistema aberto ou sistema fechado – a circunferência interior relativa à condição de encerramento do enclave, a circunferência exterior á de abertura do enclave, em relação ao núcleo agregador. Os parâmetros relacionam-se radialmente. Cada parâmetro influencia o parâmetro que lhe é colinear e vice-versa (Figura 41), isto é, por exemplo, a leitura da unidade é maior quanto maior for a sua expressão altimétrica ou a qualidade das ligações

que determinam a velocidade. A circunferência propõe um sistema uno de território, cuja configuração é influenciada por todas as variantes pois elas

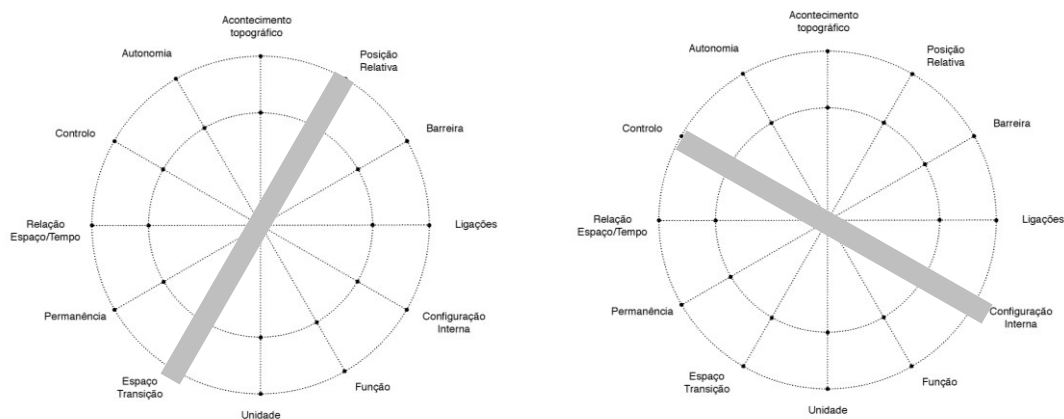


Figura 41 Como cada parâmetro se relaciona

também são indissociáveis entre elas. As figuras resultantes indicam-nos de uma forma esquemática, quais os enclaves que tendem para o encerramento e aqueles para a abertura, resultando em formas mais contraídas ou mais expandidas, respetivamente.

4.1. Acontecimento Topográfico

Características físicas naturais, que o define enquanto unidade espacial. A estrutura física do território enquanto suporte para as implantações humanas, é primordialmente aquilo que influencia a ocupação humana e todas as suas estruturas. A resistência a antropização deve-se normalmente também a uma resistência física da paisagem, daí as povoações se situarem na base e não no cume da montanha, por exemplo. Este parâmetro refere-se à morfologia do terreno que favoreceu o aparecimento e permanência dos espaços de enclave. As grandes diferenças de níveis poderão ser dissuasores das ligações – tanto à macro como micro escala – todavia estão também na base das ligações visuais e da legibilidade, ou seja, da capacidade de ler estes acontecimentos como marcas/símbolos da paisagem que compreendem uma estrutura que nos permite encontrar uma orientação e definir distâncias.

Uma morfologia dominante pode ser vista como “Uma estrutura física viva e integral” [que] “pode fornecer a matéria-prima para os símbolos e memórias coletivas da comunicação entre grupos” (Lynch, 2008, p. 12), tal como a predominância visual, promovida pela distância, tamanho, contraste de superfície e complexidade, atribui a estes espaços características de uma marca telúrica, simbólica e sagrada da paisagem.

4.2. Posição Relativa

A posição relativa crê-se na geometria, como a posição de um ponto a outro, que é complanar ou não complanar. No estudo a posição relativa refere-se à posição do enclave em relação ao núcleo propulsor dessa ocupação – ao nível da unidade territorial compreendida por Sintra e Palmela/Arrábida, é a macro bacia que drena para o estuário do Tejo (Mar da Palha), o principal elemento unificador e propulsor da ocupação e distribuição. A posição geográfica que demarca as ligações físicas, visuais e funcionais, que resultam na segregação ou integração do enclave, é literalmente corroborada pela ligação física – “em relação a”, “comparativamente a” – Que determina a sua leitura como elemento singular e de referência na paisagem. Como já foi referido, as distâncias afastam e aproximam. O isolamento e/ou afastamento ao núcleo, classifica-o enquanto uma fraca referência territorial mas, quando imiscuído na malha urbana “reforçam-se mutuamente” (Lynch, 2008, p.105). Por vezes estas unidades encontram-se associadas a uma linha de mobilidade e com uma direção preferencial fazendo com que estes se leiam segundo uma “sequência contínua, permitindo que todo um percurso seja passível de identificação [...] através de uma sucessão familiar de pormenores” (Lynch, 2008, p.105).

4.3. Barreiras (Natural ou Antrópica)

O enclave revela a presença de um limite ou barreira, de génese natural ou antrópica, que influencia física e simbolicamente o espaço. Consideram-se barreiras naturais, linhas de água, linhas de feito, linhas de costa⁴⁰, leitos de cheia, campos abertos, bosques densos, etc. De barreiras antrópicas julgam-se muros, vedações, linhas férreas, autoestradas, desníveis, sebes, etc.

O carácter da barreira pode ser mais estático e mais elástico. Com elástico entende-se por um limite que se modifica, mais “ligeiro e incerto” (Lynch, 2008, p. 73). A permanência do enclave depende, mas não só, da rigidez da barreira física – barreiras fortes permitem ocupações mais longas e segregadas, por outro lado, barreiras mais flexíveis para além de permitirem maiores trocas, podem representar transitoriedade da forma.

A barreira, feita com o intuito de dividir o espaço, não tem de ser necessariamente um obstáculo dominante. A barreira é também indicadora de relações internas complexas e dinâmicas entrópicas, promove uma reacção remodeladora, quer do ponto de vista físico quer sociocultural – Veja-se a curiosa

⁴⁰ Repare-se que o termo *linha* remete-nos já à ideia de limite.

relação que se estabeleceu com algumas das barreiras relacionadas com os locais estudados, por exemplo a utilização dos arcos do Aqueduto das Águas Livres ou dos muros dos cemitérios Oitocentistas de Lisboa para a construção de barracas - mostrando que também podem ser desencadeadoras de novas formas de habitar e de novos significados.

4.4. Posição Relativa

Está implícito no conceito de enclave a ideia das ligações.

As efetivas articulações/ligações do enclave, que determinam a sua exclusão ou integração, são asseguradas pela frequência e carácter das mesmas. A eficiência da ligação, que não tem de ser necessariamente no sentido da rapidez/velocidade, trata-se sobretudo numa eficiência na aceção das formas e como estas se inserem nos traçados existentes e hierarquicamente.

A ligação é ainda determinada, ou melhor é primordialmente determinada por uma condição de diferencial dos espaços que esta articula, independentemente da forma como esse diferencial se expresse. A eficiência da ligação tem um papel que transcende as dinâmicas que estas asseguram, já que também podem determinar a geração de uma maior ou menor autonomia do enclave, do ponto de vista dos equipamentos e dos meios de subsistência, logo as ligações são indissociáveis do conteúdo do enclave.

4.5. Configuração Interna

A configuração interna do enclave pode contribuir para o seu encerramento ou pelo contrário para a sua abertura. Entendemos como configuração a organização e legibilidade do espaço que nos permite percebê-lo como um sistema uno. A apropriação da estrutura e/ou o seu processo formativo nunca é independente da legibilidade e qualidade do “substrato” onde esta se implanta. Nos exemplos estudados há quase sempre uma relação quase simbiótica entre estes fatores. Dentro desta organização incluímos, acessos (“portas”), percursos, hierarquia e dimensão das vias, escala e geometria dos espaços entre estas (modularidade das parcelas) e pontos de cruzamento ou alargamentos – sendo os acessos fundamentais pois são nesses pontos onde se aplica o maior controlo. O controlo do espaço reflete-se nas trocas interior/exterior, sendo maiores ou menores consoante a função do enclave⁴¹. O encerramento (e conseqüentemente controlo), aumenta o sentido

⁴¹ Hailey (2009) considera a configuração dos campos de controlo são caracterizados por “highly specialized functions”

de pertença, segurança e unidade para o “insider” e normalmente torna-se invisível para o “outsider” - A estrutura tem de ter para o utilizador um significado “quer prático quer emocional” (Lynch, 2008, p. 16)

4.6. Função

O enclave normalmente está associado a funções importantes na lógica urbana. Entre as várias funções do enclave, existem atividades que promovem ligações e outras que promovem a segregação. As funções que promovem ligações, estão normalmente associadas à oferta de atividades ou bens que apenas se encontram naquele local, tornando-os polos dinamizadores da cidade e subúrbia. As funções que promovem a segregação estão normalmente ligadas a situações sociais de exceção, espaços de fraca permeabilidade e monofuncionais.

Esta troca entre o enclave e a sua envolvente define ainda a sua autonomia – certas funções só existem se houver essa ligação. Tal como já referido a ligação interfere na natureza do “conteúdo “ do enclave e vice-versa

4.7. Unidade

A “continuidade geográfica, urbanística e social” (Cordeiro, 1997) que caracteriza o enclave, dá-nos uma imagem de coesão interna que o destacam da sua envolvente. Esta definição pode dar-nos à primeira vista uma noção de que a homogeneidade que caracteriza o enclave. O conceito de unidade surge para clarificar e substituir a visão de homogeneidade do enclave entendendo – o antes como uma de multiplicidade indivisível, isto é, algo único formado por um conjunto heterogéneo onde as forças de coesão se impõem em relação às de dispersão. O conjunto pode entender-se a vários níveis desde a sua identidade físico -espacial quanto socio-espacial, esta ultima referindo-se à construção identitária através do habitar (e ao domínio enquanto grupo). A unidade concorre com a nossa capacidade de ler uma entidade diversa.

A leitura unitária dos espaços ajuda a compreender as partes constituintes da cidade moderna, a orgânica entre estas, e o próprio enclave como parte dela; ou seja, concorre para uma clarificação da leitura do Espaço/ Paisagem.

4.8. Espaço de Transição

Frequentemente o enclave é visto como um espaço marginalizado em relação ao resto do tecido. Marginalizado não tem forçosamente de significar que este espaço é excluído. Como já desenvolvido um espaço Marginado não é necessariamente marginalizado pelo contrário, a marginação está associada

também a uma situação de riqueza ecológica e de mediação de espaços – como espaço de transição entre dois sistemas. O enclave, como elemento dinâmico e múltiplo, passa a desempenhar um papel de nódulo agregador e também dispersor onde o espaço de transição desempenha um papel determinante no processo de formação e manutenção do mesmo.

4.9. Permanência

O enclave permanece até ter cumprido as suas funções, sendo abandonado ou absorvido ou até ser re- designado para uma “nova” função. A rigidez dos seus limites e a natureza das ligações, determina uma lenta ou rápida assimilação ou transformação. A permanência depende necessariamente da existência ou não de tensões entre o enclave e a sua envolvente e das relações que vai ou não estabelecendo.

Pode surgir como temporário e tornar-se permanente ou vice-versa, mas em grande parte a simbologia e relações de identidade coletiva associadas a uma memória que foi construída sobre aquele espaço é que desencadeiam a sua proteção e conseqüente permanência temporal. E mesmo depois de destruída essa memória pode ficar inscrita, na toponímia por exemplo, cujo intervalo de duração numa cultura se apresenta mais longo que a presença física. A ideia de espaços de enclave revela-se contudo relativamente resiliente, já que os seus processos de formação e configuração ainda que com algumas mutações e particularidades que decorrem ou propulsionam adaptações nas sociedades que os atravessam, se apresentam relativamente persistentes na Paisagem.

4.10. Relação espaço/tempo

O enclave enquanto representação do desenvolvimento da sociedade resulta da acumulação de vários tempos, na mesma velocidade e direção, por outras palavras, as construções sociais resultam de relações sociais temporalmente estabelecidas. As ligações fortes ou fracas irão depender do tempo, espaço e personagem (conceito de cronotopos) subjacente a imaginabilidade e legibilidade da paisagem independentemente do meio a partir do qual tomamos consciência dela e ainda da proximidade / distância literal e imaginada a que estes se encontram dos pólos que os alimentam. A desaceleração, no sentido do uso do espaço, é provocada pelo atrito provocado pela rugosidade das superfícies - manifestações na paisagem que suscitam curiosidade, ligações e significados - aumentando a nossa permanência na paisagem.

4.11. Controlo

A sociedade de controlo é aquela que está sob a intensificação e generalização de dispositivos de disciplina que atuam no nosso dia-dia e que extravasam as instituições sociais normalmente associadas ao controlo (como hospitais, prisões, asilos). O desenho urbano controla, na medida que interfere com a forma como usamos o espaço. O sistema de inclusão-exclusão que encontramos na cidade é também um sistema de controlo que define sistemas abertos e fechados. O encerramento do grupo poderá aumentar o sentido de comunidade e solidariedade destes espaços – sentido de unidade e segurança. A dispersão contribui para a quebra dos sistemas de controlo tal como a informalidade, contudo o que por vezes se verifica é o estabelecimento do controlo pelos próprios moradores do bairro, principalmente em relação ao seu exterior.

4.12. Autonomia

Nos exemplos estudados os enclaves surgem com entidade promotora de alguma autonomia e sustentabilidade a algum nível mesmo que esta não garanta a sua total independência. A autonomia do enclave confronta-se com a gestão do mesmo, ou melhor com a autogestão do espaço, talvez pela precaridade que alguns destes conjuntos (ou pelo menos que apresentam numa fase inicial). A autogestão abre espaço à autoexpressão do grupo no sentido em que “confronta, recua, ensina e celebra” (Hailey, 2009, p. 20). A autogestão abre portas a novas reconfigurações (por exemplo novas economias), tornando-se fluído e indeterminado e por isso aberto. O enclave onde “the relation between different parts is unceasingly renegotiated”, cuja função ou funções servem também a cidade que o assimila como parte integrante. O enclave apresenta-se frequentemente como entidade ativadora de processos de associação e gestão e desenvolvimento próprio frequentemente associado aos atributos, positivos ou negativos) que a este estão ligados.

A gestão de enclaves por entidades privadas ou administrativas, pelo contrário, diminuem as oportunidades, através de espaços pouco flexíveis que o tornam monótono e homogéneo e que promovem a segregação.

5. Observações Finais

A escala territorial tem macro enclaves que promovem a relação marginal e macro enclaves que promovem a incorporação de micro enclaves na sua estrutura, normalmente associados à estrutura principal física (natural e/ou antrópica). Os primeiros são relativos ao enclave de Monsanto e Mar da Palha, ambos com limites verdadeiramente limitadores, Monsanto pela sua fisiografia e isolamento topográfico, o Mar da Palha pela sua natureza. Monsanto surge na paisagem como a grande landmark – denunciado pelo seu topónimo, derivando da antiga expressão latina *Mon Sacer*, ou Monte Sagrado – que para além de ter sido em determinado momento marginal ao macro enclave cidade, foi contornado pelo crescimento desta, criando um ponto de clivagem entre cidade subúrbia, mas sendo o ponto de encontro dos dois, como o grande “playground” da cidade e sua subúrbia (ponto de descompressão). Este não é de todo autónomo neste sentido. São as relações que estabelece com a sua envolvente, e que descrevem movimentos essencialmente pendulares, que fazem dele o que é – numa primeira fase espaço de produção agrícola e fonte de energia (eólica), hoje espaço de recreação e biótopo. O seu poder propulsor de desenvolvimento deve-se ao seu isolamento e proximidade com a cidade, que junto a este mostra-se mais pontual (bairros sociais, económicos e clandestinos), mas de distribuição linear (apesar de aparentemente aleatória) ao longo do limite físico deste. O Mar da Palha é o enclave com o poder agregador da unidade de paisagem da AML. Ele é catalisador de movimentos centrípetos e centrífugos (movimento implosão-explosão) que resulta numa grande concentração de pessoas, atividades, riqueza em torno do seu limite. O Mar da palha funciona, primeiro como grande via comunicante entre Lisboa e em segundo a grande praça desta área metropolitana. Comparativamente com Monsanto, a distribuição dos micro enclaves no seu limite têm um direção preferencial, que se justifica pelo desenho da margem, dos percursos controlados (pelo fundo do rio e correntes) e pela própria ligação rio/mar.

O limite da unidade AML que é desenhado através das circunstâncias topográficas tanto a norte e a sul, que definem enclave na medida em que se circunscrevem física, social e funcionalmente. Os parques naturais de Sintra e Arrábida contudo, e ao contrário de Monsanto e do Mar da Palha, permitem incorporações de formas, que procuram assim o isolamento mas que privilegiam a ligação com o núcleo. Dai que estas zonas, também pelas suas qualidades paisagísticas sejam essencialmente escolhidas pelas elites e outras funções relacionadas com o turismo de mar e montanha. Estes micro enclaves terão uma concentração muito mais dispersa, mas relacionados com as linhas

de comunicação com a cidade (que são de numero reduzido e logo falamos de um controlo maior do espaço).

A cidade em contraste, constitui o ponto de acumulação de pessoas bens e serviços, ou seja tem funções que fundamentam as ligações com os restantes enclaves. A sua posição relativa, tem de permitir um sistema de trocas a pequena e grande escala, poiso sistema cujo o núcleo que ligam a com a subúrbia tem uma forma mais segregada, proporcionada pela condição física de exceção. Já a subúrbia coloca-se em locais estratégicos às ligações.

Tal como os enclaves a escala territorial, os micro enclaves também se dividem em enclaves de caracter marginal que por sua vez se dividem em espaços lineares ou pontuais e de caracter inclusivo.

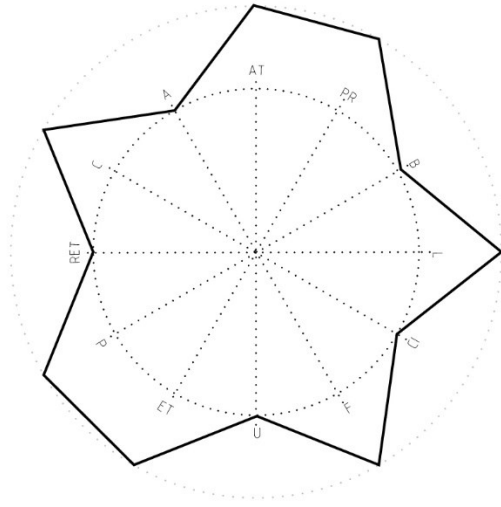
Tanto os pátios e vilas como os abarracamentos surgem agarrados á estrutura primária (linhas de tradição) da cidade que comprova a sua ligação fundamental com estruturas como conventos e quintas. Enquanto os pátios/vilas colmataram os espaços vazios disponíveis na cidade e demonstram um caracter inclusivo tanto no tecido urbano como no papel formativo da paisagem, os abarracamentos estabeleceram uma relação marginal com o núcleo da cidade, tal como acontece com os bairros clandestinos hoje. Se por um lado o primeiro encerra-se, diminuindo por isso a sua área de ação/relação, o segundo, pela sua limiaridade física e administrativa, e pelas suas condicionantes como espaço que responde a necessidades imediatas de habitação, aumenta as distancias relacionais, desencadeia processos de construção e expansão, criando o interface entre cidade e campo (e daí a importância da sua estrutura elástica) que permite a cidade crescer. O clandestino segue a mesma lógica do abarracamento mas num contexto diferente. Como a cidade cresceu, eles surgem cada vez mais afastados do núcleo, mas apoiados por vias comunicantes que reforçam as ligações ao nível territorial. Desta forma falamos de um sistema que se abre ao território no sentido dentro-fora, principalmente.

O bairro social traça um enclave desagregado do macro enclave núcleo, e é a sua posição relativa que determina ligações que se mostram fortes à escala territorial mas não à local. Os problemas de enraizamento que se devem a um controlo tanto na forma como nos acessos, resulta em espaços monofuncionais e desqualificados para uma vida social e urbana de qualidade e a constante fragmentação do tecido urbano à escala local.

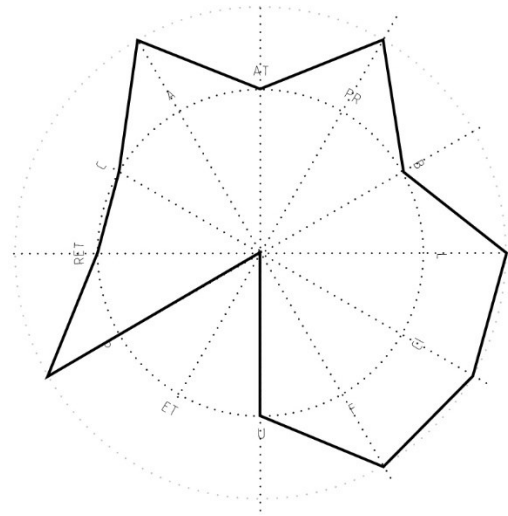
Os processos de «raizamento» fazem se através da inscrição material dos códigos de fundação daquelas comunidades e a criação de “pontes” para o seu exterior, isto é, espaços que também possam ser usados por aqueles que não vivem no enclave e que estão já muito imbricados em formas como pátios e vilas, alguma nos bairros económicos, e mais frágeis ao nível do bairro social.

Esta característica que também se relaciona com a permanência do próprio enclave. Segundo processos de consumo, que constroem hoje a cidade, a função, imagem e a impressão simbólica (sociedade do espetáculo) do enclave é geradora desta sensação de pertença do espaço.

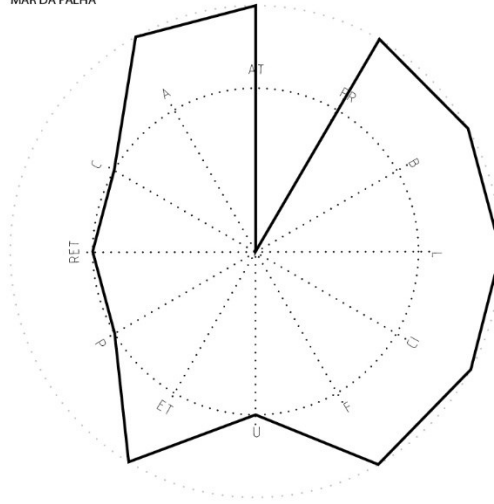
MONSANTO



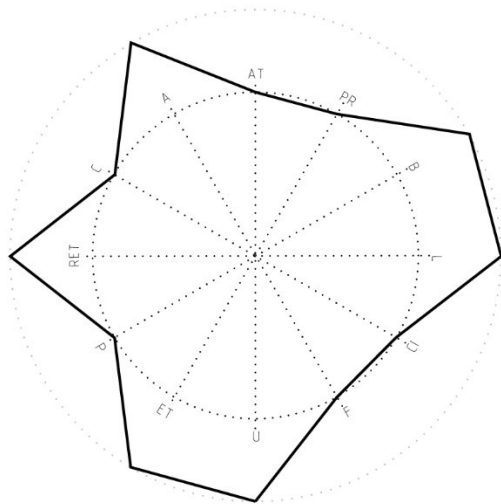
CIDADE



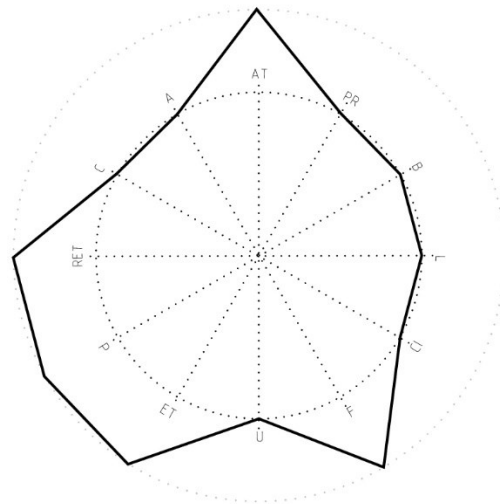
MAR DA PALHA



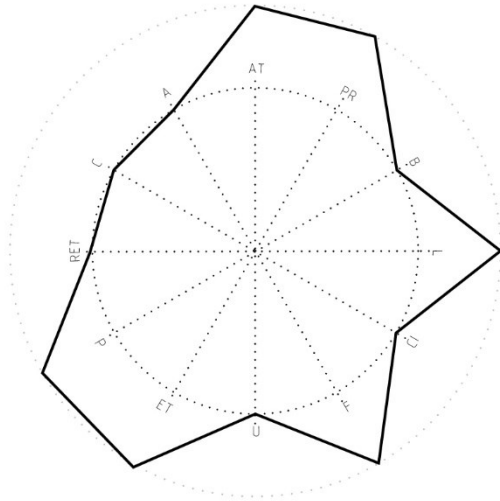
SUBURBIA



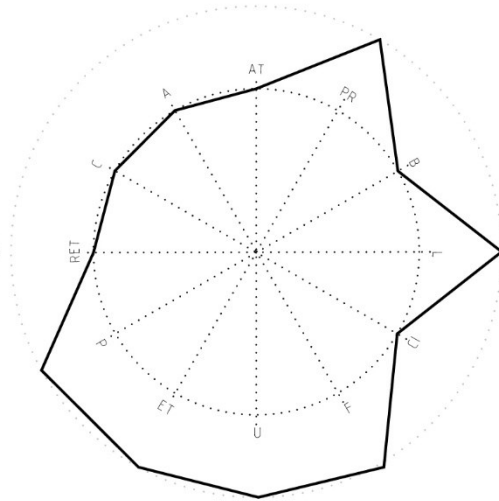
PARQUES NATURAIS (SINTRA E ARRÁBIDA)



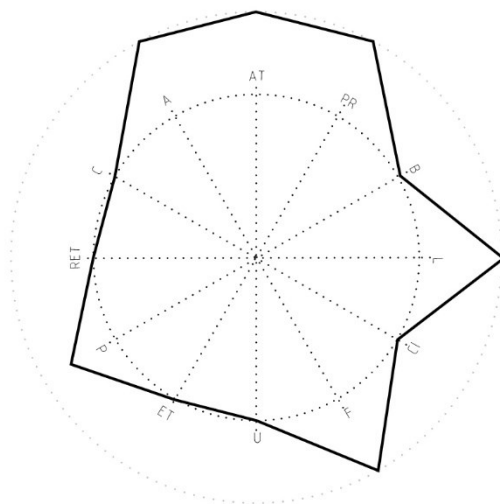
CONVENTO



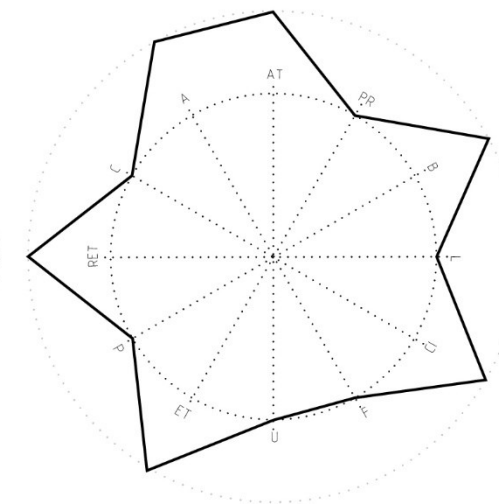
PÁTIOS E VILAS OPERÁRIAS



CLANDESTINOS E ABARRACAMENTOS



BAIRROS ECONOMICOS E SOCIAIS



		ACONTECIMENTO TOPOGRÁFICO	POSICÃO RELATIVA	BARREIRA (FÍSICA E ANTROPICÁ)	LIGAÇÃO	CONFIGURAÇÃO INTERNA	FUNÇÃO	UNIDADE	ESPAÇO DE TRANSIÇÃO	PERMANÊNCIA	RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO	CONTROLE	AUTONOMIA
MONSANTO		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
CIDADE		<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
MAR DA PALHA		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
SUBURBIA		<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
PARQUES NATURAIS		<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
CONVENTOS		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
PÁTIOS E VILAS		<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
ABARRACAMENTOS E CLANDESTINOS		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
BAIRROS ECONÔMICOS E SOCIAIS		<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

_LEGENDA:

ABERTURA

ENCERRAMENTO

6. Conclusão

Creativity starts when you cut a zero in your budget

Jaime Lerner

O conceito de enclave é um conceito bastante aberto a várias interpretações. A capacidade de definirmos limites que se baseiam tanto no que vemos, como no que sentimos e no que interpretamos da paisagem, incluindo o seu conteúdo ou algo mais invisível ou imaginário, diz-nos que entender o enclave é também entender-nos como sociedade, as suas formas de organização física e social, e de como nos relacionamos no espaço e no tempo.

Identificámos o enclave como um elemento que se entende uno, e cujo papel no processo formativo da paisagem é também ele singular; o enclave como elemento relacional, que pertence a um sistema, formado por subsistemas, onde todas as partes são importantes e dependentes umas das outras, que é paralelamente ativador e estabilizador no processo formativo da paisagem; um elemento mediador entre espaços, funções e culturas, implicando uma leitura horizontal e vertical do espaço e pressupondo implicitamente aproximações e recessões, na sua compreensão. Neste sentido, trabalhar a paisagem segundo a ideia de enclave convoca a leitura do espaço projectual a uma escala que permita a leitura do sistema e dos seus pontos nevrálgicos, mas potencialmente promissores, pois representam espaços de oportunidade a vários níveis e trabalhar a essa escala mais reduzida de forma a "revitalizar" o todo.

O conceito de enclave proposto, ao contrário da discussão contemporânea - que afirma que o enclave pertence a uma constituição encerrada e heterotópica, como o centro comercial, descartando a ligação ao lugar e à paisagem, isto é, ele próprio cria artificialmente essas características - no sentido intrínseco, afirma uma ligação profunda à paisagem, a um ou outro nível de resolução. O próprio topónimo e os seu sinónimos, ideia de "encaixe" ou "enclave", indicia uma condição física inclusiva, que se reflete mesmo ao nível cultural e social. Não se cumprem condições suficientes ao nível do processo de enraizamento para entender o centro comercial como um enclave, na sua mais intrínseca aceção. É precisamente essa ideia de contacto privilegiado com a paisagem, de objeto que se relaciona diretamente com as condições mais intrínsecas a esta (físicas, telúricas e vivenciais) que confere ao conceito um grande interesse e um grande potencial.

Através do desenho de investigação conseguimos então verificar esta premissa – que a contingência física do lugar influencia e pode favorecer

também, o aparecimento de determinadas formas de cidade, conseguindo distinguir quatro tipos de configurações associadas as formas estudadas:

- Microcentralidade que é propulsora e que se impõem à macrocentralidade, tornando-se uma Landmark – Acto de cunhar;
- Microcentralidade sobreposta à macrocentralidade – “se encaixa em”;
- Espaço intersticial justaposto à macro ou micro centralidade – “que se adapta a”
- Microcentralidade alheia à macro centralidade – “marginalizado por”, “subordinado a”;

O estudo diagramático serve como um ponto de partida para um estudo que nos permite perceber a importância do encerramento ou abertura destas estruturas para o funcionamento do enclave e das suas relações. Pensamos que este estudo dependerá também de uma investigação que implica uma experiência direta e articulada entre investigadores e moradores, de forma a compreender relações mais complexas entre os moradores, entre o bairro, a sua envolvente e a cidade, onde será necessária uma vertente mais experimental, e um maior desenvolvimento caso-a-caso.

Bibliografia

Livros

- Agier, M. (2008). O "Acampamento", A Cidade e o Começo da Política. Em F. V. Graça Índias Cordeiro, *A Rua, espaço, tempo e sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Araújo, N. d. (1938). *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Editora Lisboa.
- Aureli, P. V. (2011). *The Possibility of an Absolute Architecture*. Cambridge: The MIT Press.
- Barão, J. (1929). Os Pátios de Lisboa . Revista "Ilustração Portuguesa", nº91, pp. 25-28
- Boal, F. W. (2005). Urban Ethnic Segregation and the scenarios spectrum. Em D. P. Varady, *Desegregating the City: Ghettos, Enclaves and inequality* (pp. 62-79). New York: State University of New York Press.
- Bollnow, O. F. (2011). *Human Space*. Londres: Hyphen Press.
- Brito, R. S. (1977). *Lisboa, Esboço Geográfico*. Lisboa.
- Calcatinge, A. (2012). *The Need for a Cultural Landscape Theory: An Architect's Approach*. LIT Verlag Münster.
- Calvino, I. (2008). *As Cidades Invisíveis* . Editorial Teorema
- Câncio, F. (2008). *Cidades Sem Nome - Crónica da Condição Suburbana*. Lisboa: Tinta da China .
- Cardoso, A. (1993). *A Outra face da cidade - Pobreza em Bairros Degradados*. Lisboa : C.M.L.
- Cauter, L. D. (2 de 2011). The Prison Island and the State of Nature (first notes). *San Rocco*, p. 176.
- Clément, G. (2007). Terceira paisagem. Em D. Colafranceschi, *Landscape + 100 palavras para habitá-lo* (p. 181). Barcelona: Gustavo Gili.
- Cordeiro, G. Í. (1997). *Um Lugar na Cidade - Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Dom Quixote.
- Coutinho, M. (2013). Antes da CRIL aos olhos de hoje - A Estrada Militar pelos terrenos do Senhor roubado, Olival de Basto e Alto do Chapeleiro. Em P. T. Pinto, *Passagens N1, Paisagens Distantes - A CRIL, uma avenida pós-moderna* (pp. 48-55). Lisboa : Caleidoscópio.
- Debord, G. (s.d.). *Society of the Spectacle*. London: Rebel Press.
- Dehaene, M., & Cauter, L. D. (2008). Heterotopia in a postcivil society. Em M. Dehaene, & L. D. Cauter, *Heterotopia and the city: public space in a postcivil society* (pp. 3-9). London: Routledge.

- Espino, N. A. (2005). Inequality, Segregation and Housing Markets - The U.S. Case. Em D. P. Varady, *Desegregating The City - Ghettos, Enclaves and Inequality*.
- Farina, M. (2008). Espaços, marcas e símbolos num bairro de habitação social em Lisboa. Em F. V. Graça Índias Cordeiro, *A Rua - Espaço, tempo e sociabilidade* (pp. 113-128). Lisboa: Livros Horizonte.
- Foucault, M. (1977). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes.
- França, J.A. (2008). *Lisboa, História Física e Moral*. Lisboa: Livros Horizontes.
- Gold, J. R., & Revill, G. (2000). *Landscapes of Defense*. Essex: Routledge.
- Hailey, C. (2009). *Camps, A guide to 21st-century space*. Massachusetts: The MIT Press.
- Halbwachs, M. (1925). Les cadres sociaux de la mémoire [Los marcos sociales de la memoria]. Paris, França: Albin Michel.
- Hall, E. T. (1986). *A Dimensão Oculta*. Relógio D'Água.
- Ingold, T. (2000). *The Perception of the Environment - Essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Taylor & Francis Group.
- Jacobs, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Vintage Books.
- Lassus, B. (2007). Entidad. Em D. Colafranceschi, *Landscape + 100 palabras para habitarlo* (pp. 65-66). Barcelona: Gustavo Gili.
- Lefebvre, H. (2012). *O direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre.
- Lynch, K. (2008). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Magalhães, M. R. (2001). *Arquitectura Paisagista - Morfologia e complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Marcuse, P. (2005). Enclaves Yes, Gettos No - Segregation of the State. Em D. P. Varady, *Desegragating the City - Ghettos, Enclaves & Inequality* (p. 310). Albany: State University of New York Press.
- Marot, S. (2006). *Suburbanismo y el arte de la memoria*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Matos, B. J. (1989). *Os Conventos de Lisboa*. Sacavém: Distri Editora.
- Montenegro, A. (1902). *Inquerito aos Pateos de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Nunes, J. (2007). Señales. Em D. Colafranceschi, *Landscape + 100 palabras para habitarlo* (pp. 170-171). Barcelona: Gustavo Gili.
- Pereira, N. T., & Buarque, I. (1995). *Prédios e Vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Petti, A. (2008). Dubai Offshore Urbanism. Em L. D. Michiel Dehaene, *Heterotopia and the city: public space in a postcivil society* (pp. 287-295). Londres: Routledge.
- Pinto, P. T. (2013). Paisagens Distantes - A CRIL uma avenida pós-moderna. Em P. T. Pinto, *Passagens n°1* (pp. 3-18). Lisboa: Caleidoscópio .
- Pinto-Correia, T., D'Abreu, A. C., & Oliveira, R. (2001). Identificação de Unidades de Paisagem: Metodologia aplicada a Portugal Continental. *Finisterra*, pp. 195-206.
- Qadeer, M. A. (2005). Ethnic Segregation in a Multicultural City . Em D. P. Varady, *Desegregating the City - Ghettos, Enclaves & Inequality* (p. 310). Albany: State University of New York Press.
- Ramonedá, A. & R. Sánchez (2012). Del no-lugar al cronotopo, pasando por el vestíbulo de la estación de Atocha . *Athenea Digital* 12(1): 109-128.
- Ribeiro, O. (1994). *Opúsculos Geográficos* (Vols. V - Temas Urbanos). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Salgueiro, T. B. (2001). *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras: Celta.
- Silva, Augusto Vieira da (1960). *Dispersos. Volume III*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Seixas, P. C. (2008). *Entre Manchester e Los Angeles. Ilhas e novos condomínios no Porto - Paradigmas sócio-espaciais, políticas de diferença e estruturas antropológicas urbanas*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sequeira, G. M. (1917). *Depois do Terremoto - Subsídios para a História dos bairros Ocidentais de Lisboa* (Vol. II). Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.
- Soja, E. W. (1989). *Postmodern Geographies, The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. New York: Verso .
- Tuan, Y.-F. (1977). *Space and Place - The Perspective of Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Vieira, A. (1993). *Esta Lisboa*. Lisboa: Caminho.~
- Zanini, P. (2007). Confín . Em D. Colafranceschi, *Landscape + 100 palabras para habitarlo* (pp. 39-40). Barcelona: Gustavo Gili.

Artigos

- Angéll, M., & Klingmann, A. (1999). Hybrid Morphologies - Infrastructure, Architecture, Landscape. *Daidalos*(73), pp. 16-25.
- Foucault, M. (1967). Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias. Em *Architecture/Movement/Continuité* (1984). traduzido por Jay Miskowiec.
- Jacobs, F. (14 de 11 de 2011). *An Apology of Enclaves*. Obtido em 12 de 8 de 2013, de The New York Times:

<http://opinionator.blogs.nytimes.com/2011/11/14/an-apology-of-enclaves/>

Salgueiro, T. B. (1972). Bairros Clandestinos na Periferia de Lisboa. *Finisterra*, 59.

Salgueiro, T. B. (Jan./Jun. de 1998). A Cidade Pós-moderna, espaço fragmentado. *Revista Território*, pp. 39-53.

Sennett, R. (2006). The Open City. *Housing and Urban Neighbourhoods* (p. 5). Berlim: Urban Age.

Treib, M. (s.d.). The Content of Landscape Form. *Landscape Journal*, pp. 119-140.

Fontes electrónicas

ArchDaily. (31 de 12 de 2008). *Quinta Monroy / ELEMENTAL*. Obtido em 02 de 1 de 2014, de ArchDaily: <http://www.archdaily.com/?p=10775>

Baraona, E., & Reyes, C. (1 de Agosto de 2011). *The Funambulist Papers 06 - Post-political Attitudes on Immigration, Utopias and the Space Between Us*. Obtido de The Funambulist: <http://thefunambulist.net/2011/08/01/guest-writers-essays-06-post-political-attitudes-on-immigration-utopias-and-the-space-between-us-by-ethel-baraona-pohl-cesar-reyes/>

Junta de Freguesia do Beato. (16 de 11 de 2013). Obtido de Junta de Freguesia do Beato: <http://www.jf-beato.pt/beato/patrimonio/>

Lambert, L. (1 de 11 de 2011). *LIBERTY SQUARE - The Archipelago as a Territorial Manifesto*. Obtido em 24 de 10 de 2013, de The Funambulist: <http://thefunambulist.net/2011/11/01/liberty-square-the-archipelago-as-a-territorial-manifesto/>

Lambert, L. (24 de 11 de 2011). *LIBERTY SQUARE-About the notion of Occupying*. Obtido em 2013 de 10 de 24, de The Funambulist: <http://thefunambulist.net/2011/11/24/liberty-square-about-the-notion-of-occupying/>

Lambert, L. (22 de 7 de 2013). *#Politics - The Political Archipelago: For a New Paradigm of Territorial Sovereignty*. Obtido em 24 de 10 de 2013, de The Funambulist: <http://thefunambulist.net/2013/07/22/politics-the-political-archipelago-for-a-new-paradigm-of-territorial-sovereignty/>

Shirazi, S. (22 de Outubro de 2012). *The Funambulist Papers 36 - City, Space, Power: Lahore's Architecture of In/Security*. Obtido de The Funambulist: <http://thefunambulist.net/2012/10/22/guest-writers-essays-36-city-space-power-lahores-architecture-of-insecurity-by-sadia-shirazi/>

Toponímia. (9 de Janeiro de 2014). Obtido de Sítio da Câmara Municipal de Lisboa: <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>

Dissertações

Carvalho, R. (2012). *Habitat, habitação colectiva e forma urbana. Construir o bairro em Portugal, da cidade campo à cidade periférica, 1930-1970*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.

Howorth, A. R. (2011). *As Hortas Urbanas da Área Metropolitana de Lisboa: Caracterização e Fertilidade dos Solos*. Instituto Superior de Agronomia, Engenharia Agronómica. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Zecchin, L. (2011). *Architecture of/in marginal spaces, a methodological approach for the territory of the low and medium mountain*. Dipartimento di Ingegneria Civile e Ambientale . Trento: Università Degli Studi di Trento.

Dicionários

Chisholm, Hugh, ed. (1911), Em *Encyclopædia Britannica* (11th ed.) (Vol. 9, pp.). Cambridge University Press

Gausa, M. (2003). Enclave. Em V. G. Manuel Gausa, *Diccionario Metápolis de Arquitectura Avanzada* (p. 93). Madrid : Actar.

Houaiss, A., S., V. M., & F.M., F. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objectiva.

Machado, J. P. (1977). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (Vol. IV). Lisboa: Livros Horizonte.

Conferências

Gato, M. A., Ramalhete, F., & Pires, N. S. (2011). A Multipli(cidade) do Bairro. *Second International Conference of Young Urban Researchers*. Lisboa.

Sennett, R. (23 de 9 de 2013). *TheHarvardGSD*. Obtido em 9 de 10 de 2013, de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=eEx1apBAS9A>

Cartografia

Viegas, Inês Morais e Alexandre Tojal (2000) Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, sob a direcção de Filipe Folque: 1856 – 1858. Lisboa, CML.

Mégre, R. & H. Silva & Gil, A. *Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX* (PTDC/CPC-HAT/4703/2012)

CML (2010) *Carta de Bairros e Zonas de intervenção Prioritária de Lisboa*

Pinto, Silva (1904-11). *Planta Topográfica de Lisboa*. AML

ANEXOS

Carta Topográfica de Lisboa de Filipe Folque, 1856-58	Anexo I
Planta Topográfica da Cidade de Lisboa de Silva Pinto, 1904-11	Anexo II
Planta de Lisboa arruinada pelo terramoto de 1755 com novo plano de reconstrução dos arquitetos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel, 1909	Anexo III
Planta de Lisboa em 1874, Dispersos. Volume III, Augusto Vieira da Silva, 1960	Anexo IV
Planta de Lisboa em 1940, Dispersos. Volume III, Augusto Vieira da Silva, 1960	Anexo V
Carta de Bairros e zonas de intervenção prioritária de Lisboa, CML, 2010	Anexo VI
Análise Territorial	Anexo VII
Carta de Conventos e Quintas	Anexo VIII
Lista de Conventos e Mosteiros	Anexo IX
Carta de Vilas e Pátios	Anexo X
Lista de Vilas e Pátios	Anexo XI
Carta de Bairros Clandestinos e Abarracamentos	Anexo XII
Carta de Bairros Sociais	Anexo XIII
Sobreposição da Carta de Solos com conventos estudados	Anexo XIV
Sobreposição da Carta de Solos com pátios e vilas estudados	Anexo XV



Anexo / Carta Topográfica de Lisboa de Filipe Folque, 1856-58

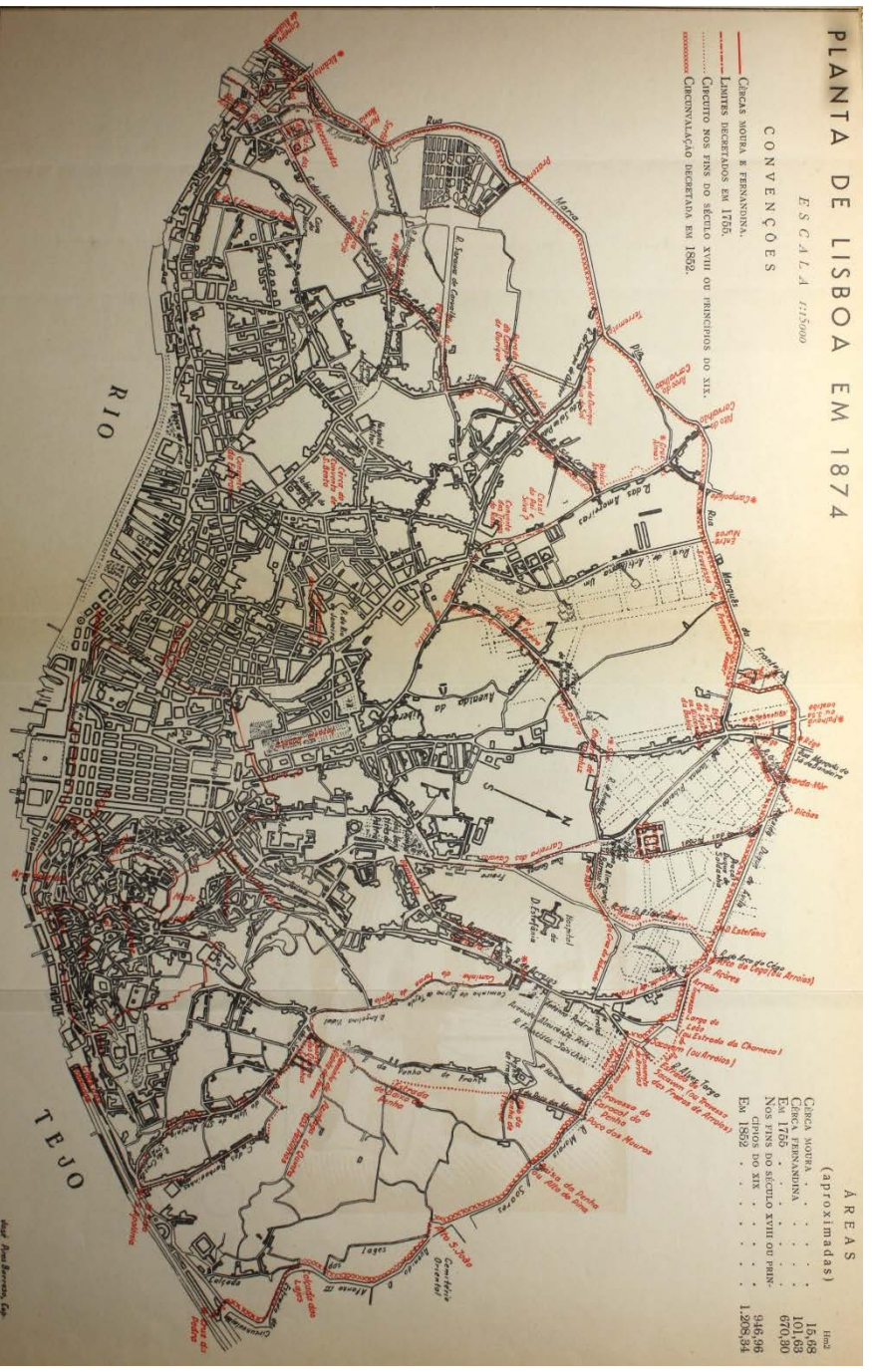


Anexo II Planta Topográfica da Cidade de Lisboa de Silva Pinto, 1904-11

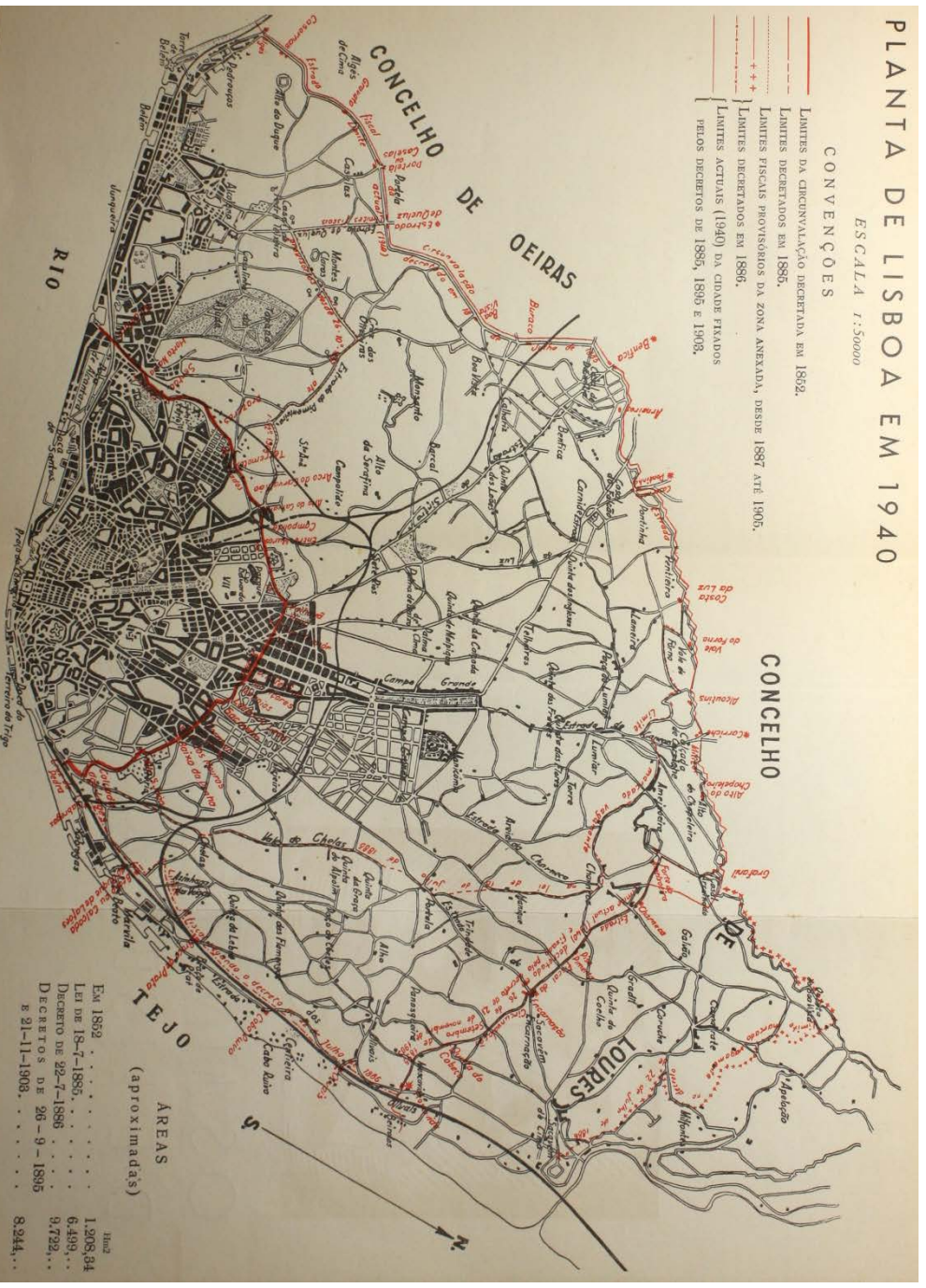


1—Ponte de Alcantara	23—Convento de S. Bento	45—Convento das Paulistas	67—Igreja de N. S. da Piedade das Chagas	88—Convento de S. Domingos	109—Convento da Provincia de N. S. da Conceição	180—Alfandega do Tabaco
2—Convento de N. S. do Livramento	24— " das Franczinhas	46—Parochial Igreja de Santa Catharina	68—Parochial Igreja de N. S. da Encarnação	89—Praça da Figueira	110—Quart. do regim. da 1.ª Armada á Cruz do Taboado	181—Parochial Igreja de S. Miguel d'Alfama
3—Praça de Alcantara	25— " das Inglesinhas do Mocambo	47—Hospital de S. João Nepomuceno	69—Igreja de N. S. do Leste do Nação Italiana	90—Convento dos Padres Camillitas	111—Largo do chafariz de Arroyos	182—Convento do Salvador
4—Barrarte	26—Parochial Igreja de S.º Isabel	48—Casa da Moura	70—Parochial Igreja de N. S. dos Martyres	91—Paroch. Igr. de S.ª Paula na rua N. da Princesa	112—Parochial Igreja de S. Jorge, no sitio de Arroyos	183—Parochial Igreja de S.º Estevão d'Alfama
5—Convento do Sacram. das Religiozas Dominicãs	27—Quartel do regimento de Minas a C. d'Ourique	49—Parochial Igreja de S. Paulo	71—Santa Casa de Misericordia	92—Convento de Corpus Christi das Carmelitas dese.	113—Parochial Igreja de S. Jeron. no sitio de Arroyos	184—Arsenal da Pontico
6—Hospital e Palacio de N. S. das Necessidades	28—S. João dos Beneditinos	50—Praça de S. Paulo	72—Convento de S. Pedro d'Alcavara	93—Parochial Igreja de S. Nicolau na rua nova da Rainha	114—Praça da Rainha	185—Santa Igreja Patriarcal ou de S. Vicente
7—Igreja de N. S. dos Prazeres	29—Praça das Amoreiras no sitio do Rato	51—Ribeira Nova	73—Quartel do regimento em Valle de Pereira	94—Parochial Igreja de S.ª Maria Magdalena	115—Parochial Igreja de S. Miguel dos Anjos	186—Convento das Monicas
8—Convento do Senhor Jesus da Boa Morte	30—Casa d'Agua que hade servir de Regato	52—Praça das Indolencias	74—Collegio dos Agostinhos descalços a S. Sebastião da Pedreira	95—Igreja de N. S. da Conceição das Freiras(Novas)	116—Convento de Beato	187—Parochial Igreja de S.ª Marinha
9—Real Convento do SS. Coração de Jesus	31—Praça do Rato	53—Convento das Irmãezas Dominicãs	75—Largo do Chafariz de Andaluz	96—Basilica de S.ª Maria	117—N. S. do Monte de S. Gens	188—Campo de S.ª Clara
10—Praça nova projectada	32—Convento das Trinas do Rato	54—Praça do Corpo Santo	76—Convento de S.ª Joana Princesa de Portugal	97—Igreja de Santo Antonio de Lisboa	118—Convento de N. S. da Graça	189—Real Convento do Desagravo
11—Convento de N. S. da Estrella	33—Real Fabrica da Seda	55—Arsenal da Ribeira das Naves	77—Parochial Igreja do SS. Coração de Jesus	98—Parochial Igreja de S. Christovão	119—Parochial Igreja de S.º Andre	190—Paroch. Igr. de S.ª Engracia na Igr. do Paraiso
12—Parochial Igreja de N. S. da Lapa	34—Parochial Igreja de S. Mamode	56—Praça das Armatricas	78—Convento de S.ª Marinha	99— " de S. Lourenço	120— " de S. Thomé	191—Hospital dos Exercitios
13—Convento de S. Francisco da Paula	35—Real Collegio das Nobres	57—Real Praça do Commercio	58—Alfandega	100—Igreja de N. S. da Saúde	121—Igreja de S. Braz: as portas do Sol	192—Praça do Regimento de Cavalarias do Caes
14— " de S. João de Deus	36—Patriarcal Queimada	58—Alfandega	59—Parochial Igreja de S. Julião	101—Parochial Igreja do Socorro	122—Parochial Igreja de S. Thome	193—Caes do Topo á Bica do Sapato
15— " de S.º Alberto das Carmelitas dese.	37—Quartel do regimento de Peniche á Patriarcal	60— " da Conceição Nova	60— " da Conceição Nova	102—Hospital Real de S. José	123—Castello	194—Convento de S.ª Apollonia
16—Praça do chafariz das Janelas Verdes	38—Convento das Carmelitas descalças á R. Formosa	61—Convento da Boa Hora dos Agostinhos descalços	61—Convento da Boa Hora dos Agostinhos descalços	103—Convento de N. S. da Encarnação	124—Largo do Limoeiro	195— " das Barbalindas Italianas
17—Convento de N. S. dos Remedios	39— " de Jesus	62— " de S. Francisco da Cidade	62— " de S. Francisco da Cidade	104—Parochial Igreja de N. S. da Pena	125—Parochial Igreja de S. Martinho	196—Quartel do Regimento da 2.ª Armada, á Cruz dos quatro Coninhos
18—Parochial Igreja de Santos	40—Praça do Chafariz da Rua Formosa	63—Parochial Igreja do SS. Sacramento	63—Parochial Igreja do SS. Sacramento	105—Convento de Sant'Anna	126— " de S. João da Praça	197—N. S. do Monte Agudo
19—Convento das Trinas do Mocambo	41— " nova na dita rua	64—Praça do Carmo	64—Praça do Carmo	106— " de Sant'Anna	127—Ribeira Velha	198—Convento de N. S. da Penha de França
20— " das Bernardinas Francesas	42—Collegio dos Indios	65—Convento de N. S. do Monte do Carmo	65—Convento de N. S. do Monte do Carmo	107—Convento de S.ª Antonio dos Capuchos	128—Campo das Cebolas, ou Caes de Santarem	199—Sitio do Poco das Mouras
21— " das Barbalindas Francesas	43—Convento dos Clerigos Regulares da Dic. Prov.	66— " de S. S. Trindade	66— " de S. S. Trindade	108— " de S. Vicente e Paulo a Ribalindas	129—Terreiro Publico	200—Convento das Comendadeiras de Santos
22— " da Esperança	44—Paroch. Igreja de N. S. das Mercês na R. Form.					

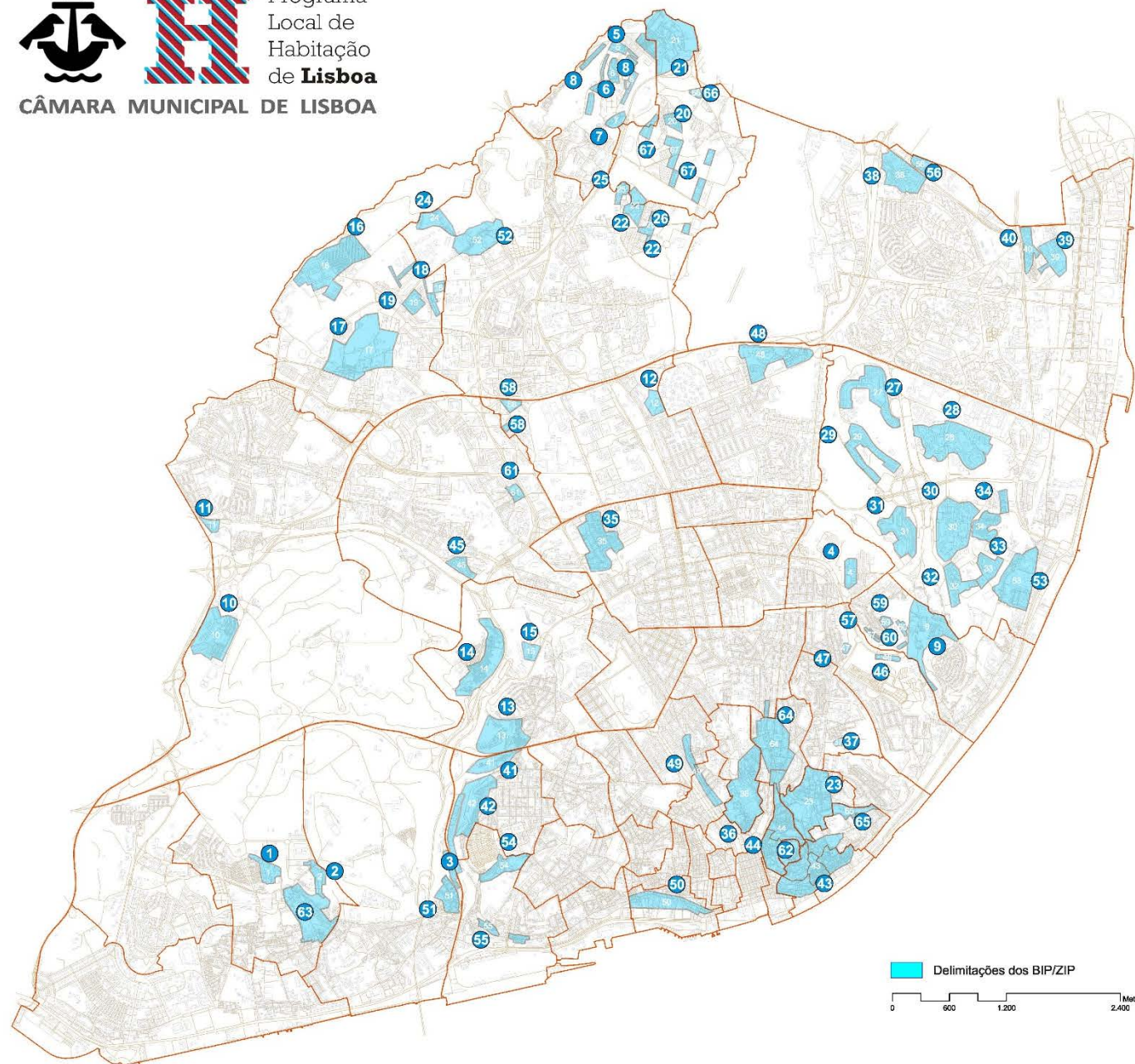
Anexo III Planta de Lisboa arruinada pelo terramoto de 1755 com novo plano de reconstrução dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel, 1909



Anexo IV Planta de Lisboa em 1874, Dispersos. Volume III, Augusto Vieira da Silva, 1960



Anexo V Planta de Lisboa em 1940, Dispersos. Volume III, Augusto Vieira da Silva, 1960



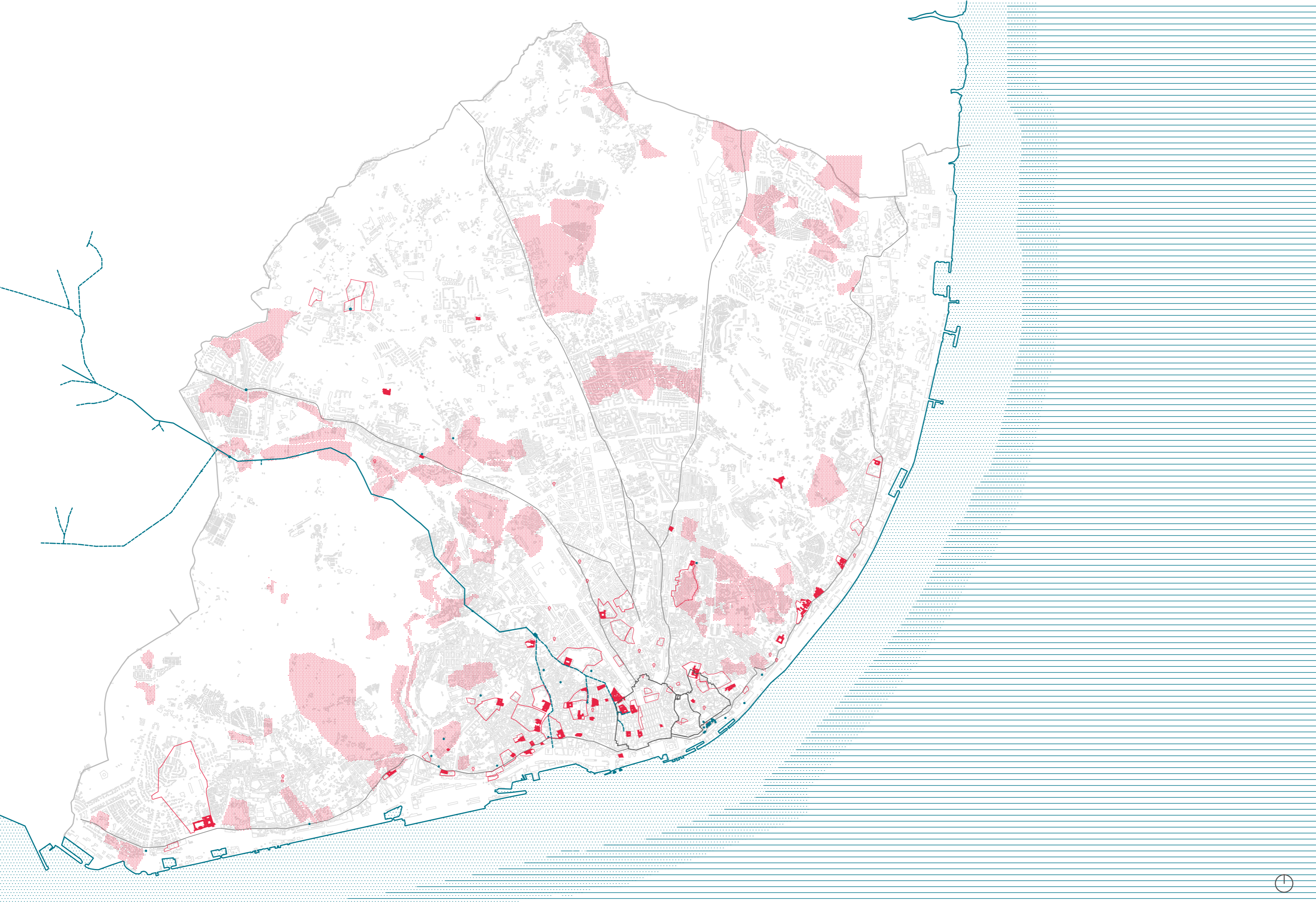
Carta dos BIP/ZIP

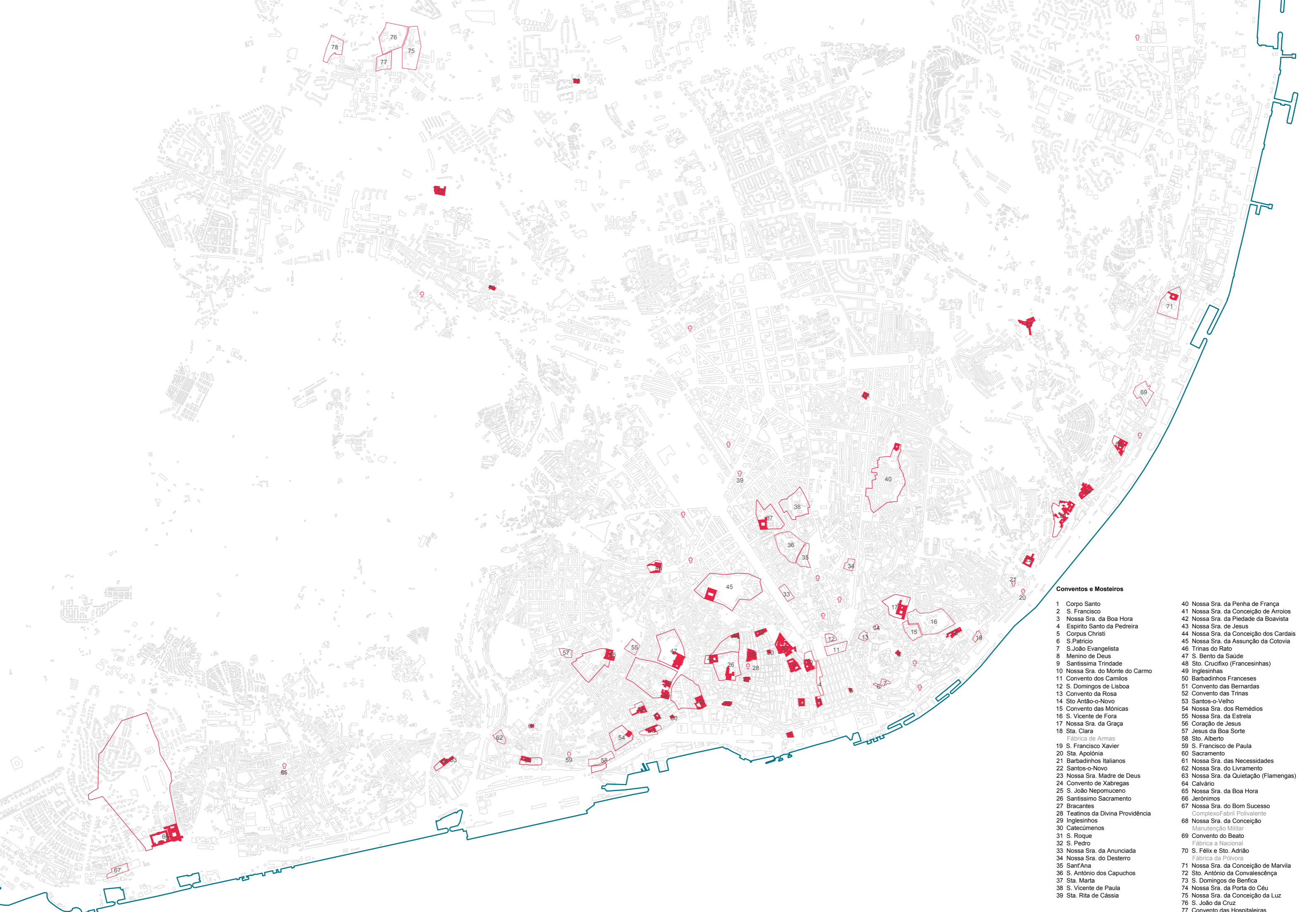
Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa

Designação - BIP/ZIP	Enquadr.
1 Casalinho de Ajuda	Ajuda
2 Doca de Malo	Ajuda
3 Quinta do Cabrito / Quinta do Loureiro / Av. De Cevala Sul	Alcântara / Santo Condestável
4 Portugal Novo	Alto do Pena
5 Grotel	Amaloeira
6 Quinta do Taurinho	Amaloeira
7 Quinta da Mourisca	Amaloeira
8 Amaloeira (PER)	Amaloeira
9 Ourives / Estada de Chelas	Beato
10 Beato	Beato
11 Bom Pastor / Isean Sartawi	Beato
12 Murtas	Campo Grande
13 Bela Flor	Campolide
14 Libertado	Campolide
15 Quinta do Tarjajo	Campolide
16 Padre Cruz	Camilde
17 Centro Histórico de Carnide	Carnide
18 Azeituga dos Lameiros / Azeituga da Torre de Falo	Carnide
19 Hortas Nova	Camilde
20 Seta Celas	Charneca
21 Galinheiras - a) Amaloeira b) Charneca	Amaloeira/Charneca
22 Alta de Lisboa Sul	Charneca / Lumiar
23 Graça / Sapadores	Graça
24 Quinta do Olival	Lumiar
25 Cruz Vermelha	Lumiar
26 Pedro Queiroz Pereira	Lumiar
27 Lóios	Marvila
28 Amendoalras	Marvila
29 Flamengo	Marvila
30 Condado	Marvila
31 Armador	Marvila
32 Quinta das Salgadas / Alfornes	Marvila
33 Marquês de Abrantes	Marvila
34 PRODAC	Marvila
35 Rego (bairro de Santos e PER)	Nossa Senhora de Fátima
36 Pena	Pena
37 Alto da Eira	Penha de França
38 Quinta do Moizado	Santa Maria dos Olivais
39 Quinta das Laranjeiras	Santa Maria dos Olivais
40 Casal dos Mischados	Santa Maria dos Olivais
41 Seta Moitões	Santo Condestável
42 Casal Ventoso	Santo Condestável
43 Alfama	Santo Estêvão / São Miguel / São Vicente da Fora / St.
44 Mouraria	São Cristóvão e São Lourenço / Socorro
45 Furnas	São Domingos de Benfica
46 Quinta do Lavrado	São João
47 Hortas	São João
48 Bairro São João de Brito / Pote de Água	São João de Brito
49 São José / Santa Marta (eixos)	São José
50 Rua de São Paulo (eixos)	São Paulo
51 Cascalheira / Avizão Velho	Alcântara
52 Paço do Lumiar	Lumiar
53 Marvila Velha	Marvila
54 Rua Possidónio da Silva	Prateres
55 Pampulha	Prateres
56 Alfredo Bensaúde	Santa Maria dos Olivais
57 Empreendimento Municipal Rua João Nascimento Costa	Beato
58 Cooperativas 25 de Abril e Unidade do Povo	Campo Grande
59 Empreendimento Municipal Rua Carlos Bocelho	Beato
60 Cooperativas - Rua João Nascimento Costa/ Carlos Bocelho	Beato
61 Rua Direita da Palma	S. Domingos de Benfica
62 Castelo	Castelo
63 Rio Seco	Ajuda
64 Anjos	Anjos / São Jorge de Arroios
65 Quinta do Ferro	São Vicente da Fora
66 Charneca do Lumiar	Charneca
67 Alta de Lisboa Centro	Amaloeira / Charneca

10 de Novembro de 2010

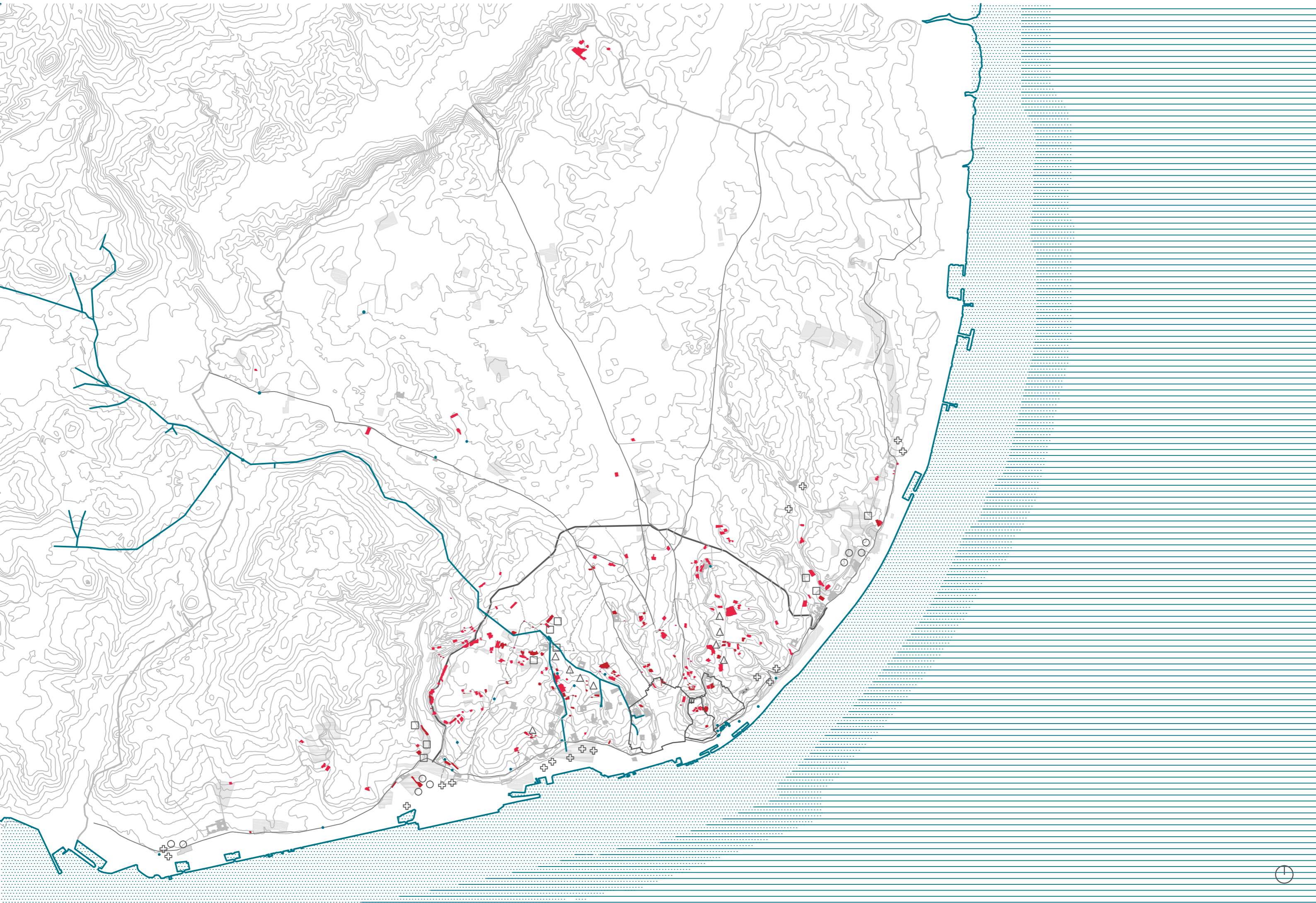






Conventos e Mosteiros

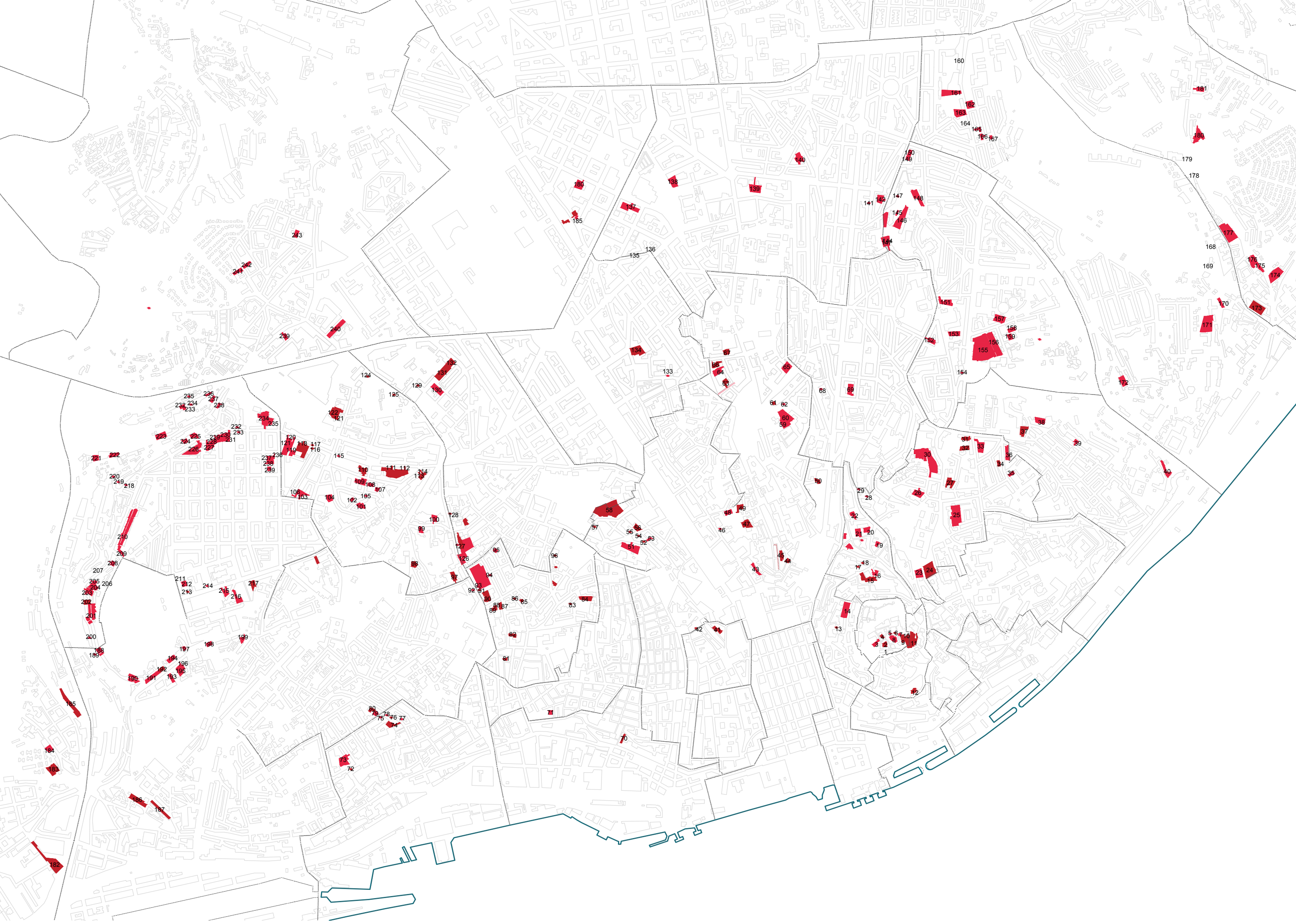
- | | | | |
|----|--------------------------------|----|-------------------------------------|
| 1 | Corpo Santo | 40 | Nossa Sra. da Penha de França |
| 2 | S. Francisco | 41 | Nossa Sra. da Conceição de Arroios |
| 3 | Nossa Sra. da Boa Hora | 42 | Nossa Sra. da Piedade da Boavista |
| 4 | Espírito Santo da Pedreira | 43 | Nossa Sra. de Jesus |
| 5 | Corpus Christi | 44 | Nossa Sra. da Conceição dos Cardais |
| 6 | S. Patricio | 45 | Nossa Sra. da Assunção da Cotovia |
| 7 | S. João Evangelista | 46 | Trinas do Rato |
| 8 | Menino de Deus | 47 | S. Bento da Saúde |
| 9 | Santíssima Trindade | 48 | Sto. Crucifixo (Francesinhas) |
| 10 | Nossa Sra. do Monte do Carmo | 49 | Inglesinhas |
| 11 | Convento dos Camilos | 50 | Barbadinhos Franceses |
| 12 | S. Domingos de Lisboa | 51 | Convento das Bernardas |
| 13 | Convento da Rosa | 52 | Convento das Trinas |
| 14 | Sto Antão-o-Novo | 53 | Santos-o-Velho |
| 15 | Convento das Mónicas | 54 | Nossa Sra. dos Remédios |
| 16 | S. Vicente de Fora | 55 | Nossa Sra. da Estrela |
| 17 | Nossa Sra. da Graça | 56 | Coração de Jesus |
| 18 | St. Clara | 57 | Jesus da Boa Sorte |
| 19 | S. Francisco Xavier | 58 | Sto. Alberto |
| 20 | St. Apolónia | 59 | S. Francisco de Paula |
| 21 | Barbadinhos Italianos | 60 | Sacramento |
| 22 | Santos-o-Novo | 61 | Nossa Sra. das Necessidades |
| 23 | Nossa Sra. Madre de Deus | 62 | Nossa Sra. do Livramento |
| 24 | Convento de Xabregas | 63 | Nossa Sra. da Quietação (Flamengas) |
| 25 | S. João Nepomuceno | 64 | Calvário |
| 26 | Santissimo Sacramento | 65 | Nossa Sra. da Boa Hora |
| 27 | Bracantes | 66 | Jerónimos |
| 28 | Teatinos da Divina Providência | 67 | Nossa Sra. do Bom Sucesso |
| 29 | Inglesinhos | 68 | Nossa Sra. da Conceição |
| 30 | Catecúmenos | 69 | Convento do Beato |
| 31 | S. Roque | 70 | S. Félix e Sto. Adrião |
| 32 | S. Pedro | 71 | Nossa Sra. da Conceição de Marvila |
| 33 | Nossa Sra. da Anunciada | 72 | Sto. António da Convalescência |
| 34 | Nossa Sra. do Desterro | 73 | S. Domingos de Benfica |
| 35 | Sant'Ana | 74 | Nossa Sra. da Porta do Céu |
| 36 | S. António dos Capuchos | 75 | Nossa Sra. da Conceição da Luz |
| 37 | St. Marta | 76 | S. João da Cruz |
| 38 | S. Vicente de Paula | 77 | Convento das Hospitaleiras |
| 39 | St. Rita de Cássia | 78 | St. Teresa de Jesus |



Anexo IX PÁTIOS E VILAS Fontes: Montenegro, Augusto (1902). Inquérito aos Pateos de Lisboa. Lisboa:Imprensa Nacional | Pereira, Nuno Teotónio & Buarque, Irene (1995). Prédios e Vilas de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte | Matos, B.J. (1989). Os Conventos de Lisboa. Sacavém; Distri Editora | Brito, Raquel Soeiro (1977). Lisboa, Esboço Geográfico

- Pátios e Vilas
- Indústrias
- Conventos
- Aqueduto
- Circunvalação (1885)
- Limite decretado em 1755
- △ Olaria e cerâmica
- + Indústria Metalúrgica
- Indústria Alimentar
- Indústria Têxtil





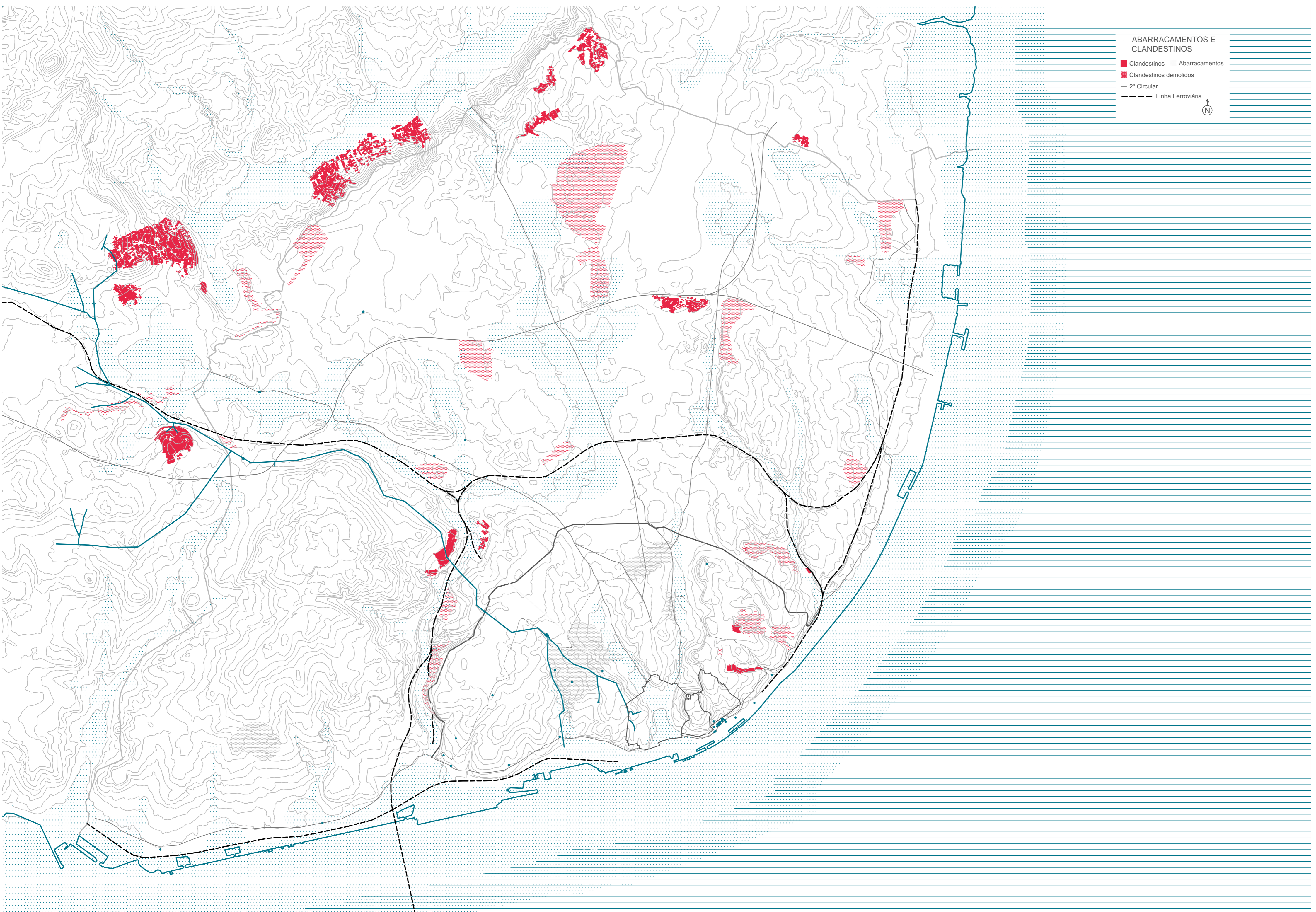
- Castelo**
 - 1 Pátio da Bomba R. do Recolhimento nº8
 - 2 Pátio do Garcia Beco da Cruz do Castelo
 - 3 Pátio do Santissimo R. do Espírito Santo nº9
 - 4 Pátio do Barbosa R. de Santa Cruz do Castelo
 - 5 Pátio da Sociedade/Pascácia R. de Santa Cruz do Castelo
 - 6 Pátio do Leão Beco do Leão
 - 7 Vila Joaquim R. do Recolhimento nº48
 - 8 Pátio José Pedreira R. do Recolhimento nº35
 - 9 Pátio das Figueiras Beco do Limoeiro nº12
 - 10 Pátio do Padeiro R. do Recolhimento nº38
- Santiago**
 - 11 Pátio D. Fradique R. dos Cegos nº46
 - 12 Pátio do Gama Largo do Limoeiro
- São Cristóvão e São Lourenço**
 - 13 Pátio do Ceilil Beco do Jasmin
 - 14 Vila do Castelo Escadinhas Costa do Castelo nº37
 - 15 Pátio do Coleginho Largo do Coleginho
 - 15 Vila Almeida R. Marquês de Ponte de Lima nº6
 - 19 Pátio do Caldas R. da Guia
 - 20 Pátio do Jordão Travessa do Jordão nº4
 - 21 Vila Luz Pereira Travessa do Jordão nº18
 - 22 Vila Júlia Calçada Agostinho de Carvalho nº8
- Graça**
 - 23 Pátio do Barbosa Travessa da Graça nº18
 - 24 Vila Souza Largo da Graça nº27
 - 25 Vila Berta Travessa da Pereira
 - 26 Vila Maria R. de São Gens nº23
 - 27 Pátio das Beatas Beco das Beatas
 - 30 Bairro Estrela D'Ouro R. da Graça nº22
 - 31 Pátio dos Peixinhos R. dos Sapadores
 - 32 Pátio do Sousa Nossa Sra. Da Gloria
 - 33 Vila Rodrigues R. Senhora da Glória nº142
 - 34 Pátio do Bota Abaixo R. da Bela Vista à Graça nº79
 - 35 Vila Prazeres R. da Bela Vista à Graça nº118
 - 36 Pátio do Eduardo R. Vale de Santo António
- Socorro**
 - 28 Vila Iolanda Escadas do Monte nº90
 - 29 Vila Irene Escadas do Monte nº6
- Santa Engrácia**
 - 37 Pátio do Daniel Rua Machado de Castro
 - 38 Vila Macieira Calçada dos Barbadinhos nº140A-D
 - 39 Pátio Iha das Cobras Calçada dos Barbadinhos nº110A
- Santa Justa**
 - 43 Pátio Salema Escadinhas da Barroca
 - 44 Pátio Sampaio Travessa do Gaspar Trigo
 - 45 Pátio José António R. Martim Vaz
 - 46 Pátio do Tronco R. das Portas do Santo Antão nº135
 - 47 Vila Serra Fernandes R. Joaquina
- Penha**
 - 49 Pátio do Sardo R. Câmara Pestana
 - 59 Pátio do Sousa Travessa das Salgadeiras
 - 60 Pátio Moca Travessa das Salgadeiras
 - 61 Pátio da Bempostinha Beco da Bempostinha nº4
 - 62 Vila Aida R. da Bempostinha nº19
 - 63 Pátio do Freitas Travessa das Recoilidas
 - 64 Vila Leonor Travessa de S. Bernardino nº19
 - 66 Pátio Mello R. Cruz da Carneira nº43
 - 67 Vila Maria Antónia R. Cruz da Carneira nº26

- Anjos**
 - 68 Vila Gomes R. Antero de Quental nº26
 - 69 Vila Tavares R. Andrade nº38
- S. Paulo**
 - 70 Pátio Da Bica Calçada da Bica Grande
- Santa Catarina**
 - 71 Pátio das Parreiras Travessa Caldeira nº19
- Santos-o-velho**
 - 72 Pátio Do Chiquinho R. Santíssima Trindade
 - 73 R. S. Felix nº65
 - 74 Vila Dorotheia R. Das Trinas nº61
 - 75 Pátio do Rato R. Das Praças nº11
 - 76 Pátio do Sacramento R. Das Trinas nº37
 - 77 Pátio Cerca das Trinas R. Das Trinas nº52
 - 78 Pátio Moreira Rato R. Das Trinas nº99
 - 79 Pátio Baldia R. Das Trinas nº115
 - 80 Pátio do Rão R. Das Trinas nº123
- S. José**
 - 81 Pátio da Dorotheia R. da Alegria nº 116
 - 82 Pátio do Vilas R. da Alegria nº 12
- Mercês**
 - 83 Pátio da Horta Travessa da Horta nº12
 - 84 Pátio do Martins Travessa da Conceição nº58
 - 85 Pátio São José Travessa de S. José nº14
 - 86 Pátio Fábrica de Papel Travessa de S. José
 - 87 Pátio do Bispo R. Nova da Piedade nº73
 - 88 Pátio do Lima R. Nova da Piedade nº69
 - 89 Pátio Feijó R. Nova da Piedade nº91
 - 90 Pátio do Gini R. Nova da Piedade nº 60 B
- S. Mamede**
 - 91 Pátio do Daniel R. De S. Bento nº 556
 - 92 Pátio da Rosa R. de S. Bento nº 636
 - 93 Pátio do Gil R. De S. Bento nº458
 - 94 Pátio dos Caldeiros R. dos Prazeres 49
 - 96 Pátio Ferreira R. Cecílio de Sousa nº62-86
 - 124 Pátio do Claro R. Das Amoreiras nº115
 - 125 Vila Raul R. Das Amoreiras
 - 126 Pátio Alfala R. de S. Bento nº 464
 - 127 Pátio do Ferrador R. de S. Bento nº 600
 - 128 Pátio de Sacavem R. De S. Bento nº596
 - 129 Pátio do Mesquita Travessa das Brusas
 - 130 Bairro dos Fabricantes Travessa Fábrica das Sedas
 - 131 Pátio Monteiro Travessa Lêgua da Póvoa
 - 132 Pátio Bagatella Travessa Lêgua da Póvoa
- Santa Isabel**
 - 98 Pátio da Travessa de S. Plácido Travessa de S. Plácido nº 77
 - 99 Pátio do Leão Travessa de Santa Quitéria nº57A
 - 100 Pátio do Batalha Travessa de Santa Quitéria nº 14
 - 101 Pátio Teles R. da Páscoa nº 16
 - 102 Pátio das Pretas R. da Páscoa nº 39
 - 103 Pátio das Barracas R. da Páscoa nº16
 - 104 Vila Bentim R. Do Cabo nº55
 - 105 Pátio Chaves R. da Páscoa nº49
 - 106 Pátio Cima dos Quarteis R. de Cima dos Quarteis nº44
 - 107 Travessa Arrábida
 - 108 Pátio do Mota R. Da Páscoa nº60
 - 109 Pátio das Cegonhas R. Da Páscoa nº63
 - 110 Pátio da Arrábida R. Da Arrábida nº46
 - 111 Pátio Caetano Carvalho R. Do Sol ao Rato nº25

- Coração de Jesus**
 - 135 Pátio do Marechal R. Do Andaluz
 - 136 Pátio do Mayer R. De Andaluz
- S. Jorge de Arroios**
 - 137 Pátio do Pinto R. Tomás Ribeiro
 - 138 Vila Almeida R. Almirante Barroso nº4
 - 139 Vila Luz R. Pascoal de Melo nº111
 - 140 Vila Ferreira Travessa Rebelo da Silva nº7
 - 141 R. Francisco Sanches nº17
 - 142 R. dos Heróis de Quionga nº7
- Penha de França**
 - 143 R. Cidade de Cardiff nº54
 - 144 Vila Gomes Vila Lopes R. Marques da Silva nº45
 - 145 Vila Silvério R. Marques da Silva 2A
 - 146 Vila Janeira R. Marques da Silva nº15
 - 147 Vila Manuel Bernardo R. Marques da Silva
 - 148 Vila Sariva Calçada Pogo dos Mouros nº7
 - 149 Vila Piedade R. dos Heróis de Quionga nº60
 - 150 Vila Duarte R. dos Heróis de Quionga nº62A
 - 151 Vila Amarel R. Mestre António Martins nº29
 - 152 Vila Guilherme Rodrigues R. Heliodoro Salgado nº48
 - 153 Vila Rosário R. Penha de França nº 138
 - 154 Pátio Velhas Av. General Roçadas nº 4
 - 155 Vila Cândida Av. General Roçadas nº24
 - 156 Vila Gadanho R. Castelo Branco Saraiva nº36-38
 - 158 Vila Esteves R. Particular à R. Frei Manuel do Cenáculo
 - 159 Vila Branca R. Particular à R. Frei Manuel do Cenáculo nº10
- S. João de Deus**
 - 160 Vila Moreira R. Barão Sabrosa nº51
 - 161 Vila Alegre R. Barão Sabrosa nº101A
 - 162 Vila Marques R. Barão Sabrosa nº110
 - 163 Vila Musgueira R. Barão Sabrosa nº65
 - 164 Vila Ramos R. Barão Sabrosa nº37
 - 165 Pátio da Ribaldeira R. Barão Sabrosa nº75
 - 166 Vila Carmo Dias R. Sabino de Sousa nº45
 - 167 Vila Almeida R. Sabino de Sousa nº54
 - 168 Pátio José Inglês Estrada de Chelas nº94
 - 169 Pátio Firmino Estrada de Chelas nº85
 - 170 Estrada de Chelas
 - 171 Vila S. João Estrada de Chelas nº29
 - 172 Pátio José de Oliveira Caminho do Alto do Varejão nº5
- Beato**
 - 173 Vila Flamiano R. Guadim Pais
 - 174 Vila Dias Beco dos Toucinheiros
 - 175 Vila Amélia Gomes Beco dos Toucinheiros
 - 176 Vila Morena Beco dos Toucinheiros
 - 177 Vila Emilia R. Guadim Pais nº 104
 - 178 Pátio do Magalhães Estrada de Chelas nº105

- Alcântara**
 - 182 Pátio Paulino R. De Cascais nº23
 - 183 Pátio Fiça Travessa do Fiça nº39
 - 184 Vila Louro R. do Alvíto nº71
 - 185 Vila Cabrinha R. Da Fábrica da Pólvora
 - 188 Vila Matos R. Maria Pia nº48-56
 - 189 Vila Amorim R. Maria Pia nº43
- Prazeres**
 - 190 Casal Colares R. Possidónio da Silva
 - 191 Bairro da Fonte Santa R. Possidónio da Silva nº1
 - 192 Pátio Fábrica Típolo R. Possidónio da Silva nº19
 - 193 Pátio do Pereira R. Possidónio da Silva nº 90
 - 194 Vila Vitória R. Possidónio da Silva nº 93
 - 195 Vila Amélia R. Possidónio da Silva nº124
 - 196 Pátio das Padeiras R. Possidónio da Silva nº130
 - 197 Vila Maria R. Possidónio da Silva nº83
 - 198 Pátio do Gillo R. Possidónio da Silva nº176
 - 199 Pátio Das Almas R. Possidónio da Silva nº218
- Santo Condestável**
 - 200 Pátio Do Alves R. Maria Pia nº182
 - 201 Vila Neves R. Maria Pia nº92
 - 202 Vila Ramos R. Maria Pia nº120
 - 203 Vila Adélia R. Maria Pia nº148
 - 204 Vila Gonçalves R. Maria Pia nº156
 - 205 Pátio da Social R. Maria Pia nº164-A
 - 206 Pátio do Evangelista R. Maria Pia nº146
 - 207 Vila Cid R. Maria Pia nº355
 - 208 Vila Barros R. Maria Pia nº224
 - 209 Vila Cordoaria Estrada dos Prazeres
 - 210 Vila Graciete R. Maria Pia nº288
 - 211 Pátio do Casimiro Travessa do Baíto nº31
 - 212 Vila Amendoeira Travessa do Baíto
 - 213 Vila Campos/Campas R. Saraiva de Carvalho nº382
 - 214 Vila Júlia R. Saraiva de Carvalho nº 332
 - 215 Pátio do Abadinho Travessa dos Prazeres nº6
 - 216 Vila José Martins Travessa dos Prazeres nº11
 - 217 Pátio do Guilherme R. Saraiva de Carvalho nº191
 - 218 Vila Lourenço R. Guilherme Anjos nº 15
 - 219 Vila Gomes R. Guilherme Anjos nº 48
 - 220 Vila Couto Rua Guilherme Anjos nº45
 - 221 Vila Alberto R. do Arco do Carvalhão nº530
 - 222 Pátio dos Pentles R. do Arco do Carvalhão nº282
 - 223 Pátio Quinta do Capitão R. do Arco do Carvalhão
 - 224 Pátio do Chalé R. Maria Pia nº531
 - 225 Vila Marques R. Maria Pia nº551
 - 226 Pátio do Sequeira Travessa Campo de Ourique nº45
 - 227 Vila Costa Travessa Campo de Ourique nº27
 - 228 Vila Alves Travessa Campo de Ourique nº33
 - 229 Pátio 21 Travessa Campo de Ourique
 - 230 Pátio Costa Travessa de Campo de Ourique nº15
 - 231 Pátio Dias Travessa de Campo de Ourique nº15A
 - 232 Pátio das Sedas R. Campo de Ourique nº224
 - 233 Vila Cesário R. Campo de Ourique nº191
 - 234 Pátio do Fogueteiro Beco do Fogueteiro nº 7
 - 235 Vila Lino R. Campo de Ourique nº 176
 - 236 Vila Guilherme Artur R. Pereira e Sousa nº3

- 237 Pátio do Severino**
 - R. 4 de Infantaria nº74
- 238 Pátio do Serra**
 - R. 4 de Infantaria nº64
- 239 Pátio do Fernandes**
 - R. Arco Carvalhão nº37
- Campolide**
 - 240 Vila Raul R. Prof. Sousa da Câmara nº130
 - 241 Vila Emilia Calçada dos Mestres nº30
 - 242 Vila Loureiro Calçada dos Mestres nº54
 - 243 Vila Borba R. General Taborada nº24



ABARRACAMENTOS E CLANDESTINOS

- Clandestinos Abarracamentos
- Clandestinos demolidos
- 2ª Circular
- - - Linha Ferroviária

N

BAIRROS ECONOMICOS E
BAIRROS SOCIAIS

- Bairros séc XVI
- Bairros 30-50
- Bairros 60-90
- Bairros clandestinos demolidos
- Bairros séc XIX
- Bairros 50-60
- Bairros PER
- 2ª Circular
- Linha Ferroviária
- Linhas estruturais

